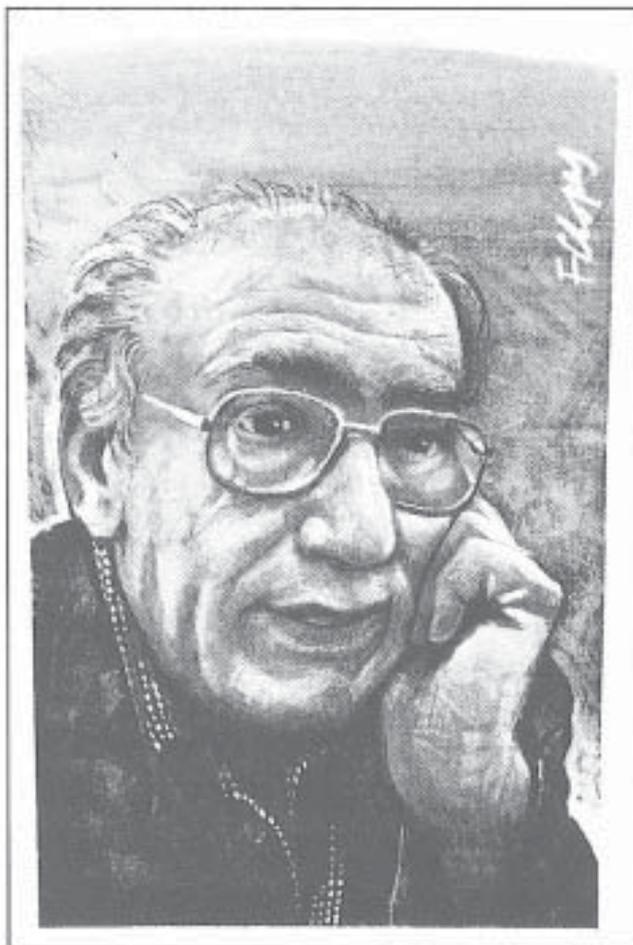


Faculdade Cásper Líbero

Aloysio Biondi

Resistência ética e grandeza no jornalismo

"Eu não aceito ditadura de direita, mas também não aceito nenhuma outra. O meu direito de analisar é sagrado. Eu sei que isso provoca muita ira por aí. Talvez o que incomode é que eu nunca fiquei em cima do muro."



Autora: Thais Sauaya Pereira
Curso: Jornalismo – 4º JO C
Orientadora: Profª Nanami Sato

Sumário

Agradecimentos	3
Apresentação	4
1. Os anos de formação e o início da carreira	
São José do Rio Pardo (SP), 1942 a 1954	7
Jornal <i>Folha de S.Paulo</i> (SP), 1956 a 1959	9
Revista <i>Direção</i> (SP), 1961 a 1965	12
2. Prêmios Esso de Informação Econômica	
Revista <i>Visão</i> (RJ), 1968	15
Revista <i>Veja</i> (SP), 1970	20
3. Contra o milagre econômico	
Jornal <i>Correio da Manhã</i> (RJ), 1971 a 1972	25
Jornal <i>do Comércio</i> (RJ), 1972 a 1973	27
4. A busca pelo jornal de Economia	
Jornal <i>Gazeta Mercantil</i> (SP), 1974 a 1976	29
Jornal <i>DCI</i> (SP), 1976 a 1978	31
5. À procura de espaço para o jornalismo crítico	
Jornal <i>Folha de S.Paulo</i> (SP), 1981 a 1985	35
Jornal <i>Diário da Manhã</i> (GO), 1983; 1994 a 1995	41
6. Escritor e professor	
<i>O Brasil privatizado</i> , 1999	45
Faculdade Cásper Líbero, 1999	48
Anexos	57
Cronologia	115
Bibliografia	117

Agradecimentos

A meu pai, que incluiu em minha vida o gosto pela leitura, o prazer da escrita e a paixão pelo jornalismo.

À minha mãe, que me deu o equilíbrio necessário para enfrentar as vaidades e a instabilidade inerentes à profissão.

Ao meu companheiro Sérgio Alli, que me deu forças para superar os obstáculos em busca da realização profissional.

Ao Antonio Biondi, que, com sua doçura e amizade, compartilhou comigo a extenuante pesquisa da produção de seu pai, realizada pelo Projeto "O Brasil de Aloysio Biondi".

Agradeço também a contribuição dos amigos: Amir Khair, Maristela Debenest, Paulo Simas e Sérgio Papi.

A ilustração de Fernando Lopes foi publicada inicialmente no jornal Correio Braziliense e depois reproduzida na edição especial de "O Brasil Privatizado".

Apresentação

A decisão de escrever um perfil biográfico de Aloysio Biondi como Projeto Experimental partiu de três premissas. A primeira é o reconhecimento da sua enorme contribuição para o jornalismo econômico do Brasil de hoje, especialidade que ele inovou com singular competência.

A segunda contempla sua aptidão como formador de novos jornalistas, exercida nas muitas redações pelas quais passou e também na Faculdade Cásper Líbero. O respeito e o afeto conquistados nesta instituição permanecem vivos nos que com ele conviveram. Um dos principais auditórios da faculdade, construído em 2001, honra sua memória.

O terceiro vértice deste trabalho está relacionado às qualidades pessoais de Biondi, estas, sim, cada vez mais raras nos meios de comunicação. Transparência, ética, competência e justiça pautaram os 44 anos que ele dedicou ao jornalismo. A retidão de conduta e a coerência de valores custaram-lhe muitas vezes o emprego e os cargos que exerceu nos principais jornais e revistas do país, como redator e repórter especial, secretário de Redação, diretor de Redação, editor e colunista de Economia.

Durante a trajetória de jornalista, em diferentes ocasiões teve de optar entre a fidelidade a seus princípios e as benesses oferecidas pela profissão. Ficou sempre com a primeira alternativa. Essas escolhas o levaram a procurar no Rio de Janeiro e em Goiânia o espaço onde pudesse exercer um jornalismo investigativo, independente, não-atrelado a interesses econômicos privados nem a governos.

A estruturação dos capítulos buscou refletir essas mudanças, detectando os *turning points* de sua vida, invariavelmente acompanhados da resistência à marginalização profissional decorrente da pressão vinda daqueles a quem criticava, estigmatizado muitas vezes como "maldito", "metralhadora giratória" e "fanático". Além disso, a atuação distinta no âmbito acadêmico e a positiva repercussão de seu livro sobre privatizações justificaram um capítulo à parte.

A tarefa não foi fácil nem, certamente, deve ser dada como concluída. Biondi, como era comum nos anos 60 e 70, freqüentemente acumulava empregos e colaborações eventuais, os frilas, e apenas uma parte de sua história está documentada, dispersa em algumas entrevistas por ele concedidas, em poucos livros que tratam do jornalismo econômico brasileiro e em vários depoimentos de pessoas com quem ele trabalhou e conviveu.

Aloysio Biondi morreu de infarto, aos 64 anos, em julho de 2000. Iniciou sua carreira na antiga *Folha da Manhã*, onde ingressou em 1956, com 20 anos. Trabalhou nas revistas *Visão*, *Veja* e *Direção*, no *Jornal do Comércio* (RJ), na *Folha de S. Paulo* e *Gazeta Mercantil* (SP), no *Diário da Manhã* (GO), no *Shopping News*, no *DCI – Diário do Comércio e Indústria* e no *Diário Popular* (SP). Colaborou com o semanário *Opinião*, com as revistas *Bundas*, *Caros Amigos*, *Educação*, *Fenae Agora*, com o site *My Web* e com o Instituto Cidadania.

Em 1999, convencido de que Biondi seria referência importante para estudantes e futuros profissionais do jornalismo, o coordenador de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, professor Marco Antonio Araújo, o contratou para lecionar na instituição. Pouco tempo depois, a comunidade acadêmica expressou seu reconhecimento ao conceder-lhe o título de "Doutor Honoris Causa". Como editor do jornal-laboratório *Esquinas de S. P.*, recebeu, em 2000, o Prêmio Líbero Badaró na categoria Jornalismo Universitário, patrocinado pela revista *Imprensa*.

Nesse mesmo ano publicou, pela Editora Fundação Perseu Abramo, o livro *O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado*, sucesso de público e de crítica: vendeu mais de 130 mil exemplares, foi indicado para o Prêmio Jabuti em 2000 e, com apenas 48 páginas, é considerado um dos melhores estudos sobre as privatizações ocorridas no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Da capacidade incomum de Biondi analisar, interpretar e memorizar números, balanços e relatórios oficiais resultavam textos que despertavam o interesse do leitor ao tratar questões econômicas com simplicidade, paixão e clareza. Rompeu a barreira do que ficou conhecido como "economês", linguagem inacessível que permitia – e ainda permite – a manipulação e interpretação de informações por economistas e autoridades governamentais.

A crítica implacável às políticas econômicas que se sucederam desde a ditadura militar lhe valeu poderosos inimigos. O confronto direto com o ministro da Fazenda Delfim Netto e a oposição ao pensamento do economista fizeram com que este, certa vez, declarasse: "Aloysio Biondi me persegue há vários jornais".

Com Biondi, o nacionalismo que permeava a análise de aspectos políticos, sociais e econômicos do Brasil ganhava outro significado. Ele sonhava um Brasil grande, acolhedor da diversidade de seu povo e justo na distribuição de suas riquezas. Nunca usou dados e previsões em benefício próprio ou para outros interesses que não o jornalístico e se opunha vigorosamente a quem assim procedesse.

Em artigo intitulado "Intelectuais e jornalistas", publicado em 19 de julho de 1984, Cláudio Abramo escreveu:

Meu amigo, jornalista brilhante, Aloysio Biondi, durante anos combateu praticamente sozinho contra o que considerava os desacertos e os enganos da política econômica. Por causa disso ele perdeu muitos empregos e foi sucessivamente afastado de cargos e ocupações. Um grupo ponderável de economistas – intelectuais da economia – concordou com ele durante anos, embora nunca o tivesse dito de maneira clara (intelectual jamais se dirige a jornalista diretamente, sempre procura uma maneira elíptica de responder ao que um jornalista escreveu; geralmente, você escreve uma coisa, um intelectual desses lê, concorda ou discorda, ou mais freqüentemente, descobre, porque ainda não havia pensado no assunto, mas só responde se pode escrever um artigo no qual encaixa, disfarçadamente e não nominadamente, a resposta, que ele faz

parecer dirigida a outro intelectual; mas é assim mesmo), mas quando Aloysio começou a perceber e identificar na economia brasileira sinais que o levavam a fazer um diagnóstico diferente, os intelectuais da economia caíram em cima dele; ele foi até acusado de se ter "passado para o Delfim".

Porém, a acidez e a revolta que Biondi mostrava ao denunciar dilapidações do patrimônio público não contaminavam suas relações pessoais. Era afável, alegre e generoso. Um amigo em crise, um familiar em situação complicada ou um colega de profissão que estivesse precisando de algo sempre encontrava nele apoio, um gesto solidário, uma atitude desprendida que, muitas vezes, significou abandonar trabalhos, mudar de casa, apertar o próprio orçamento.

Muitos depoimentos confirmam essa personalidade. Eu mesma tive a sorte de conhecê-lo na infância. Em meados dos anos 50, meu pai, o jornalista Aldo Pereira, foi aprovado pelo jovem Biondi para ser revisor da *Folha* e fizeram-se amigos. Em 1959, meus pais decidiram repentinamente mudar-se para o Rio de Janeiro, onde nasci. Contaram com o apoio afetivo e material de Washington Novaes e, principalmente, de Biondi. Seis meses depois, retornamos a São Paulo. Biondi abandonara o apartamento em que morava e o cargo no jornal para dirigir a pensão dos pais, que haviam voltado para o interior de São Paulo. Ficamos uns meses hospedados no imóvel vago e depois fomos morar na pensão, onde desfrutamos, além da infra-estrutura, também o fraterno acolhimento. Quando o reencontrei, no lançamento de *O Brasil Privatizado*, escreveu: "À Thaïs, que não encontrou o mundo que a gente desejava para ela – mas que pode ajudar na briga".

Nos últimos anos, a atuação profissional aproximou-me dos filhos dele, os também jornalistas Pedro e Antonio, o que foi um estímulo para a definição deste tema. Após o falecimento do pai, eles se dedicaram a reunir sua produção em um projeto denominado "O Brasil de Aloysio Biondi". Atualmente 40 pessoas, entre ex-alunos, ex-colegas, amigos e familiares, estão envolvidas voluntariamente na organização e na preservação do acervo – que será doado à Unicamp –, e na construção de um site de memórias.

Este trabalho conta, desde o início, com o consentimento e apoio da família do jornalista, que, a exemplo da generosidade do perfilado, colocou à minha disposição todo o material reunido pela equipe do projeto.

Aloysio Biondi – Resistência ética e grandeza no jornalismo pretende juntar-se a trabalhos de pesquisa, resgate e organização dos textos produzidos por Biondi desde quando os meios disponíveis eram apenas máquina de escrever e caneta esferográfica. Pretende unir-se também ao esforço coletivo dos envolvidos no projeto "O Brasil de Aloysio Biondi" e a todos os que acreditam, como ele, no jornalismo sério, inteligente, não-elitista, crítico e, sobretudo, ético.

Capítulo 1

Os anos de formação e o início da carreira

São José do Rio Pardo (SP), 1942 a 1954

Aloysio Lobo Biondi passou a infância e a adolescência em uma cidade euclidiana. São José do Rio Pardo comemora a cada 15 de agosto o "Dia de Euclides", feriado instituído em 1925. Desde 1938, realiza-se a Semana Euclidiana. No Recanto Euclidiano, estão os restos mortais de Euclides da Cunha e de um de seus filhos. Os estudantes participam, desde 1940, da Maratona Intelectual Euclidiana. A Casa Euclidiana guarda as memórias da passagem do famoso escritor pela cidade, onde escreveu *Os Sertões*.

Em janeiro de 1898, uma ponte metálica recém-construída ruiu menos de dois meses depois de inaugurada. O jornalista e engenheiro-fiscal Euclides da Cunha, embora estivesse de licença, sentiu-se responsável pelo ocorrido e assumiu a reconstrução da obra, mudando-se para a cidade em fevereiro. A ponte, que escoaria o café da margem direita do Rio Pardo até a estação da Companhia Mogiana, demorou quase três anos para ser reerguida em local mais firme, um pouco acima do ponto original. No final de 1901, quando partiu dali, Euclides havia concluído duas obras: a ponte e *Os Sertões*.

Nessa pequena cidade paulista, distante 155 km de Campinas e próxima de Caconde, município onde nasceu, em 1936, Biondi aprendeu cedo a valorizar os recursos naturais e a distinguir os interesses individuais dos coletivos. Descendente de italianos, filho e sobrinho de comerciantes, acompanhava de perto os negócios do tio, proprietário de uma mercearia, e dos pais, donos de hotel. Já nessa época, não acreditava em empresários, pois, mesmo com as queixas dos tios sobre os altos impostos, os negócios só faziam prosperar. Em entrevista à revista *Caros Amigos*, concedida em 1998 (íntegra no Anexo 1), ele lembra:

Um tio começou na praça de Caconde com aquela loja que tinha arroz e feijão a granel, enxada, e no fim tinha quase um quarteirão, tecidos, móveis, eletrodomésticos. Você chegava lá: "Tem castiçal?" Ele falava: "Não tem". Mas do primeiro caixeiro-viajante que passasse ele comprava seis castiçais, então tinha tudo. E aprendi que o empresário dizia que estava mal mas estava sempre crescendo.

Na biblioteca da escola ele ficava durante horas, boa parte do tempo lendo Monteiro Lobato. Não só os livros para crianças, como também artigos e correspondências que tratavam de um tema sobre o qual Lobato polemizou durante grande parte de sua vida: o petróleo. A defesa irrestrita do "ouro negro" brasileiro como um bem nacional e de sua prospecção e extração como uma atividade fundamental para o desenvolvimento do país foi o centro dos últimos dez anos da vida do escritor. Durante esse período, travou debates pela imprensa, realizou palestras, enviou cartas ao presidente, editou livros sobre o tema

e fundou a Cia. Petróleos do Brasil, colocando-se sempre em oposição aos técnicos do governo que afirmavam não haver petróleo no subsolo brasileiro. O engajamento custou-lhe a prisão por seis meses durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, mesmo depois de, em 1939, ter sido descoberto o primeiro poço de petróleo no Recôncavo Baiano.

As idéias de Lobato e sua disposição quase quixotesca de lutar por aquilo em que acreditava influenciaram decisivamente a formação de Biondi, que declarou:

Eu cheguei em jornal para ser jornalista, com uma visão do mundo, desculpe o rótulo, com uma preocupação social, uma preocupação nacionalista, fruto de leitura muito mais criada, no começo, assim, pelo Lobato até do que pela escola moderna, professor, um grupo que te fizesse a cabeça.

Em 1951, o Departamento de Educação promoveu o "Concurso Pan-Americano" entre estudantes de todas as escolas oficiais do Estado, selecionando três trabalhos para cada curso – Ginásio, Colegial e Escola Normal. O tema, uma dissertação: "Se eu pudesse viajar pelas Américas, que gostaria de conhecer?"

No dia 3 de agosto, o jornal *Folha da Manhã* publicava os resultados: Biondi, 15 anos, estudante da 4ª série do Ginásio do Colégio Estadual e Escola Normal Euclides da Cunha, conquistava o segundo lugar. Sua irmã, Marísia, estudante da mesma escola, faturava também a segunda colocação, no Colegial. A redação premiada foi transcrita parcialmente pela *Folha da Noite* no dia 21 daquele mês (íntegra da reportagem sobre a premiação no Anexo 2):

Gostaria, antes de tudo, de conhecer o Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. E qual o bom brasileiro que não pensa da mesma forma? O nosso país, em primeiro lugar; depois, os demais.

Partindo de São Paulo, ir conhecer o Rio de Janeiro. Oh! A cidade maravilhosa! Suas avenidas largas e arborizadas, suas praias, seus recantos pitorescos... Quem não desejaria conhecer o Corcovado, desfrutar dali aquela vista maravilhosa, dar uma volta de iate pela lagoa Rodrigo de Freitas, passar um fim de semana na sossegada Paquetá? (...) Sim, quem não desejaria conhecer o zôo da Quinta da Boa Vista, visitar o Museu Imperial e o Jardim Botânico? Passar pelos morros verdejantes da Tijuca, passar alguns minutos na Vista Chinesa e apreciar as águas espumantes da Cascatinha? Depois, pelo mar, rumo a Santos. Ali, gozar de um banho de mar, subir ao Monte Serrat, e ir conhecer o Aquário. Agora, volta a São Paulo. Gozar da maravilhosa vista, que se tem ao subir a serra e apreciar também o progresso de São Paulo (e do Brasil) – o enorme vaivém de carros e ônibus, a estrada ampla e asfaltada, seus túneis...

(...) Gostaria também de visitar o oleoduto em construção entre São Paulo e Santos. Depois, Volta Redonda, este grande empreendimento da siderúrgica nacional, a refinaria de Cubatão (embora em construção) e os outros empreendimentos de grande

vulto como estes. Agora, novamente o desejo de conhecer as maravilhas da natureza: a cachoeira de Paulo Afonso (que em breve será um grande potencial hidrelétrico para nós) com seus oitenta metros de altura (...) É uma viagem de gaiola pelo Amazonas, com suas margens alagadas e pantanosas, com suas águas riquíssimas de peixe?

Biondi discorre sobre lugares do Brasil nos quais nunca havia estado. São citadas as cidades de Natal, Recife, Salvador, Lobato (subúrbio de Salvador onde foi perfurado o primeiro poço petrolífero brasileiro), Manaus, Belém, além da Ilha de Marajó. E continua:

Oh! O Brasil é imenso: temos tanta coisa para ser apreciada e admirada... No Sul, os pinheirais do Paraná, os carroções e as habitações típicas de Santa Catarina (...) Agora, rumo ao estrangeiro....

A reportagem esclarece que a dissertação prossegue relatando os destaques das Américas, e transcreve seu final:

Sim, visitando as Américas, veremos que elas estão cheias de belezas e de riquezas, mas a maior riqueza é a união entre os povos americanos, é o espírito de solidariedade que existe de um para com outro povo, é a cooperação. Esperamos que a nuvem sombria da guerra nunca venha a empanar o brilho dos céus americanos, e que estes continentes se unifiquem cada vez mais, que cada país americano seja cada dia mais solidário com os outros e que o lema das nações americanas seja "Todos por um, um por todos", para que o progresso das Américas continue e para que o futuro seja risonho, cheio de paz e prosperidade.

Foi esse jovem Biondi, impregnado de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, que decidiu, aos 20 anos, estudar na capital do Estado.

Jornal *Folha de S.Paulo* (SP), 1956 a 1959

Biondi desembarcou em São Paulo, em 1956, disposto a cursar Geologia. Seu tio, Mário de Araújo Lobo, trabalhava na *Folha da Manhã*, precursora da *Folha de S.Paulo*, e avisara o sobrinho de que o jornal estava selecionando revisores. Os candidatos se submetiam a uma prova de conhecimentos gerais e exame psicotécnico para trabalhar um período de cinco horas, o que lhe daria condições de fazer cursinho para o vestibular e sustentar-se.

A *Folha* havia lançado a campanha "Você quer ser jornalista?" e Biondi mandou uma carta que se somou às mais de mil enviadas ao jornal. Dos primeiros 500 inscritos, 50 passaram para o psicotécnico e desses somente 13 foram aprovados, ele inclusive.

Contratado, começou a trabalhar no Departamento de Sucursais, Correspondentes e Representantes, órgão responsável, entre várias atribuições, pela revisão dos jornais do grupo. Na revisão, o jornalista fazia um estágio preparatório para a redação, familiarizando-se com as matérias e o estilo do jornal.

Outra tarefa desempenhada por ele consistia em receber os textos enviados por correio pelos correspondentes do interior e editá-los. Trabalho árduo, pois eram de baixa qualidade jornalística, tanto na seleção das notícias quanto na redação do conteúdo. Biondi, mesmo inexperiente, revelava maturidade, criatividade e competência ao transformá-los em matérias capazes de despertar o interesse do leitor. E dava o exemplo ao cobrir eventos regionais (Anexo 3). E exigia de seus auxiliares desempenho similar, obrigando-os a reescrever as matérias tantas vezes quantas considerasse necessário, eliminando, por exemplo, gerundismos e frases iniciadas com "embora".

Em poucos meses, o revisor novato tornou-se subchefe do Departamento, acumulando ainda funções que eram de responsabilidade de seu superior, mas que este lhe delegava sem nenhum constrangimento. Uma delas era selecionar novos revisores e, ainda em 1956, admitiu, no mesmo dia, Aldo Pereira, 24, e Washington Novaes, 22. Eles logo seriam promovidos a redatores e trabalhariam na *Folha* até o final de 1958, tornando-se os três muito amigos.

A Empresa Folha da Manhã S/A, de propriedade de José Nabantino Ramos, Alcides Meirelles e Clóvis Queiroga, era composta pelos jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Em 1960, os três diários foram fundidos num só, a *Folha de S.Paulo*, e em 1962, vendido aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Nos anos 50, a *Folha* destacava-se dos outros jornais diários na área econômica: enquanto seus concorrentes abordavam o tema apenas em seções no corpo do jornal, limitando-se a publicar balanços e medidas governamentais, ela produzia um caderno de Economia bem estruturado e abrangente. A partir de cobertura que incluía reportagens especiais, muitas vezes divididas em capítulos, acompanhava o surgimento de grandes grupos empresariais durante o intenso processo de industrialização do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Faziam parte da equipe profissionais do gabarito de Mário Mazzei Guimarães, especializado em agricultura e redator-chefe, José Guarani Orsini, especialista em café e editor-chefe, além de repórteres voltados a setores importantes da atividade econômica como indústria, mercado internacional de cacau, borracha, algodão, açúcar e mercado financeiro, e um jornalista de meio ambiente denominado repórter de defesa da flora e da fauna.

O grupo Folha foi pioneiro ao deflagrar campanhas pela preservação do meio ambiente. A industrialização acelerada produzia, na mesma velocidade, poluição e devastação. A intocada região do Pontal do Paranapanema começou a ser violentamente ocupada e desmatada por pecuaristas. A Assembléia Legislativa discutia se ela deveria ser tombada ou liberada para ocupação e o jornal denunciava os deputados que votariam contra a reserva. Publicava suas fotos no que chamava de "galeria dos amigos do deserto"

e explicitava suas ligações políticas e a que grupos econômicos estavam vinculados. A *Folha* foi acusada de defender as "sete irmãs", multinacionais que centralizavam a produção e comercialização de petróleo e que tinham interesse em perfurar a bacia do Paraná.

Quando Nabantino destituiu Hélio Pompeu do cargo de diretor de Redação, Mário de Araújo Lobo ocupou o lugar vago e Biondi foi promovido a subeditor de Economia; logo depois trouxe Novaes para trabalhar com ele, formando-se ali uma dupla competente, provocadora, reconhecida pelo talento e profissionalismo e cuja atuação se repetiria em vários outros veículos.

A profissão imprimia à vida dos jornalistas uma dinâmica diferente de outros setores da sociedade: a conclusão das edições terminava por volta de meia-noite, e por isso o período de trabalho para quem fechava o jornal começava por volta das 19h00. Desse modo, era possível para a maioria acumular outro emprego por mais cinco horas ou realizar outra atividade. Era o caso de Novaes, que, em 1957, formou-se advogado pela Faculdade de Direito da USP e passou dois anos tentando conciliar as duas profissões: "Quando decidi ficar só no jornalismo, foi ótimo para mim e para a advocacia".

Depois de concluídas as matérias, era preciso descer às oficinas para que os textos fossem passados para o linotipo, o que consumia, em média, mais duas horas. Aldo, que já trabalhara em tipografia e estava na redação, seguia com Lobo para a oficina, o que lhe valia um acréscimo de 50% no salário. No final de 1958, no entanto, complicações na vida pessoal obrigaram-no a se mudar para o Rio com a mulher, Clélia, grávida. Biondi ajudou a comprar as passagens e, com a colaboração de Novaes, mandou dinheiro para o casal até que o amigo arrumasse um emprego.

Em 1959, os pais de Biondi venderam o hotel que possuíam em São José do Rio Pardo, no interior paulista, e vieram para São Paulo, onde abriram uma pensão para ficar mais perto dos filhos. Meses depois, com dificuldades de adaptação na cidade, mudaram-se para Campinas e Biondi saiu da *Folha da Manhã* para assumir o negócio. Ali, o jornalista deixava aflorar seu jeito desprendido e alegre de viver: era brincalhão, gostava de cantar, tocar piano e de cozinhar, e nunca dizia não para quem dele precisasse. Certa vez, num dia frio, ao passar por um homem deitado na calçada, tirou o paletó e o cobriu. Aos acompanhantes espantados, que sabiam de sua condição financeira crítica, respondeu: "Ele precisa mais do que eu".

Quando, no final do ano, Aldo voltou do Rio com a mulher e a filha recém-nascida, Biondi emprestou à família o pequeno apartamento que ainda mantinha, apesar de desocupado desde que se transferira para a pensão, na Rua Conselheiro Brotero. Entretanto, logo o amigo também iria para lá, com Clélia grávida do segundo filho. Biondi também dirigiu outra pensão e montou com Silas, um de seus irmãos, uma mercearia. Todavia, o jornalismo já era parte de sua vida e, em 1961, voltou às redações.

Revista *Direção* (SP), 1961 a 1965

A decisão de retornar ao jornalismo levou Biondi para o departamento de Relações Públicas da Lista Telefônica Brasileira – Páginas Amarelas, onde trabalhava como redator. Em meados de 1961, Aldo Pereira foi promovido de redator-chefe a diretor de Redação da recém-lançada revista *Direção* e contratou o amigo para ocupar o cargo vago. Conhecia sobretudo o senso de responsabilidade de Biondi. "Ele era muito responsável, era alguém em quem você podia confiar. Você dava uma incumbência e esquecia, ele assumia, se envolvia. Tinha uma dedicação muito grande ao trabalho".

A *Direção* era uma versão da revista *International Management*, produzida no Brasil pela Editora Banas em sociedade com a McGraw-Hill, representada por um diretor enviado dos EUA, George Brown. De periodicidade mensal, abordava assuntos ligados à administração, economia e negócios. Os temas eram definidos pela revista norte-americana; algumas reportagens eram aproveitadas e outras adaptadas para a realidade nacional com empresas e entrevistados brasileiros. Tinha como foco fornecer aos empresários informações técnicas sobre os diversos setores industriais, em franca expansão.

A conjuntura política era efervescente. Jânio Quadros havia sido eleito com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), sendo o primeiro presidente a tomar posse em Brasília, em janeiro de 1961. Nos meses seguintes, implementou políticas contraditórias. Internamente, alinhava seu governo com os Estados Unidos e submetia a economia ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Externamente, seguia uma linha independente e à esquerda: aproximou o Brasil do bloco socialista do Leste europeu, criticou a invasão norte-americana de Cuba e condecorou Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, gerando indignação nos setores militares e entre civis conservadores. No dia 25 de agosto, antes de completar sete meses de governo, Jânio renunciou. Naquela mesma data, foi abortada uma tentativa de golpe de Estado dos ministros militares para impedir que o vice-presidente João Goulart, em viagem oficial à China, assumisse. A solução encontrada para a crise que se estabeleceu entre as forças contrárias à posse de Jango e seus defensores veio do Congresso Nacional com a aprovação, em 2 de setembro, de emenda constitucional instalando no país o parlamentarismo (em 1963, um plebiscito instituiu a volta ao presidencialismo).

Por sua vez, os Estados Unidos, preocupados com o avanço da esquerda no Brasil e em países vizinhos, pressionavam para que fossem realizadas reformas capazes de minimizar as desigualdades sociais e promover a modernização do sistema capitalista na América Latina e sua maior estabilidade. Entre 1962 e 1963, formaram-se comissões mistas dos dois países para tratar de reforma tributária, reforma agrária e outras. No ano seguinte, Biondi traduziu matéria em que os Estados Unidos forçavam as 18 famílias latifundiárias da Colômbia a realizar a reforma agrária naquele país.

Na *Direção*, crescia a cada dia a suspeita, entre os jornalistas, de que Brown tivesse ligações com a Central Intelligence Agency (CIA). Em depoimento a José Venâncio de Resende, Biondi relata:

O George Brown era muito prudente... Eu e o Aldo Pereira, vendo aquelas matérias da *Business Week* sobre reformas na América Latina, discutíamos com ele as coisas que estavam acontecendo no país. E ele ria muito... Depois é que fui entender que ele não estava rindo por simpatia, ele estava se divertindo com nossa ingenuidade, pois sabia o que estava sendo tramado. Devia estar no maior conchavo dentro da Fiesp. Mas é impressionante como em 63, 64, a gente não sacou...

O golpe militar de 31 de março de 1964 depôs João Goulart e empossou como presidente o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Para ocupar as pastas da Fazenda e do Planejamento (denominado Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica), foram chamados, respectivamente, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. Os dois economistas seriam os responsáveis pelo programa de estabilização da economia brasileira, que visava a combater a alta inflação por intermédio da contenção de crédito, do arrocho salarial e de empréstimos feitos junto a instituições internacionais como o FMI e Usaid (United States Agency for International Development).

Nessa conjuntura, Biondi, na revista *Direção*, consolidou sua atuação como jornalista econômico, aprofundando o interesse sobre as questões da área e as implicações políticas dela decorrentes. Lá conheceu Paulo Sérgio Graciano, redator que Aldo havia contratado e que considerava brilhante, hábil e inteligente. O rapaz era filho do pintor modernista Clóvis Graciano, casado com Marília, filha de Oswald de Andrade e aluno do jovem professor Delfim Netto na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FEA – USP).

Graciano costumava levar Biondi para jantar em sua casa, onde também reunia os amigos Geraldo Vandré, Affonso Celso Pastore (presidente do Banco Central de 1983 a 1985), Carlos Viacava e Eduardo Pereira de Carvalho, os três últimos colegas de faculdade. Alguns deles pertenciam à organização de esquerda Ação Popular e faziam apresentações de teatro na periferia de São Paulo. Graciano, Viacava, Pastore e Carvalho constituíram ali o grupo "Delfim's boys", que acompanhou o professor em 1966, quando este foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e, um ano depois, quando assumiu o Ministério da Fazenda no governo Costa e Silva (1967-1969), em substituição a Bulhões.

O grupo Visão comprou a *Direção* em 1965. A revista mudou para a Rua Dom José Gaspar e, quando Aldo saiu, Biondi ocupou seu lugar. As desconfianças de que o grupo norte-americano também mantivesse ligações com o governo de seu país e fosse financiado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, foram contaminando os profissionais da revista. Naquele mesmo ano, Novaes se

mudou para o Rio e foi dirigir a redação da *Visão*, acumulando também a direção da sucursal carioca da *Folha*. Deixava vago o cargo, no diário paulista, de editor-assistente do chefe de produção Cláudio Abramo. Convidado para substituir o amigo, Biondi retornou ao seu primeiro emprego, onde permaneceu até 1967.

Capítulo 2

Prêmios Esso de Informação Econômica

Revista *Visão* (RJ), 1968

Ao aceitar a proposta de ser o editor de Economia da *Visão*, Biondi retornou para o Rio de Janeiro. Além de Novaes, trabalhavam também na revista Zuenir Ventura, secretário de Redação, e Ziraldo, diretor de Arte.

A revista *Visão*, do grupo Vision Inc., sediado em Nova Iorque, surgiu no Brasil em 1952. Com periodicidade quinzenal, tinha como foco a área econômica, principalmente o setor industrial, em franco crescimento. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) impulsionava a nascente indústria automobilística, e esse processo – assim como a construção de Brasília e o desenvolvimento da indústria siderúrgica – foi coberto de perto pela revista.

Inspirada na mexicana *Visión*, do mesmo grupo, e supervisionada por um empresário norte-americano, *Visão* encontrou nos anos 50 um período propício para sua consolidação. Como ela, *Seleções do Reader's Digest* e outras publicações americanas e de outros países circulavam livremente em território nacional, descumprindo o artigo 160 da Constituição de 1946, que vedava a posse de empresas jornalísticas e de radiodifusão por estrangeiros.

Por outro lado, o controle sobre a imprensa brasileira tinha a colaboração das agências de publicidade, na maioria também de fora do Brasil. Estas exerciam crescente poder de pressão sobre os meios de comunicação, decorrente da injeção de verbas significativas que neles despejavam a título de publicidade dos grandes clientes – também basicamente de origem americana e europeia, como a *Esso Standard do Brasil*, *The Coca-Cola Export Co.*, *Cia. Nestlé*, *Cia. Industrial Gessy*, *The Shell-Brazil Limited* e *The Johnson & Johnson*, entre muitas outras. Em 1947, a indústria e o comércio haviam gasto, por meio das agências de publicidade, Cr\$ 750 milhões (US\$ 125,6 milhões em valores atualizados pelo IPC-Fipe); em 1953 esse valor já saltara para Cr\$ 3.500 milhões (o equivalente a US\$ 508,0 milhões).

Nesse contexto, a liberdade de imprensa, principalmente a dos grandes jornais diários, condicionava-se ao volume de recursos aportados pelas agências. Surgem as primeiras revistas semanais especializadas voltadas para economia e para outros interesses que não encontravam espaço nos veículos de grande circulação: *Observador Econômico e Financeiro*, *Digesto Econômico*, *Conjuntura Econômica* e *Desenvolvimento e Conjuntura*. Em meados da década de 50, Geraldo Banas lançava os *Anuários* e a revista *Banas Informa*, pioneira em apresentar análises econômicas e balanços de organizações empresariais.

Visão teve sua periodicidade alterada em 1957 e, nos anos seguintes, tornou-se o semanário mais importante do país. A cobertura extensa abrangia desde planos elaborados por governos estaduais e federal até os setores agrícola e industrial no Brasil e em países como a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão. Dirigida a homens de negócios, chegou a vender 250 mil exemplares. A editoria de Economia ocupava o maior espaço da revista e a reportagem de capa tratava, freqüentemente, de uma grande empresa ou de um grande investimento.

Em agosto de 67, Biondi decidiu fazer uma reportagem de capa sobre bancos e viajou a São Paulo para reunir o material necessário. Seu meio de transporte preferido era o ônibus porque, para além de seu medo de voar, isso lhe permitia ler os calhamaços técnicos e colocar em dia outras leituras. Para ele, "um jornalista não pode deixar de ler jornais no dia-a-dia; se ele tirar férias de 20 dias, tem que ler os jornais de todos esses dias quando voltar, não pode ficar com um buraco na informação".

Na volta, da janela do ônibus, enquanto percorria a Via Dutra, notou o intenso processo de erosão dos morros devido ao desmatamento no Vale do Paraíba, causa principal dos freqüentes desabamentos naquela rodovia. Quando chegou à redação, havia mudado de idéia: a matéria principal seria sobre a devastação do meio ambiente, incentivada, segundo o jornalista, "por isenções no Imposto de Renda para quem reflorestasse e, que, ao mesmo tempo, permitia a derrubada de mata nativa para a plantação de eucaliptos, a fim de que se formasse uma floresta homogênea para a indústria de papel".

A edição de 11 de agosto da *Visão* saiu com uma das primeiras capas abordando o tema da ecologia e da devastação do meio ambiente. A reportagem "O Brasil no caminho do deserto" denunciava:

O país do escapismo. Avalanchas de relatórios, nomes gregos, latinos, ingleses e até brasileiros para explicar desabamentos e inundações. Isso, enquanto no caminho entre as duas maiores cidades do país, no trajeto das duas "metrópoles" brasileiras, se forma um deserto. Dezenas de milhares de pessoas, em ônibus e em automóveis pela Via Dutra, vêem montanhas esfarelado-se, rios secando, o deserto brotando. Sem levar tanto tempo quanto se pensa para ser realidade dominante. O Vale do Paraíba está se esfarelado. Diariamente. Os desabamentos na Via Dutra foram dramáticos. Ganham manchetes. Mas, ao longo de todo o Vale, há montanhas escarpadas ou morros arredondados vindo abaixo. O processo foi acelerado. Daqui para frente, tudo acontecerá mais depressa. A próxima estação das chuvas vai mostrar. Nos altos, a erosão ganhará ímpeto. Nas planícies, os rios, entupidos de terra, transbordarão. Muita gente vai morrer no Vale do Paraíba, neste e nos próximos anos. E, num prazo que pode ser tão curto quanto vinte anos, as terras do Vale fatalmente estarão áridas.

A reportagem ganhou, no ano seguinte, o Prêmio Esso de Jornalismo na categoria "Informação Econômica", uma das mais importantes premiações jornalísticas do Brasil (íntegra no Anexo 4).

Pioneiro ao tratar do tema, Biondi revelou, com quase 40 anos de antecedência, os impactos ambientais que o reflorestamento baseado na monocultura extensiva de eucaliptos e *pinus* acarretam. A expressão "deserto verde", cunhada por mais de 100 organizações não-governamentais, traduz o que Biondi já previa: a monocultura de eucalipto, usada na produção de celulose, é altamente mecanizada, não gera empregos, consome mais água do que qualquer outra atividade industrial e é a quinta atividade em consumo de energia. Além disso, causa degradação da diversidade, pois a árvore, estéril, não dá frutos e sua monocultura extingue cadeias alimentares que envolvem uma gama variada de vegetais, insetos, répteis, aves e mamíferos até chegar aos microorganismos do solo. A discussão sobre a sustentabilidade na extração da madeira gera atualmente grande polêmica e envolve entidades de defesa do meio ambiente, governo e empresas ligadas ao agronegócio.

Em setembro do mesmo ano, um diretor de publicidade sugeriu a divulgação de uma lista das maiores empresas brasileiras. Biondi e Novaes foram além: criaram o "Quem é quem na economia", precursor da *Gazeta Mercantil* e da "Maiores e Melhores" da *Exame*. A publicação continha balanços e análises detalhadas de todas as áreas da economia, além do ranking nacional e setorial das empresas. A primeira edição contou com a colaboração de Paulo Sérgio Graciano e Eduardo Pereira de Carvalho, assessores econômicos de Delfim.

Biondi continuava freqüentando a casa de Graciano, que fazia a interlocução com Delfim. A proximidade da redação da revista com o Ministério da Fazenda, que ainda operava no Rio de Janeiro, possibilitava ao jornalista que passasse por lá quase todos os dias no final da tarde para conversar. Em uma das edições desse período, fez uma matéria com um quadro que continha várias informações sobre objetivos, vantagens e riscos de investimentos. Delfim gostou e pediu 5 mil exemplares para distribuir a entidades empresariais. Em depoimento a *Construtores do Jornalismo Econômico*, Biondi lembra:

Quando Delfim assumiu, ele se dizia socialista fabiano. E o país estava numa profunda recessão provocada pela política do Campos e do Bulhões. Chegamos lá pensando igualzinho: os empresários são imediatistas, a política é recessiva. Tinha até um estudo deles de como reativar a economia.

Com a criação do CIP (Conselho Interministerial de Preços) o governo começou a rebaixar tarifas e a pressionar os empresários para que fizessem o mesmo com seus produtos. A medida intensificou as importações, não apenas dando continuidade à política de comércio exterior praticada pelos antecessores na Fazenda como também a acentuando.

As críticas de Biondi foram subindo de tom. Além da editoria, ele escrevia duas seções de notas, chamadas "Tendências" e "Bastidores" que se tornaram colunas opinativas. Para fazê-las, buscava dados em fontes das mais variadas: autoridades, especialistas, jornais, revistas mas, principalmente, em balanços de empresas, orçamentos da República e relatórios do Banco Central e de outras instituições financeiras. Debruçava-se sobre os mapas de importação do país que lhe eram fornecidos por uma fonte da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) e, numa época em que não havia nem computador nem sequer calculadora eletrônica, dedicava-se a destrinchar números, entendê-los e relacioná-los com informações dispersas para esclarecer, de forma simples e objetiva para o leitor, que a política econômica implementada reduziria drasticamente as reservas brasileiras e desembocaria numa fortíssima crise cambial.

A polêmica foi ganhando espaço nos veículos de comunicação. Se Delfim declarava que os gastos de importação eram relativos ao trigo, Biondi ia até a Cacex, desagregava os dados e mostrava que nesses custos estavam embutidos, em dólares, 40 milhões gastos com importação de bacalhau, 20 milhões com maçã, ração para cachorro e galinha e outros itens. A crise aumentou com a publicação da matéria chamada "Esse rombo de 800 milhões de dólares", na qual o jornalista denunciava a política indiscriminada de liberação de importações, principalmente de produtos supérfluos, como responsável pelo grande déficit na balança de pagamentos.

Graciano contou ao amigo que um assessor de Delfim lhe dissera: "Rapaz, você precisa dar um jeito no Biondi, porque eu não agüento mais conversar com os empresários. Eles ficam repetindo os argumentos da *Visão*." Segundo Graciano, até a mãe de Delfim havia percebido o aumento de produtos importados no supermercado, e o ministro não confiava nos técnicos do ministério porque os dados apresentados por eles não batiam com os de Biondi.

O economista propôs então uma conversa para que Biondi mostrasse seus mapas e explicasse seus números ao ministro. E lá se foram Biondi e Novaes para uma reunião que terminou em bate-boca. Delfim questionava os números, dizia que os dois jornalistas faziam dupla contagem, que não via problema em importar 20 milhões em maçãs; além disso defendia o rebaixamento das tarifas e os acusava de serem protecionistas, enquanto Biondi e Novaes sustentavam as informações apresentadas. Em meio a gritos e acusações de ambos os lados de "incompetente", a reunião foi encerrada por Novaes:

Ministro, a gente veio aqui achando que o senhor realmente queria esses dados porque não confiava nos assessores. E não é o que o senhor está fazendo. Se o senhor quiser mandar uma carta para a revista, o senhor fique à vontade. Nós não temos mais nada para conversar. Vamos embora, Aloysio.

Nesse ínterim, Said Farhat, diretor comercial do grupo Vision Inc., comprou a *Visão*. O semanário destacava-se por ser inovador, publicando reportagens sobre Glauber Rocha

e o Cinema Novo, os Beatles, a revolução sexual e a pílula. Biondi, a cada 15 dias, escrevia uma matéria de capa, segundo ele "sempre muito violentas contra a política conservadora do Delfim. Estávamos no auge do milagre econômico e todos pensavam que tudo era maravilhoso".

O novo proprietário logo começou a sofrer pressões e dizia que a revista era muito agressiva e provocativa. A crise com a equipe culminou com a criação de um conselho editorial para definir qual seria a política da revista. Novaes foi transferido para São Paulo como redator, embora seu registro em carteira fosse de diretor de Redação. Depois de 45 dias isolado e sem ter o que fazer, entrou com processo trabalhista contra o semanário. A sentença da Justiça do Trabalho caracterizou a transferência como demissão indireta e condenou *Visão* a indenizá-lo.

A revista, badalada e lida por economistas da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), e cuja tiragem havia subido de 12 mil exemplares para 100 mil em seis meses, desfez sua equipe e, em maio de 1968, Biondi voltou para São Paulo. Era o primeiro emprego que ele perdia devido ao confronto público de idéias com Delfim.

* * * *

Os meses seguintes foram difíceis. A sobrevivência vinha, principalmente, dos *free lancers* que fazia para a revista *Exame*. Um dia, foi fazer uma entrevista no Instituto de Resseguros e o assessor de imprensa, que era casado com a filha do presidente, lhe disse: "Eu tinha vontade de te conhecer porque, um mês atrás, fomos visitar o porto de Tubarão no Espírito Santo. Estávamos lá no avião e, de repente, o Delfim virou para nós e falou: "Pois é! Depois tem uns caras como esse tal de Biondi negando que o país cresça." Ele pensou: "Eu não agüento. Um ano e meio fazendo free lance para a Exame sem assinar e o cara vai lembrar de mim a três mil metros de altitude, sobrevoando Tubarão!? Realmente, eu posso tirar o cavalo da chuva que não vou achar emprego".

Era ainda 1968 quando um grupo de seguros convidou-o para dirigir uma revista no Rio de Janeiro, e ele, ao aceitar, rapidamente imprimiu-lhe um caráter econômico. Chamou o já parceiro Washington Novaes, que estava no jornal *Correio da Manhã*, para chefiar a redação. No ano que ficou marcado pelas manifestações estudantis no Brasil e na França e pela intensificação da oposição de vários setores da sociedade contra a ditadura militar, a revista *Fator* foi idealizada por Biondi para ser contundente – e foi.

O número zero, feito para apresentar a nova publicação às agências de publicidade, ficou tão bom no parecer de seus executores que estes resolveram levá-lo às bancas. Na capa, o título "A suave invasão" trazia o ator do Cinema Novo Joel Barcellos com a boca escancarada, entupida de dólares, em foto de Pedrinho Moraes, filho do compositor e diplomata Vinícius de Moraes. Nas páginas internas, a chamada irreverente – "As galinhas de São Paulo cacarejam alegremente: chegou 'Red Seal'" – encabeçava a reportagem

bem elaborada, baseada em pesquisas acuradas, ilustrada com gráficos e quadros explicativos. Dava continuidade à crítica à política econômica implementada por Delfim Netto, mostrando item por item, que não havia dupla contagem e sim um imenso desperdício com a importação de supérfluos, como conta Novaes:

Nós conseguimos os mapas de importação da Cacex do ano inteiro; pegávamos item por item e íamos classificando, abrindo fichas para cada um. Passamos inúmeras noites assim: pena de avestruz, abria uma ficha: pena de avestruz, tantos dólares; ração para cachorro, abria uma ficha: ração para cachorro, tantos dólares; pérolas cultivadas, não sei quantos dólares, escargot, chocolate, etc.... Depois somamos todas as importações, nem o Delfim tinha isso. Era a matéria-prima para um artigo, provando que havia um rombo desnecessário por uma política incompetente do Delfim.

Fator teve três edições publicadas e foi encerrada em dezembro, juntamente com a promulgação do famigerado AI-5, que fechou o Congresso Nacional, cassou e eliminou opositores, suspendeu o *habeas corpus* e instituiu a repressão política e a censura à imprensa. A revista foi extinta e Biondi, mais uma vez, se viu na rua.

Revista *Veja* (SP), 1970

Em 1969, Novaes indicou Biondi a Mino Carta para substituí-lo na revista *Veja*, lançada em 11 de setembro do ano anterior. Seu trabalho consistiria em escrever sobre bolsa de valores e outros investimentos nas páginas amarelas, um pequeno caderno de serviços sobre o comportamento do mercado de capitais, em franco crescimento. A revista atravessava uma fase difícil, a tiragem havia despencado de 600 mil exemplares, alcançados no lançamento, para 40 mil, e a principal orientação editorial para atrair novos leitores era que se escrevesse em português, não em "economês".

No final do ano, Roberto Civita já havia feito vários convites para que Biondi acumulasse a editoria de Economia, mas ele resistia. A política econômica gerava recessão, desemprego, aumento das importações e do endividamento externo agravando a crise cambial, e o jornalista criticava ferozmente o modelo concentrador implementado pelo governo. Suas análises já haviam resultado em conflitos com o ministério da Fazenda nas últimas revistas em que trabalhara e nesta não seria diferente, ponderava. "Eu achava que não daria certo porque não estaria disposto a falar apenas o que o Delfim queria. E que também não iria fazer a editoria pretendida pela revista."

Biondi acabou aceitando a proposta e rapidamente seus temores se confirmaram. A pressão do ministro era contínua e incluía telefonemas à direção perguntando se as posições expressas nas matérias de Economia eram de *Veja* ou do jornalista.

Revista **Fator** edição novembro/dezembro de 1968.



**FATOR
FATOR
FATOR
FATOR**

EXPEDIENTE

Vol. 1, Nº 2 - Novembro 1968
 Rua: Rua 4, Bloco 2, Avenida
 Brasil de Faturado, 1968
 Caixa Postal 1968
 Rio de Janeiro, RJ
 Telefone: 253-1111
 Direção: Aloysio Biondi
 Redação: Aloysio Biondi
 Circulação: Aloysio Biondi
 Assessoria: Aloysio Biondi
 Colaboradores: Aloysio Biondi, ...
 Impressão: ...
 Distribuição: ...

Índice

Índice

ARTICULO CAM

UM BRASIL DE FUTURO 2

Na 1968, o Brasil enfrenta 50 milhões de habitantes em crescimento descomunalmente, e tanto o crescimento da população quanto o aumento da renda per capita, exigem a adoção de novas, modernas e adequadas técnicas, e novas formas de governo. ...

ECONOMIA 22

A "crise do petróleo" e sua repercussão no que concerne ao Brasil, significa que o Brasil precisa tomar uma série de medidas para se preparar para o futuro. ...

MERCADO DE CAPITAIS 26

O Brasil precisa melhorar o seu sistema financeiro e comercial para atrair o investimento estrangeiro. ...

INTERNACIONAL 52

Na 1968, o Brasil enfrenta 50 milhões de habitantes em crescimento descomunalmente, e tanto o crescimento da população quanto o aumento da renda per capita, exigem a adoção de novas, modernas e adequadas técnicas, e novas formas de governo. ...

Índice

BALANÇETE 2

LUCROS E PERDAS 19

EDUCAÇÃO 34

CAIXA DOIS 42

COMERCIO EXTERNO 44

INFORME SEGURO 47

SEGUROS 49

DOCUMENTAÇÃO/CARTAS 53

EDITORIAL 55

FALTOU OZOR 57

este homem é um empresário e continua mal informado



A imprensa brasileira sempre teve uma atuação precária. Conseqüentemente, os brasileiros não recebem informações sobre o mundo e o Brasil. ...

Com "Fator", a sua falta de informação não se torna um problema. ...

FATOR

— Uma revista para os homens de decisão —

preçada o capon de assinatura encartado nesta edição



MAS MAIS DO DINHEIRO ESPECULATIVO

Resumo de investimentos em ações (milhões de dólares)

	1967	1968
Investimentos em ações	100	150
Investimentos em títulos	20	30
Investimentos em imóveis	10	15
Investimentos em outros	5	10
Total	135	205

gostaria. Com a descoberta de um novo método de produção de aço, a indústria de aço no Brasil está se preparando para o futuro. ...

Havia, entretanto, outros problemas ameaçando a publicação. Em agosto, um derrame afastou Costa e Silva da presidência e uma junta militar, formada pelos ministros da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, assumiu o poder. Uma semana depois, duas organizações de esquerda – a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – seqüestraram, no Rio de Janeiro, o embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, conseguindo, em troca de sua soltura, a liberdade para 15 prisioneiros políticos. No dia 18 de setembro, um decreto alterou a Lei de Segurança Nacional suspendendo a garantia de *habeas corpus*, restringindo outras liberdades individuais e instituindo a pena de morte e a prisão perpétua para os crimes previstos na lei.

A censura prévia endurecia juntamente com a ditadura, atingindo não apenas os meios de comunicação, mas também toda a produção cultural e científica do país. A posse do general Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro, inaugura os "anos de chumbo", período de violenta perseguição e repressão aos opositores do governo que só teve fim no mandato de seu sucessor, Ernesto Geisel. Sob o governo Médici, centenas de pessoas sofreram perseguições, prisões ilegais, exílio, torturas e assassinatos; shows, filmes, peças e músicas foram mutilados ou simplesmente proibidos de serem apresentados.

Mino Carta, diretor da revista, conta que a edição de 10 de dezembro de 1969 trouxe reportagem de capa sobre a tortura:

Era uma grande matéria comandada pela equipe de Raimundo Pereira. A equipe levantou mais de 150 casos de tortura e havia três casos contados em detalhe. Uma semana antes, nós tínhamos saído com uma capa sobre a posse do Médici (1969-1974) dizendo que ele não queria tortura. Fizemos uma puxação de saco com ele e, é lógico, já sabendo que viria em seguida a matéria com os casos de tortura. Queríamos só preparar o caminho. Mas aconteceu que a imprensa da época foi atrás da capa da *Veja* e começaram a dizer, durante toda aquela semana, que o Médici realmente não queria tortura. Por causa disso, saiu uma ordem, numa quinta-feira, de que o regime militar proibia qualquer referência ao assunto. E na sexta-feira [risos], eu mandei desligar os telefones da redação para não chegar essa ordem até nós. A revista saiu, mas foi recolhida nas bancas. Naquele tempo, não havia assinaturas. Ela ia para a banca e a censura passava recolhendo.

Nesse ínterim, Biondi continuava acumulando as duas editorias. E decidiu publicar uma reportagem tratando do que considerava um escândalo: o financiamento para construção de um ramal ferroviário no porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, para escoar a produção vinda de Minas Gerais da mineradora Hanna Mining. Novaes conta:

A Mineração Águas Claras (Hanna e o grupo Moreira Salles) fez o projeto pedindo ao governo federal que construísse, por conta dele, um ramal ferroviário ligando a Central do Brasil a suas minas; e outro ramal também ligando a ferrovia ao porto de Sepetiba para que ela pudesse exportar. Em troca de todos esses favores, não oferecia nada: ainda pedia uma tarifa rebaixada na ferrovia. E, para que ela não agravasse o déficit da Central, sugeria que se aumentasse as tarifas dos serviços utilizados pelo próprio governo e outros usuários.

O Bird (Banco Mundial) recusou o empréstimo por considerar a obra antieconômica. Apesar de o parecer do órgão internacional afirmar que a Estrada de Ferro Central do Brasil iria transportar minério de ferro subsidiando a empresa americana, o governo liberou o dinheiro. À revista *Caros Amigos*, Biondi relatou o episódio:

No meu texto abri um travessão só: "Subsidiar, isto é, a Central do Brasil vai ter prejuízo para a Hanna ter lucro", e fechei. Na segunda-feira o Roberto [Civita] me chamou: "Será que toda semana tenho que abrir a revista e me irritar?" Eu falei: "Ué, vocês dizem que não é para escrever em economês; em segundo lugar, avisei que, quando começasse a escrever em português as pessoas iam entender e ia ser diferente; em terceiro lugar, também não vou abrir a revista e me envergonhar, então não dá. Volto para o Mercado de Capitais.

No entanto, continuou escrevendo para a editoria de Economia. Em fevereiro de 1970, assinou, juntamente com Emílio Matsumoto, editor de Economia e Negócios, reportagem intitulada "O cerco sem violência", sobre modificações no Imposto de Renda. Publicada em quatro capítulos, a matéria explicava, em linguagem simples, as vantagens e facilidades da nova forma de declaração do imposto e defendia o fisco contra a sonegação de empresas e pessoas físicas. A dupla ganhou o Prêmio Esso de Informação Econômica daquele ano, o segundo recebido por cada um deles – Matsumoto já havia sido premiado em 1969, pela *Veja* e Biondi, em 1967, pela *Visão*.

Foi nessa redação que Biondi, com 34 anos, conheceu Ângela Leite, 19, estudante de filosofia. Ela fazia estágio como diagramadora e artista gráfica, e ouvia, durante as madrugadas, em plena vigência do AI-5, batidas na máquina de escrever que se assemelhavam a uma metralhadora e se perdiam em meio às inúmeras baias da redação deserta. Ângela conta que o vice-chefe da editoria de arte era Hélio de Almeida:

O Aloysio era grande amigo do Hélio de Almeida, ele nos aproximou e eu aproximei o Hélio da minha irmã. Casamos todos! Nós começamos a namorar numa festa (...) Eu fiquei ao seu lado enquanto ele mexia um caldeirão de sopa de cebola (...) Era um super-cozinheiro e estava ali, me fascinando com suas histórias, contando que já tinha sido dono de pensão e que, quando faltavam os cozinheiros, ele ia pra cozinha, que era um local de reunião.

Depois de seis meses, contudo, Biondi rompeu o namoro. Ele não estava convencido de que alguém tão jovem pudesse agüentar toda a complexidade da vida que levava. No início de 1971, mudou-se outra vez para o Rio de Janeiro, atendendo a mais um chamado do amigo Novaes. Dessa vez, o desafio era produzir um caderno econômico diário no jornal carioca *Correio da Manhã*.

Capítulo 3

Contra o milagre econômico

Jornal *Correio da Manhã* (RJ), 1971 a 1972

Um dia o diretor de Redação do diário *Correio da Manhã*, Reynaldo Jardim, disse a seu editor nacional, Washington Novaes, que queria fazer um caderno econômico diário e pediu um projeto.

- Bem, vou pensar, disse Novaes.
- Tem até quarta-feira pra me trazer o projeto, retrucou Jardim. Era segunda-feira. Na quarta, Novaes levou o projeto. E Jardim:
- Vamos começar domingo. Um caderno de oito páginas.
- Como, começar domingo? Não tem ninguém aí pra fazer isso.
- Pode escolher quem você quiser na redação.

Novaes selecionou cerca de 20 jornalistas, formando um time composto, entre outros, por Flávio Pinheiro, Roberto Mello, Alberto Coelho de Souza (filósofo aposentado pelo AI-5), e Fabiano Villanova (deputado cassado pelo mesmo ato institucional). Assim, nasceu o "Diretor Econômico", primeiro caderno diário de Economia do Rio de Janeiro.

O êxito do suplemento foi imediato. Logo, Novaes foi autorizado a contratar reforços para a equipe e convidou Biondi para ser o editor de mercado de capitais.

Vindo de São Paulo, o jornalista fazia a cobertura de fundos e a análise das ações de diversas empresas. O período era de ascensão das Bolsas de Valores no Brasil, e Biondi tinha uma coluna chamada "As fichas que estão em jogo" em que procurava, segundo ele, "mostrar as distorções, puxadas e manipulações, tudo fundamentado. Então, quando subia a Cia. América Fabril, eu botava lá: Subiu tanto, contudo seu último balanço mostra um prejuízo: manipulação clara."

Biondi começava mais uma batalha, dessa vez para mostrar que o *boom* das Bolsas era especulativo e que os corretores enganavam os pequenos investidores. A avidez dos grandes investidores e a intensa procura por ações de empresas que abriam seu capital e se convertiam em sociedades anônimas foram alvo do suplemento ao publicar o caso "Merposa", até hoje lembrado no mercado de capitais. Tratava-se de um lançamento de ações que agitava as mesas de operação. A certa altura, alguém começou a gritar: Merposa! Merposa! Naquele único dia, a empresa teve um enorme volume de ações subscritas. E o "Diretor" explicava: fictícia, Merposa significava Merda em Pó S/A.

Biondi queria também denunciar os corretores que empurravam ações podres para os pequenos investidores, e enviou uma repórter para pedir orientações a eles. Ela contava que a família era de Mato Grosso, o pai havia morrido e a mãe queria investir o dinheiro de que dispunha. A matéria, intitulada "O outro lado do mercado", evidenciava a má-fé reinante, conforme o jornalista contou a Venâncio de Rezende:

Eu dei uma página dupla com o depoimento dela mostrando a sacanagem que as corretoras faziam com o pequeno investidor. Ela dizia ter 10 mil para aplicar e eles mandavam comprar as porcarias. E eu, do lado de cá, dava a verdade. E nós éramos tão loucos! Só tinha máquina de calcular manual de manivela. Nós publicávamos todo dia a variação, nas páginas de fundos de investimentos, da cotação do dia, dos últimos três dias, na semana e no mês, tudo calculado aqui.

As pressões não tardaram. Uma delas vinha do presidente da Bolsa carioca, lembrou Biondi em entrevista ao *Coojournal*:

Um dia, o Marcelo Leite Barbosa, que já morreu, era dono de corretora e presidia a Bolsa do Rio, tentou me denunciar como subversivo, alegando que eu estava tentando destruir a Bolsa, "a maior conquista da Revolução". Ele tinha um sócio, chamado Maurício Cibulares, que fazia uma coluna de dicas, puxando os papéis deles. Juntei isso, anexei minhas coisas fundamentadas e apresentei um dossiê pra direção do *Correio da Manhã*, que neutralizou a denúncia.

Quando as bolsas despencaram, no famoso *crash* de 71, muita gente tinha vendido seu patrimônio para aplicar em ações e o pânico se instaurou diante das perdas inevitáveis. Mais um ponto para o analista Biondi, ainda que ele não comemorasse esse tipo de acerto. Os problemas, porém, não paravam por aí. Além do conteúdo do caderno, crítico aberto e ostensivo do modelo econômico concentrador implementado por Delfim Netto, o *Correio da Manhã* mantinha uma posição, desde o golpe, de oposição à ditadura militar, indo na contramão da grande imprensa, majoritariamente apoiadora do governo Médici.

Dirigido por Niomar Sodré, o jornal denunciava a violência, as perseguições e torturas, as cassações de mandatos e dos direitos políticos. Essa postura editorial resistiu até mesmo a uma bomba, lançada contra sua sede em dezembro de 1968, e à prisão de Niomar e outros jornalistas em janeiro de 69, imediatamente após a edição do AI-5. No entanto, o jornal não adotava como linha a crítica à política econômica do governo, criando uma dicotomia entre ele e o "Diretor".

No final desse ano, os irmãos Alencar – também donos da Construtora Metropolitana, uma das maiores empreiteiras do país –, arrendaram o diário. Aos poucos, o conteúdo editorial distanciou-se da oposição, enquanto se faziam substituições na redação visando à aproximação com o governo.

O "Diretor Econômico", por sua vez, crescia – aos domingos, já tinha 12 páginas – e ganhava importância: atraía anunciantes e dava prestígio ao *Correio*. Os proprietários manifestaram a Novaes sua intenção de separar o caderno, transformando-o em outro jornal:

Isso significava uma coisa muito complicada que era levar à falência o *Correio da Manhã*, que tinha se transformado num símbolo de resistência à ditadura. Então, colaborar para isso era muito ruim, e eu disse que ia pensar no assunto. Fiquei remoendo essa história; o Aloysio também sabia dessa proposta. Nesse meio tempo, entrou para o *Correio* o Ari de Carvalho, que era o cara do *Última Hora* em Porto Alegre, em 64. E que fez o jogo da ditadura, entregou os arquivos do jornal para identificarem pessoas, e começou a fazer esse jogo de esvaziar o *Correio da Manhã*.

A resistência de Biondi e Novaes à extinção do jornal foi agravando a crise e, no início de 1972, toda a equipe do caderno foi demitida. Depois de dez meses de sucesso, o "Diretor Econômico" chegava ao fim e Biondi estava novamente desempregado.

Jornal do Comércio (RJ), 1972 a 1973

Era ainda 1972 quando João Calmon, diretor dos *Diários Associados*, convidou Biondi para ser o diretor de Redação do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Ele conta que aceitou porque um amigo chamado Janio de Freitas disse: "vá". "Todo mundo me aconselhou a não ir, inclusive porque os salários estavam atrasados havia quatro meses. Aliás, a única condição que eu impus foi que botassem os salários em dia. Esperei quatro meses até que isso acontecesse".

Sob a direção de Biondi, o *Jornal do Comércio* foi o primeiro diário a apontar a concentração de renda como um dos pilares do milagre econômico, que atingia seu auge. Nesse período (1969 – 1973), o Produto Interno Bruto cresceu, em média, 11,5% ao ano, estimulando investimentos em infra-estrutura, principalmente na construção civil. Além disso, a ciranda financeira se estabelecia juntamente com a enxurrada de capital estrangeiro que entrava no país. As críticas vinham no já conhecido estilo sarcástico do novo diretor, que conta, em entrevista ao *Coojornal*:

Por exemplo, a "invasão japonesa". Eu arranjei uma foto de um bando de japoneses chegando no aeroporto e usava quase diariamente como se fosse uma vinheta para qualquer notícia que falasse de investimento japonês no Brasil. Naquela época, nós falávamos também da concentração de terras, dos custos da agricultura brasileira e da monocultura da soja, coisas para as quais ninguém ligava.

Além de seu trabalho no jornal, Biondi passou a escrever e editar a seção de Economia de *Opinião*, recém-lançado. O semanário alternativo era uma frente de esquerda e buscava ocupar o espaço do jornalismo crítico e oposicionista que a censura prévia e a repressão política haviam tornado quase impossível exercer na grande imprensa. Dirigido por Raimundo Pereira e tendo como financiador o empresário Fernando Gasparian,

Opinião reuniu grandes nomes do jornalismo como Elifas Andreatto, Bernardo Kucinski, Washington Novaes e Marcos Gomes, que assumiu a editoria de Economia quando Biondi, diante da impossibilidade de conciliar os dois trabalhos, tornou-se colaborador, juntando-se a Paulo Francis, Celso Furtado, Paul Singer, Chico de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

Em 1973, a sucessão presidencial agitava os militares. A repressão política e a censura prévia mantinham os opositores do regime fora das decisões estratégicas, mas trazia desgaste e divergências entre a chamada "linha dura", representada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici e outra mais moderada, que defendia um processo de distensão democrática pragmática, representada pelo general Ernesto Geisel. Para Biondi, o jornal teve um importante papel na conjuntura e nas diretrizes do novo governo:

Talvez esse tenha sido o meu projeto de maior influência, porque o modelo do milagre econômico do Delfim estava estourando e existia uma briga (ali) dentro para a sucessão do Médici. O *Jornal do Comércio* era um jornal pequeno, com uma tiragem de 4 a 5 mil exemplares e, sendo um jornal que circulou na Escola Superior de Guerra, nas alas chamadas nacionalistas, ele teve uma influência no processo da sucessão. Talvez esse tenha sido o meu momento de maior influência, porque, embora eu tenha sido sempre polêmico, esse foi o meu momento de influência política mais direta.

Considerada por Biondi como a melhor experiência jornalística anterior ao *DCI*, sua passagem pelo diário carioca durou apenas dez meses. Em setembro de 1973, uma edição especial abordando todos os problemas econômicos brasileiros foi interdita ainda na gráfica e impedida de circular. A explicação – e também a causa do pedido de demissão do cargo – tinha um nome bem conhecido: Delfim Netto. "O João Calmon me chamou para dizer que tudo estava indo muito bem, que aquela era a melhor fase do jornal, mas que, para o Delfim, quem não era amigo era inimigo e, portanto, eu não poderia continuar lá."

Biondi encerrava mais uma passagem pela grande imprensa: exitosa, breve e conflituada. Dessa vez, a demissão aconteceu em um momento especialmente delicado: ele acabara de se casar com Ângela Leite, com quem havia rompido anos antes. A relação foi retomada quando, certo dia, ela recebeu uma ligação do ex-namorado. "Olha, vou falar rápido. É o seguinte: eu resolvi me casar com você. Se quiser, vem aqui para o Rio me encontrar; senão, esquece o que eu falei".

No aeroporto Santos Dumont, Ângela encontrou um colega dele, que a esperava devidamente orientado por uma foto 3X4. Aloysio Biondi o enviou porque não podia abandonar a redação do jornal para receber a noiva. Para quem já conhecia sua obsessão pelo trabalho, isso não era tão surpreendente.

A falta de alternativa que fizesse frente à instabilidade profissional foi compensada por Biondi com a realização, por um ano, de trabalhos *free lancers*, até receber um convite para dirigir a sucursal carioca da *Gazeta Mercantil*.

Capítulo 4

A busca pelo jornal de Economia

Jornal *Gazeta Mercantil (SP)*, 1974 a 1976

Ao assumir a chefia da sucursal do Rio de Janeiro da *Gazeta Mercantil*, Biondi se engajou no projeto de remodelação do jornal iniciado por Hideo Onaga em 73 e capitaneado por seu substituto, Roberto Müller Filho.

A *Gazeta*, do empresário e deputado federal udenista Herbert Levy, era definida por seu proprietário como um "jornal de protesto". No sentido estrito da expressão, até o início dos anos 70, sua maior fonte de receita era a publicação de protestos de empresas que haviam entrado em concordata ou tinham falência decretada. Os editais ocupavam 19 das 24 páginas diárias e a reforma visava a produzir um primeiro caderno com 12 páginas editoriais tratando de política econômica, finanças, mercado de capitais, agropecuária e reportagens sobre os diversos setores produtivos. O segundo caderno apresentaria uma página sobre legislação e continuaria publicando os protestos.

Apesar de ser um jornal pequeno, com 4 mil assinaturas e outros 4 mil exemplares vendidos de forma avulsa, a *Gazeta Mercantil* caminhava ao encontro de seu principal objetivo: ser um jornal de negócios diário. Por isso, assim que Müller soube que Aloysio Biondi, jornalista econômico conhecido e reconhecido em todo o país, estava desempregado, começou a buscar alternativas que viabilizassem sua contratação.

A solução encontrada pelo diretor de Redação foi aprovada por Levy: o jornal abriria mão de uma das agências fornecedoras de notícias e, com o dinheiro economizado, contrataria Biondi para chefiar a sucursal do Rio de Janeiro. O jornalista contrapropôs – para espanto e entusiasmo de Müller – que, pelo valor de seu salário, fossem contratados, além dele, mais três jornalistas.

A intensa produção da sucursal carioca e a qualidade das matérias enviadas contribuíram para que a *Gazeta* ganhasse a importância e o prestígio necessários a um jornal econômico. O milagre brasileiro começava a dar demonstrações de esgotamento: nas eleições, a oposição legal, representada pelo MDB, venceu a Arena, governista, na maioria das grandes cidades e levou 59% dos votos para o Senado e 48% da Câmara dos Deputados; enquanto a inflação acumulada de 1973 fora de 15,57%, a de 1974 caminhava para mais que o dobro (foi 34,55%); a dívida externa ultrapassava os 15 bilhões de dólares, agravada pela crise do petróleo do ano anterior; as movimentações financeiras no *open market* e *over night* cresciam aceleradamente e Biondi denunciava a especulação: escreveu uma página inteira falando sobre "a sacanagem do *open*". Um dia, foi chamado por Levy e viajou a São Paulo, junto com Müller:

O homem foi de uma dureza... Ele falou: – *Eu sou professor de Economia. O senhor está enganado. O over existe nas aplicações de caixa. Não existe especulação*

financeira. Eu espero que tenha sido apenas um equívoco do senhor porque na nossa empresa as pessoas têm de ser responsáveis pelo que fazem. E esses erros comprometem o jornal (...). Eu pensei: "Esse tempo todo brigando com a ditadura do Delfim. Agora, esse cara vem me dizer essas coisas". Então, eu disse: – *Müller, o sapo não desce.* Ele respondeu: – *Pelo amor de Deus, Aloysio. Já imaginou se você sai do jornal uma semana depois que você entrou?* Eu falei: – *Está bom.*

Tratado mais uma vez como incoseqüente, meses depois sua análise se mostrou correta:

Estourou o Banco Econômico, que era a câmara de compensação de todo o rolo. E esse banco é tão sem-vergonha... As cartas de recompra eram todas compensadas na câmara de compensação do Econômico na Candelária (...) Você sabe quem movimentava o mercado financeiro inteiro? O gerente da agência? Ninguém sabia. O Banco Central não sabia, o ministro não sabia. Mas aí o velho teve uma atitude digna. Ele me chamou e disse: – *Olhe Aloysio, eu peço desculpas. Nunca imaginei que a especulação atingisse esse ponto... E nós vamos fazer um seminário no Sheraton com o Simonsen, o pessoal todo das instituições financeiras...* Então saiu aquela resolução 266, para ir reduzindo gradativamente as cartas de recompra. Não dava pra dizer: "A partir de hoje não tem carta de recompra". Desabava tudo. Então, o velho pediu desculpas e fez um seminário.

As críticas eram feitas sempre em cima de dados, evitando ataques pessoais, e isso dava a Biondi crédito e reconhecimento entre empresários, banqueiros e membros do governo. O jornalista José Alencar, em artigo intitulado "O homem que atinava", publicado na *Gazeta* uma semana após a morte do amigo, lembra que ele era respeitado até por militares:

Suas brigas com a ditadura eram bem toleradas, até porque não configuravam oposição sistemática. O general Araken de Oliveira determinou que todos os anúncios da empresa que dirigia, a Petrobras, deveriam também sair na *Gazeta Mercantil*. E elogiava Biondi. Se sua crítica era feroz (até por ser "irrespondível"), Aloysio também elogiava. Como quando o governo Geisel lançou um tal de Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), para dar comida às famílias que sobreviviam com menos de dois salários mínimos mensais. Biondi elogiou. Um enxerido editor do jornal fez as contas e publicou um artigo mostrando que o Pronan era uma falácia: daria meio pãozinho por dia a cada necessitado. Biondi poderia ter respondido com outro artigo. Generoso, preferiu o puxão de orelhas particular:

– Errei ao elogiar o Pronan. Fui ingênuo. Pensei que, se perguntasse ao pobre, ele preferiria ganhar 180 pãezinhos por ano a ganhar nada.

Müller continuava a reforma do jornal: insistiu para que Biondi voltasse para São Paulo e reorganizasse a editoria de Agropecuária; trouxe Bernardo Kucinski de Londres para assumir Matérias-Primas, enviou Alencar para chefiar interinamente a sucursal de Brasília e depois o trouxe de volta para criar a editoria de Energia.

Em 1975, Biondi foi promovido a secretário de Redação e ali pautava todas as editorias e sucursais. Um ano depois, o primeiro grande ciclo de modernização da *Gazeta Mercantil* estava praticamente estruturado. Biondi, no entanto, tinha discordâncias:

Em 76, a *Gazeta* optou por ser um jornal de superestrutura. Foi quando eu resolvi que não deveria ficar. Afinal, eu tinha passado o período 1967 a 1974, o auge da ditadura, tentando discutir a economia brasileira. E, finalmente, quando estávamos chegando a uma abertura lenta e gradual e eu via a possibilidade de discutir poder e concentração de renda, teria que me submeter a fazer matérias sobre a Volkswagen?

Antes, a *Gazeta* era um jornal de Economia que preferia discutir um determinado assunto a simplesmente fazer uma transcrição de gravador. Nós sempre introduzíamos dados novos no debate. Porque o que interessa não é o que o presidente da Fiesp acha do crescimento de um determinado setor, mas sim o que os números mostram sobre o que está acontecendo com o setor. Para ouvir choradeira a gente manda um *boy* gravar a entrevista e depois só transcreve. A *Gazeta*, com a reformulação, voltou a publicar declarações de quem acha que a situação está ruim e de quem acha que a situação está boa sem fazer uma avaliação própria com base em dados. Então, achei que devia sair.

Biondi já pensava em desenvolver seu próprio projeto de jornalismo econômico. E era isso mesmo o que o *Diário Comércio e Indústria* queria dele ao convidá-lo para ser seu editor-chefe.

Jornal DCI (SP), 1976 a 1978

O *Diário de Comércio e Indústria*, um sólido jornal paulista, com o novo editor, mudou de nome e tornou-se simplesmente *DCI*, como era mais conhecido por seus leitores. Para o jornalista Matías Molina, que trabalhou com ele na *Direção* e na *Gazeta Mercantil*, Biondi queria fazer um jornal que refletisse suas idéias e acreditava que poderia exercer maior influência junto à opinião pública com um jornal inteiro do que com a coluna que assinava:

Ele saiu, possivelmente até ganhasse menos no *DCI* do que na *Gazeta*, montou equipe, formou muitos jornalistas – o Aloysio era um grande formador de jornalistas – e o pessoal que se dedicava a ele tinha uma questão, além de profissional, muito pessoal,

quase um sacerdócio, um respeito, uma admiração, porque ele se colocava sempre com idéias muito claras, definidas. Ele nunca achava que estava errado, ele tinha idéias muito fixas. Mas o fato de estar certo ou errado não tem tanta importância quanto o fato de ele montar um raciocínio, levantar questões, provocar debates inteligentes. Isso é o que interessa, pode-se concordar ou discordar, mas isso não importa, pelo contrário, o fato de você ter que repensar suas posições para conquistar totalmente ou em parte outras opiniões exercita o intelecto das pessoas.

A ascensão da *Gazeta Mercantil*, que Biondi ajudara a construir, não permitia que seu concorrente executasse projetos grandiosos. Inicialmente, a pequena equipe contava com apenas 14 pessoas e seu editor-chefe trabalhava 16 horas por dia para fazer um jornalismo independente dos grandes. Ao jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Biondi explicou as bases de seu projeto:

O *DCI* está provando que se pode fazer jornalismo sem subserviência às fontes, porque não interessa ser bem visto, ser festejado pelas fontes e sempre silenciar para não perder essas fontes. O que interessa são os dados e os fatos, disponíveis em qualquer lugar, para construir um texto fundamentado. O Mino Carta tem se penitenciado de alguns vícios que introduziu no jornalismo brasileiro, inclusive a formação de redações gigantescas nos moldes norte-americanos. Mas acho que ele não se penitenciou do pior pecado, lançado por *Veja*, que é o jornalismo de texto, a enfeitação e a falsa sofisticação dos repórteres e "copys". Nos tempos de *Veja*, vi muita gente descer aos arquivos da Abril e abrir um livro com uma tragédia grega que nunca lera na vida para usar um trecho como epígrafe em seu texto. Um exemplo: para falar num vereador que trai o prefeito, lá vinha uma citação de um clássico qualquer sobre Brutus e Cesar, dando a impressão de erudição ao leitor, o que não seria um mal, não fosse para encobrir a própria falta de conteúdo da matéria. Chamo a isto jornalismo engana-trouxa, sem conteúdo, sem informação, muitas vezes ignorante mesmo. É proibido ter senso crítico, é preciso mostrar-se radical e criticar sempre apenas (este apenas é importante) o governo. Quando se cuida só de texto, quando não se sabe nada, quando se é sectário, só se pode informar mal. O projeto *DCI* surgiu do desejo meu e de meu grupo de jornalistas de voltar a fazer um jornalismo que forme opinião pública – pois acreditamos que o jornalismo continua a ter esse poder. O *DCI* critica, denuncia, é agressivo mesmo. Mas para isso pesquisa, analisa, dissecar.

Meses depois, Biondi havia estabelecido um limite de trabalho de dez horas por dia. Mas, além disso, mantinha uma coluna semanal na revista *IstoÉ*, cujo teor sempre evidenciava a oposição ao modelo concentrador ainda vigente no governo Geisel.

O estilo excessivamente crítico do editor-chefe trazia alguns problemas aos repórteres. Além da qualidade do texto, que deveria ser sempre claro, limpo, coerente,

simples e bem escrito, este ainda deveria refletir uma ampla cobertura de cada área. Os questionamentos cotidianos do jornal, porém, não facilitavam o acesso às fontes, temerosas de que suas declarações servissem de artilharia para Biondi e, mais do que isso, que despertassem a ira das autoridades da ditadura militar. Por isso, obter entrevistas era tarefa árdua e, quando se dispunham a receber um jornalista do *DCI*, os representantes de bancos, empresas e demais setores insistiam no fornecimento das informações em *off*.

O jornal alcançava prestígio entre pequenos e médios empresários e também em altos escalões do governo, discutindo o modelo e a política econômica nas mais diversas áreas. Entre as inovações, o diário instituiu como praxe ouvir os presidentes de associações regionais de lojistas; criou a seção de Hortifrutigranjeiros e o Departamento de Pesquisa, responsável pela formação do primeiro banco de dados em uma redação; publicou estudos secretos de órgãos governamentais; e fortaleceu a sucursal de Brasília. Além disso, segundo Biondi, alertava sobre a especulação:

A expressão "ciranda financeira" foi criada no *DCI*. E a gente dava de manchete a loucura que era o negócio do over. Na seção de Finanças, por exemplo, o banqueiro falava, mas os gerentes também falavam dos custos financeiros das empresas.

O sucesso do *DCI* também evidenciou a precariedade financeira do projeto. As tabelas de publicidade não acompanhavam o aumento da tiragem, de modo que o aumento das vendas e, conseqüentemente, do custo do jornal, não tinha como contrapartida o aumento na veiculação de anúncios. Em 1979, Biondi foi ser editor de Economia do *Jornal da República*, experiência que durou menos de seis meses.

Biondi e Ângela tiveram Pedro, Antonio e Beatriz entre 1976 e 1979. A convivência com a família de Ângela era intensa e os pais dela não escondiam a satisfação com os casamentos de seus três filhos, todos com jornalistas, e com os netos concebidos dessas uniões. O músico e também jornalista Geraldo Leite, irmão de Ângela, recorda, em artigo após a morte do cunhado (íntegra no Anexo 5):

O Alóys, como o chamávamos, era de casa e tenho grandes recordações de belos almoços de família no domingo, liderados pelo meu pai Manuel Leite, onde minha mãe tinha quase que implorar para que parássemos de falar, debater e trocar informações sobre o Brasil e sua comunicação (imprensa, arte, música, rádio, TV, propaganda, etc.).

Com o tempo aprendi a admirar melhor as suas posições e entender que por trás da aparente simplicidade de sua abordagem estava uma visão muito mais real, menos carregada de ideologia ou dogmática, do que minha vã (e põe vã nisso) filosofia supunha. Ele passou por muitos jornais e tinha sempre muito o que falar.

Vieram nossos 9 filhos (4 da minha irmã Laura Beatriz com o Hélio de Almeida, 3 dele com a Ângela Leite e 2 meus com a Beth Carmona) para satisfação nossa e, é

claro, dos meus pais. Foi com o exemplo dele de saber enfrentar as dificuldades com força e bom humor que aprendi a enxergar mais longe e até a dar menos valor para os pequenos percalços da vida.

Biondi tornou-se grande amigo dos sogros de tal forma que, quando separou-se de Ângela, em 1986, recebeu e aceitou seu acolhimento e mudou-se para a casa deles, agora na condição de ex-genro. Nos finais de semana, o casal trocava de casa: ele ficava com os filhos e Ângela ia para a casa dos pais. O jornalista dedicava-se então a cozinhar, praticar jardinagem, cantar, e, às vezes, sentar-se ao piano com a caçula Bia. Também fazia questão de fazer as compras de supermercado, o que lhe permitia manter-se informado dos preços e da oferta dos produtos, e ouvir a opinião dos consumidores.

Capítulo 5

À procura de espaço para o jornalismo crítico

Jornal *Folha de S.Paulo* (SP), 1981 a 1985

A terceira passagem de Biondi pela *Folha*, inicialmente como repórter e depois como editor de Economia, foi marcada por intensos debates travados com economistas da Unicamp ligados ao PMDB. Luiz Gonzaga Beluzzo, Luciano Coutinho e Maria da Conceição Tavares opunham-se à análise de Biondi, sempre na contramão, de que a economia dava sinais de recuperação.

Delfim Netto, que ficara fora do ministério de Geisel (foi nomeado embaixador brasileiro na França nesse período), retornou como ministro da Agricultura no início do governo do general João Batista Figueiredo (1979-1984) e, logo depois, assumiu o ministério do Planejamento, afirmando que os próximos anos seriam de crescimento econômico industrial e agrícola.

No entanto, o esgotamento do milagre brasileiro, que havia proporcionado crescimento vertiginoso da economia às custas do aumento da dívida pública, do arrocho salarial e do endividamento externo, mergulhou o país em profunda recessão.

A dívida externa crescia aceleradamente. Em 1974, era de US\$ 17,2 bilhões; em 1979, saltara para US\$ 49,9 bilhões. No final de 1980, já estava na casa dos US\$ 60 bilhões (em 1984, atingiu os US\$ 100 bilhões). A inflação, galopante, evoluía para a hiperinflação – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1978, foi de 40,8%; em 1980, saltou para 99,7% e, em 1984, já estava em 209,1% (em 1989, a espiral inflacionária atingiu seu ápice: 1.863,6%).

O cenário internacional também era crítico, impactado pelo segundo choque nos preços do petróleo, pela elevação das taxas de juros norte-americanas e pela moratória mexicana, fazendo com que os bancos credores e o Fundo Monetário Internacional (FMI) aumentassem as pressões e suspendessem o financiamento de novos empréstimos.

Apesar desse quadro, Biondi afirmava que a economia se encontrava em recuperação. Sua análise conflitava com a que faziam setores da esquerda, entre eles os economistas da Unicamp, para quem a tendência era o aprofundamento da recessão econômica. É de 1980 a carta dirigida à Tavares:

3/110 a 6/11/86

Carta Aberta a Maria da Conceição Tavares ou Delfim de Milagre novo

A oposição brasileira afirma frequentemente que a atual política econômica está levando o país a uma recessão, que põe em risco a abertura política. Essa visão foi recentemente reafirmada pela economista Maria da Conceição Tavares, mestra entre mestres de economistas brasileiros, autora das mais famosas histórias sobre o "salgão brasileiro". Em longa entrevista a uma revista mensal paulista, Maria da Conceição, que recentemente ganhou as eleições para presidir o Instituto de

Economistas do Estado do Rio, afirma ainda que o Brasil se encontra em uma encruzilhada no campo político, e o importante é conversar, debater, para que toda a sociedade decida sobre o seu futuro. Aceitando o seu conselho, endereço-lhe esta carta, a título de conversa, com dúvidas e indagações em torno do papel desempenhado pela oposição brasileira em relação à crise econômica e, por extensão, às próprias dificuldades do processo de redemocratização. Lá vai ela:

"Przada mestra:

Antes de mais nada, gostaria de dizer que uma das coisas que me animaram a tomar a iniciativa de escrever-lhe foi uma de suas afirmações à revista paulista, segundo a qual "dizer que ainda estamos numa ditadura é tolice", e, mais: "não deixa de ser engraçado ver os que dizem isso se comportarem como se estivessem numa democracia" (isto é, adotarem posições radicais, que jamais seriam toleradas numa ditadura, que afirmam existir). Já escrevi, mais de uma vez, que o Brasil viveu nos últimos anos uma situação esquizofrênica, com a sociedade recusando-se a admitir que havia uma "abertura em marcha", com a negação, constante, de todas as etapas percorridas. Tudo se passou, assim, como se o país, depois do negrume do início dos anos 70, tivesse chegado aonde chegou, sem nunca ter saído do lugar...

Gostaria, respeitosamente, de pedir sua autorização para aplicar a mesma visão crítica, usada pela mestra em relação às análises políticas, e aplicá-las às análises econômicas.

Não lhe parece, mestra Maria da Conceição, que também as análises econômicas padecem do mesmo mal, de dizerem as mesmas coisas como se nada tivesse mudado desde 70? Pior ainda: não lhe parece que elas padecem do mal de não quererem encarar a realidade, talvez porque seus autores temam parecer "adesistas" — da mesma forma que se negavam os avanços na área política, com medo do "patrulhamento"? E — eis a questão fundamental que esta carta deseja levantar — não lhe parece, finalmente, que essa posição imobilista contribui para que os problemas econômicos reais não sejam entendidos, e combatidos com os remédios corretos (por pressão da sociedade, que atuaria se fos-

se bem informada), da mesma forma que a cegueira — admitida pela mestra — em relação à abertura política forçosamente retardou a própria abertura? Pode parecer uma heresia, mas não posso fugir à questão: não estaríamos os economistas de oposição contribuindo, com seu irrealismo, para a manutenção do modelo que criticam e, pior ainda, para o crescimento da dívida externa, a que eles forçosamente conduzem? Não estaríamos, enfim, aumentando os riscos de crise econômica e política?

Diz a mestra que, em pleno processo de abertura, insistia-se em que a ditadura não se modificava em nada. Na área da economia, há seguramente dez anos os economistas falam em recessão — e a própria mestra, nos idos de 1973/74, publicou trabalhos em que criticava essa visão, afirmando que era maluquice negar o crescimento econômico do país; o que se devia criticar eram as suas distorções, e não tentar negá-lo, por voluntarismo político. De dois ou três anos para cá, as previsões de recessão cresceram. Dizem os economistas que as empresas estão sendo esmagadas pela política de combate à inflação, pelo controle do crédito. Que elas têm lucros cada vez menores, por causa do controle de preços (até o sempre lúcido empresário Antônio Ermírio de Moraes embarcou nessa ladainha, em pronunciamento recente), e que, por isso, por não terem lucros suficientes, não estão investindo. Essa queda nos investimentos — citada pela mestra em sua entrevista — significaria taxas de crescimento econômico cada vez menores, daqui para a frente, chegando-se à estagnação econômica, ao desemprego, à crise social — e, finalmente, a novo fechamento político.

A própria mestra, em sua entrevista, diz ser "estranho" que o ministro Delfim Netto diga que não vai aceitar a recessão, e que o país

continuará "indo bem", crescendo. Esses pronunciamentos otimistas, diz a mestra, não têm nada a ver com a realidade: "Delfim já está fazendo uma política claramente recessiva. Está dizendo uma coisa e fazendo outra".

Aceitando o seu convite para conversar, mestra Maria da Conceição, gostaria de transcrever alguns dados sobre a economia brasileira, este ano, para tentar clarear as coisas. Vamos falar, exatamente, dos lucros das empresas, a partir da análise publicada por um jornal empresarial de São Paulo no último dia 14 de outubro, dissecando os resultados obtidos por 66 empresas, escolhidas aleatoriamente. O que diz a análise? O lucro líquido dessas empresas cresceu cerca de 130% no primeiro semestre de 1980, em relação ao primeiro semestre de 1979, isto é, houve um aumento real de 25%, em seus lucros, já descontada a inflação de 99,2% entre junho de 1979 e junho de 1980. Note-se bem: não é um lucro real de 25%. É um aumento no lucro real do ano passado, em mais 25%, isto é, se o lucro era de 100% sobre o capital, ele passou a ser de 125%. Um aumento nos lucros obtidos por dois caminhos: aumento das vendas, de um lado, e um aumento de preços maior do que o crescimento das despesas das empresas, de outro. Tanto, que o lucro operacional representou 14% das receitas das empresas, em 1979, e pulou para 16,2%, em 1980.

E agora, mestra Maria da Conceição Tavares? Vendas maiores, lucros maiores — eis a realidade. Como combiná-los com as análises de recessão, partidas de economistas, que lotam as colunas dos jornais? Aliás, ao ler os jornais, a mestra vai descobrir, todos os dias, notícias dizendo que "surpreendentemente" tal setor ganhou mais; "surpreendentemente", tal produção subiu; "surpreendentemente", isto ou aquilo aconteceu. Pergunto eu, mestra Maria da Conceição Tavares: "surpreendentemente" em relação ao quê? Houve uma mudança "surpreendente", inesperada, na realidade — ou houve uma realidade "surpreendente", que desmente as análises e previsões feitas na base do palpite?

A mim — mero jornalista, sem as luzes dos economistas —, o que me intriga e "surpreende" é que, desde o final do ano passado, se fa-

lasse em recessão para 1980 (e contestei essas previsões em artigos nas revistas "IstoÉ", "Brasil 21" e "Status", ainda no princípio deste ano).

Por quê? Porque, como diz a mestra, o "capitalismo tem suas regras", isto é, a "economia de mercado" funciona dentro de determinadas leis — aliás óbvias. Uma delas, óbvia, é que se o poder aquisitivo da massa consumidora cresce, cresce também o consumo, a demanda — e, conseqüentemente, a produção e toda a economia. E é a partir daí que não consigo entender as análises sobre uma recessão em 1980: não lhe parece, mestra, que com a nova política salarial o poder aquisitivo das massas urbanas forçosamente crescerá? Não lhe parece, ainda, que com as grandes safas deste ano o poder aquisitivo também das massas rurais e das cidades do interior avançará? Maior poder aquisitivo no campo, maior poder aquisitivo na cidade: matematicamente, o consumo crescerá, a produção crescerá. Por que cargas d'água se chegou à conclusão contrária, de que haveria uma recessão, em 1980, se falou tanto nela todos estes meses? Por que a "surpresa", agora, ante as estatísticas que mostram o crescimento da produção, das vendas e dos lucros? O que houve? Erro de análise, por incapacidade de encarar a realidade.

Não posso alongar-me ainda mais, o espaço não o permite. Sou forçado a deixar uma série de considerações de lado, e ir direto às conclusões: diz a mestra que, em pleno processo de abertura, se insiste em dizer que a ditadura continua. Diria eu que, em plena política de aquecimento da economia, se insistiu e se insiste em falar em recessão, fechando os olhos à realidade.

O que desejava eu: aplausos ao ministro Delfim Netto, ao governo? Não. Ao contrário. Essa política de crescimento acelerado e desordenado é responsável pelo crescente endividamento externo e pela crise cambial que está aí, com os banqueiros e multinacionais apertando o cerco ao Brasil.

A pergunta que faço à mestra é esta: como mostrar à sociedade, ao poder político, que o ministro Delfim Netto está cometendo um novo e falso milagre cujo resultado é a necessidade de colocar o Brasil em leilão, no exterior — se os economistas dizem que o país está em plena recessão? Não lhe parece chegada a hora dos economistas reverem conceitos e preconceitos para poderem explicar a realidade à opinião pública, e apontar caminhos para o país?

Respeitosamente,
Aloysio Biondi

Em artigo publicado na *Folha*, em 11 de setembro de 1981 (íntegra no Anexo 6), ele explicou as bases de seu raciocínio:

No auge da avalanche de pessimismo sobre a crise mundial, lá pelos idos de 1975, a tradicional revista semanal inglesa "*The Economist*" ironizava a "psicose da recessão", observando que o trágico, na área econômica, é que geralmente se diagnostica "hoje" os problemas de "ontem", isto é, já minimizados, tomando-se medidas para corrigi-los e que (como eles já perderam a força) acabam criando os problemas "de amanhã".

Não fugindo à regra, o Brasil viveu nos últimos meses um clima de apreensão crescente, ante as notícias de desemprego em massa e as previsões de uma recessão sem limites.

Nesse quadro de inquietação coletiva, como apontava "*The Economist*", deixa de ser feita uma pergunta fundamental: o processo de retração da economia vai continuar avançando, ou os fatores que o determinaram já estão saindo de cena, possibilitando alguma recuperação? Confunde-se o "todo" com a "parte": toda informação sobre desemprego ou empresas em dificuldades reforça a convicção de crise — quando o importante seria detectar a tendência geral dos negócios. Esquece-se que, mesmo com a economia já em recuperação, ainda haverá setores atingidos "com atraso" pelos problemas, e empresas idem.

Passados mais de dois anos do início do debate, artigo de sua autoria, de maio de 1983, intitulado "*As verdades e sofismas do ministro Delfim Netto*" (íntegra no Anexo 7), distribuía críticas à esquerda e à direita:

Ao anunciar um superávit de US\$ 60 milhões na balança comercial brasileira, em abril, o ministro Delfim Netto foi extremamente sarcástico em relação a determinada corrente de economistas de oposição, criticando suas afirmações de que "as exportações brasileiras não podem crescer" e a sua proposta de substituição do "modelo exportador" por um "modelo voltado para o mercado interno".

Em relação ao comportamento das exportações brasileiras, não se pode deixar de dar razão ao ministro. Predomina ainda, naquelas correntes de economistas, uma visão rançosa da economia mundial, desenvolvida na década de 50, no pós- guerra — e que era correta na época. No entanto, trinta anos depois, com todas as alterações ocorridas na economia mundial, esse tipo de análise virou mera fantasia, cultivada como se fosse um dogma por uma seita de crentes. A perda de contato com a realidade, por parte desses economistas, ficou claríssima nos últimos anos: enclausurados em sua "religião", repetiam insistentemente que o Brasil não conseguiria exportar "porque os países ricos não comprariam". Alimentados por sua própria ladainha, recusaram-se sempre a se debruçar sobre as estatísticas e analisar a realidade, isto é, verificar como é que o comércio exportador brasileiro estava evoluindo. Se fizessem isso, teriam

descoberto que suas "teses" estavam e estão furadas: desde 1974, o Brasil desistiu de tentar colocar suas mercadorias nos países ricos, e passou a procurar, agressivamente, os chamados "mercados novos", isto é, os países enriquecidos pelo petróleo, os países socialistas ou mesmo os países em desenvolvimento para os quais os produtos brasileiros eram mais adequados do que os vendidos pelos países ricos.

(...) A segunda parte da crítica do ministro Delfim Netto, relativa a mudanças no "modelo", é, no entanto, descabida, representando, mesmo, um de seus habituais sofismas, com os quais tenta impedir que o País enxergue a gravidade de seus problemas — e a possibilidade de superá-los. Do jeito que o ministro colocou a questão, fica parecendo que há uma proposta radical sendo defendida no País, pretendendo-se "suspender as exportações" e procurar o crescimento econômico exclusivamente através da "expansão do mercado interno".

O ministro sofisma, porque ninguém melhor do que ele sabe que, com a dívida externa que o Brasil acumulou, vai ter que exportar para obter divisas e colocá-la nos eixos. A proposta de ênfase ao mercado interno, assim, tem um caráter muito mais amplo, que o ministro não quer que o País perceba. Essa proposta, em poucas palavras, pede uma nova política econômica.

A polêmica durou quase quatro anos. Luiz Nassif, por dois meses secretário de Redação da *Folha*, discordava do editor:

Com base num estudo do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], ele previu que a economia iria se recuperar. Eu era contra esse tipo de previsão porque achava que ele forçava a barra. Mas depois a realidade comprovou que ele estava totalmente correto. O Biondi era assim, pegava uma tese e investia contra a maioria sem receio; o pessoal do BNDES e o da Unicamp batiam direto nele.

Em 1984, o superávit de 13 bilhões de dólares mostrou que Biondi tinha razão. Em março, a *Folha* dava matéria de capa para Biondi: "Indústrias voltam a produzir mais" (íntegra no Anexo 8):

Durante o mês de janeiro, enquanto pipocavam as análises sobre o "agravamento da recessão brasileira", num incessante bombardeio de "catastrofismo" sobre a população, as indústrias do País iniciavam um silencioso processo de recuperação da produção. As dimensões dessa reativação foram anunciadas pelo presidente do IBGE, Jessé Montello: após "parar de cair" já em novembro e dezembro, a produção industrial brasileira cresceu 3,53% em janeiro, em relação a igual mês de 1983. Mais ainda: voltou, de uma penada, aos níveis do princípio de 1982.

Os dados oficiais do IBGE confirmam as análises iniciadas pela "Folha" há cerca de dois meses, nas quais se procurava questionar a validade das previsões de economistas e empresários, segundo as quais "1984 seria tão ruim, que 1983 deixaria saudades". Em suas análises, a "Folha" levantava a hipótese de que o agravamento da recessão, em 1984, poderia ser evitado por uma série de fatores como crescimento das exportações e aumento do consumo no interior do País, graças à maior renda dos agricultores, resultante da violenta elevação dos preços de produtos agrícolas. As análises estão sendo confirmadas pela realidade.

O reconhecimento público foi feito, entre outros, pela revista *Veja*, em outubro de 1984.

Um jornalista que sabe fazer apostas

Até janeiro deste ano, o jornalista Aloysio Biondi, editor de Economia da *Folha de S. Paulo*, parecia destinado a utilizar seu dicionário de palavras ásperas exclusivamente para criticar as fórmulas do governo, sobretudo as defendidas pelo ministro Delfim Netto. Naquele mês, todavia, Biondi tornou-se o primeiro jornalista brasileiro a sustentar que começara a recuperação da economia do país — e desde então viu-se constringido a duelar, também duramente, com a esquerda. A economista Maria da Conceição Tavares, sua amiga de muitos anos, acusou-o, por exemplo, de ter sido "cooptado pelo Delfim". Trata-se de uma evidente fantasia: Biondi, ao longo de sua carreira, colheu numerosas demonstrações da antipatia que lhe devota o atual ministro do Planejamento.

"No Brasil, ficou muito fácil ser de oposição", diz Bion-

di. "Afinal, ninguém cobra provas sobre o que se declara contra o governo." Ele acredita que muitos economistas de esquerda, "os profetas da catástrofe", voltaram deliberadamente as costas a certas evidências. "Eles passaram dois anos atribuindo a crise às altas taxas de juros americanas", lembra. "Quando elas começaram a cair, em agosto de 1982, os diagnósticos teriam de mudar. Em vez disso, eles passaram a dizer que a recuperação da economia americana era fraca e não

iria durar." Biondi seguiu o caminho oposto: "Acreditei na recuperação dos países desenvolvidos, no aumento das exportações brasileiras, na geração de empregos que isso fatalmente provocaria, no aumento da renda no campo e nos resultados do tratamento de choque imposto pelo comando econômico do governo, de acordo com o FMI".

Não foi a primeira aposta certa desse paulista de 48 anos, pai de três filhos. No começo dos anos 70, em meio à euforia do "milagre brasileiro", Biondi — um profundo conhecedor do mercado de ações que, no entanto, nunca jogou na Bolsa de Valores — previu o advento do período de vacas magras. Agora, acertou de novo. Mas faz questão de ressaltar que segue discordando das fórmulas adotadas por Delfim Netto. "Os resultados da política econômica efetivamente conduzem à recuperação", afirma. "Mas a miséria está mais acentuada e a concentração de renda não tem paralelo na História do país. Afinal, para o ministro Delfim Netto, é sempre o povo que deve pagar a conta."



Biondi: o primeiro a anunciar a recuperação

Biondi ficou fora de São Paulo entre julho e dezembro de 1983, atendendo a um chamado de Washington Novaes, então diretor de Redação do *Diário da Manhã*, em Goiânia (GO). Em janeiro de 1984, no entanto, já estava de volta à *Folha*, agora como editor de Economia.

O jornal paulista preparava-se para grandes mudanças. Em maio, Otavio Frias Filho, filho do proprietário e *publisher* Octavio Frias de Oliveira, tornou-se diretor de Redação no lugar de Boris Casoy. Sua principal missão era implantar uma nova concepção de jornalismo, associando modernização, industrialização e otimização da estrutura organizacional e produtiva do grupo. O "Projeto *Folha*", como ficou conhecido, é até hoje tema de discussões acaloradas entre seus críticos e defensores e, nos anos de sua implantação, gerou resistência, protestos e muitos questionamentos sobre as idéias que o embasavam e os métodos utilizados para implementá-lo.

Um mês depois de o novo diretor assumir, foram demitidos 27 jornalistas por "insuficiência técnica". Em agosto, entrou em vigor o *Manual Geral da Redação*, que foi preparado por seu antecessor, estabelecendo normas rígidas visando à padronização do modo de escrever e da apresentação das notícias. Os jornalistas, principalmente os mais antigos, consideraram-no uma "camisa de força para a Redação".

O descontentamento foi contaminando a maior parte da Redação e, em fevereiro de 1985, um abaixo-assinado contra o "Projeto *Folha*" foi escrito e entregue à direção de Redação, como lembra Ricardo Kotscho:

O "Projeto *Folha*" veio com o Otavinho, Caio Túlio [Costa], Matinas Suzuki, Carlos Eduardo Lins da Silva. Eles assumiram o comando do jornal e resolveram mudar tudo de um dia pro outro. Tiraram todas as assinaturas do jornal, que era um jornal de autor, essa era a grande diferença, cada um escrevia como queria, tinha absoluta liberdade, só não podia escrever sobre a estação rodoviária, esse foi o acerto que eu cumpria. O Frias dizia: você não passa nem perto da rodoviária, que é minha. O resto era livre mesmo, o que o próprio Frias chamava "o meu saco-de-gatos", cada um escrevia o que queria. E o Otavio resolveu fazer o contrário, resolveu uniformizar forma e conteúdo, daí veio o *Manual de Redação*. Eu sei que deu uma crise com a turma antiga, e, pra variar, naquela época a gente fazia isso, já tinha feito no *Estadão* e fizemos de novo na *Folha*, uma parte da turma que veio do *Estadão*, fizemos um abaixo-assinado com críticas a esse tipo de coisa, que foi mandado pro Frias e que todo mundo, 99% da redação assinou. Naquele tempo a *Folha* tinha o CCRR, Conselho Consultivo de Representantes da Redação, era o único jornal que tinha isso, que o sindicato tinha conquistado mas quase nenhuma empresa aceitou, que eram representantes da redação eleitos com estabilidade, que discutiam com a direção tudo, desde linha editorial, e eu tinha sido eleito. Daí nós fizemos o abaixo-assinado, deu aquela confusão toda, o Frias convocou uma reunião com os líderes que tinham feito aquele negócio, e eu fui encarregado de ler o documento, com os editores do jornal, repórteres especiais. Ele

colocou um gravador enorme no meio da mesa e disse: "Ó, essa reunião está sendo gravada"; estava um clima terrível. Trouxeram importado de Nova Iorque o Paulo Francis, pra participar dessa reunião. Ele nunca participava disso, era correspondente em NI, mas ele foi chamado. E foi um ambiente muito tenso, eu li o tal documento, abaixo-assinado, e eu me lembro que o Matinas foi tão violento na defesa do projeto e contra todo mundo que havia assinado, que o próprio Frias, o velho, falou: "Calma, Matinas, tem que respeitar os colegas". O Francis falou pra mim: "Mas Kotscho, você não tem liberdade para escrever?" Porque uma das coisas que a gente falava no documento é que o *Manual de Redação* tinha tirado a liberdade de escrever. Eu falei: "Eu tenho, mas eu não estou defendendo o meu interesse, eu sou um representante da Redação. Até contei um episódio. Uma moça, jovem repórter, chegou pra mim e perguntou: "Kotscho, essa matéria foi você que fez, né?" Eu falei: "Foi, mas como você sabe? Não está assinada." Nenhuma matéria mais podia ser assinada, nenhuma, tinha uma ordem pra não assinar nada. Ela disse: "Só pode ser tua, porque, se fosse de qualquer um de nós aqui, já tinham mandado a gente embora, porque isso aqui contraria todas as normas do *Manual de Redação*." Aí, todo mundo da nova direção metendo o pau no documento, os editores antigos quietos, e o Biondi foi o único, em cargo de chefia, de confiança, que pediu a palavra para defender o documento. E fez uma veemente defesa daquilo que ele tinha assinado, os outros se mancaram. E o mais grave é que um dos repórteres especiais, hoje muito famoso, virou pro Frias e disse: "Olha, seu Frias, eu assinei esse documento mas não li." Eu levei um susto com aquilo.

Entre outras decorrências, quatro jornalistas que ocupavam cargo de confiança e subscreveram o documento foram demitidos. Um deles, Aloysio Biondi.

Jornal *Diário da Manhã* (GO), 1983 e 1994 a 1995

Washington Novaes estava completamente envolvido com um novo projeto, em 1983: o de transformar o jornal goiano *Diário da Manhã* em um veículo capaz de exercer radicalmente seu compromisso com o leitor, baseando-se no direito que todo cidadão tem à informação (e que foi reconhecido pela Constituição de 1988).

A experiência em curso seduziu Biondi, convidado para ser editor-adjunto: o Conselho Editorial discutia, diariamente, o conteúdo do jornal daquele dia e também o que seria publicado no dia seguinte. Era formado por todos os editores, que podiam levar mais um repórter ou redator, e por Batista Custódio, o proprietário que, como todos os outros, tinha direito a voz e a um voto.

Havia também um Conselho de Leitores, que reunia, semanalmente, 50 representantes de vários setores sociais, convidados pelo Conselho Editorial: sindicatos patronais e de trabalhadores, partidos políticos, empresários, profissionais liberais, igreja

e outras entidades da sociedade civil. As avaliações e os debates realizados nesse fórum eram publicados, aumentando o envolvimento de outros leitores com as questões do jornal e da comunidade.

O *Diário* denunciava também as pressões que sofria, publicando-as: "Por exemplo: esteve aqui ontem o senhor tal que não queria que nós publicássemos tal assunto", relata Novaes.

Além da independência, a equipe não descuidava da qualidade das matérias. Formada por Marco Antônio Coelho, Reynaldo Jardim, Lauro Veiga Filho e Aloysio Biondi, ainda contava com articulistas como Cláudio Abramo, Janio de Freitas, Newton Carlos, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Millôr Fernandes. A circulação quintuplicou, e, num período de 19 meses, passou a ser o jornal mais lido da capital goiana.

Apesar do sucesso, o projeto não vingou. A oposição ferrenha do governador Íris Rezende, proibindo o Estado de anunciar no jornal, e as disputas internas de poder em que Batista Custódio e sua mulher, Consuelo Nasser, se envolviam, foram determinantes para a saída de Novaes e, com ele, Biondi. Em carta emocionada, intitulada "O direito de não mentir" (íntegra no Anexo 9), Novaes despede-se do jornal. Ainda assim, tanto ele, como seu editor-adjunto, mantiveram colunas no *Diário da Manhã*.

* * * *

Onze anos depois, Biondi voltou a Goiânia pensando em radicar-se na cidade, saindo do eixo Rio-São Paulo. O Brasil já não estava mais sob uma ditadura, embora os últimos anos tivessem sido difíceis: Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito após 1964, adoeceu, foi internado um dia antes de tomar posse e faleceu em 21 de abril de 1985 (José Sarney, vice-presidente, assumiu o cargo vago). Na eleição seguinte (1989), o primeiro sufrágio presidencial direto desde 1960, Fernando Collor de Mello venceu Lula no segundo turno. Em 1992, entretanto, o Congresso decretou seu *impeachment*. Novamente, o Brasil passou a ser governado pelo vice-presidente (Itamar Franco). As sucessivas tentativas de estabilização da moeda haviam submetido o país aos planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994), este último sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, nomeado ministro da Fazenda por Itamar.

Biondi, por seu turno, já havia dirigido o *Shopping News*, o *DCI* e a revista *Visão*, chegando a acumular a chefia das três redações simultaneamente. Também retornara, como articulista, à *Folha de S.Paulo* e, em março de 1994, assumira a editoria geral do *Diário da Manhã*. Trouxera consigo, como editor-assistente, Lauro Veiga Filho, jornalista goiano que conhecera em sua primeira passagem pelo *Diário* e o acompanhara no *Shopping News*, no *DCI* e na *Visão*.

A presença da dupla logo se fez notar, destoando da passividade da imprensa local diante do cenário econômico. Os efeitos da sobrevalorização da moeda, a especulação financeira e a abertura da economia às exportações são analisados por Biondi em artigo intitulado "Quando o real vale mais que o dólar", publicado em setembro de 1994:

As empresas, ao importar, não precisam mais apresentar documento ao governo provando que os preços que estão pagando são justos. Isto é: a filial de uma multinacional pode importar peças da matriz por um preço de 100 dólares, embora seu valor verdadeiro seja 50 dólares. A matriz "lucra" 50 dólares por peça, e o Brasil perde esse dinheiro. Bilhões de dólares, no final das contas, remetidos disfarçadamente para a matriz. E mais: a matriz, com o superfaturamento, aumenta seu lucro lá fora – e paga mais Imposto de Renda ao governo de seu país. A filial, aqui no Brasil, apresenta um prejuízo (ao declarar um custo artificial para as peças) e não paga IR ao governo brasileiro.

O artigo destacava que a intensificação da entrada de dólares no país, valorizando o real em relação à moeda norte-americana, devia-se às condições facilitadas para aplicação no mercado financeiro e para as empresas receberem dólares, além da política de juros altos que traziam para o Brasil toda sorte de especuladores.

Ao tomar posse como o novo presidente da República, em 1995, Fernando Henrique Cardoso atribuiu sua vitória a duas grandes conquistas, obtidas durante a campanha eleitoral. De um lado, a aliança política entre seu partido, o PSDB, e o conservador PFL; de outro, o Plano Real. De fato, no segundo semestre de 1994, já se falava na redução significativa dos índices de inflação. Durante todo o ano seguinte, Biondi escreveu insistindo nas críticas aos juros altos e alertando para o agravamento da recessão e para o aumento das dívidas pública e externa, como no artigo "Os dólares (falsos) e a recessão", de setembro de 1995 (íntegra no Anexo 10):

Todos os dias você vê nos jornais notícias sobre a montanha de dólares que o Brasil acumulou nos últimos meses: as reservas em moeda estrangeira no Brasil já chegam a 50 bilhões de dólares, proclamam as manchetes otimistas. Na verdade, essas reservas são a causa, no momento, de 95% das desgraças do país – atuais e futuras. Pior ainda: essas reservas são falsas, isto é, podem desaparecer da noite para o dia. Elas são o retrato fiel da armadilha em que a equipe FHC prendeu o Brasil. Suas conseqüências principais: representam o verdadeiro motivo para o governo manter os juros escorchantes, agravando a recessão; estão devorando bilhões e bilhões de reais em juros pagos pelo governo federal e governos estaduais, aumentam terrivelmente as dívidas do Tesouro e Estados, provocam (via juros altos) mais concentração de renda, mais miséria e violência no país.

Durante todo esse ano, também, Biondi acumulou cargos administrativo-financeiros na tentativa de driblar a crise em que o *Diário da Manhã* mergulhava. Até a situação tornar-se insustentável e Biondi acumular mais uma demissão, somando-se a muitas outras – tantas que ele já havia inaugurado a segunda carteira de trabalho.

Capítulo 6

Escritor e professor

O Brasil privatizado, 1999

Em meio à instabilidade e à rotina estafante da profissão, Aloysio Biondi às vezes cogitava abrir um restaurante na praia para viver com mais tranquilidade. Essa idéia passou pela sua cabeça quando voltou a São Paulo, depois da temporada em Goiânia. Mas o cenário político brasileiro enterrou de vez eventuais planos de abandono do jornalismo, como conta seu filho Antônio: "Veio o governo FHC e ele viu que os caras estavam destruindo o Brasil que ele sonhou construir um dia. Ele não ia ficar na praia enquanto eles destruíam".

Ao longo dos seis anos de governo FHC que pôde acompanhar, Biondi revelou os equívocos e desvendou a manipulação por trás de cada um desses pilares da retórica governista. A começar pela acusação de que essas idéias, identificadas com a doutrina neoliberal, serviam a uma "ocupação política que foi implantada", conforme declarou à revista *Caros Amigos*. "Os Estados Unidos forçaram a abertura dos outros mercados para compensar o déficit com o Japão, que não conseguiram compensar nunca".

Biondi dedicou-se a desnudar, inclusive, a principal bandeira da equipe econômica do governo: a suposta estabilidade proporcionada pelo Real. Sobre isso, ele escreveu, na revista *Bundas* de agosto de 1999 (íntegra no Anexo 11):

É uma das mais nauseantes invencionices repetidas para a sociedade brasileira desde que o dr. Armínio Fraga foi levado para a presidência do Banco Central.

No entender do jornalista, o país estava quebrado. E a explicação era muito simples: só os gastos mensais com juros da dívida pública consumiam quase que toda a arrecadação da União.

Como é que pode?

É claro que o governo não tem dinheiro para pagar os juros.

O que faz? Emite promissórias títulos, para "pagar" no futuro. Isto é: a dívida do governo está crescendo explosivamente, aqui dentro. Até uma criança sabe que essa situação é insustentável. O governo já está "quebrado". Sem saída. É só reler esses números. E ponto. Maquiavelismo do FMI.

No mesmo artigo, Biondi apresentou soluções:

Ou o Brasil declara moratória já, rompe com o FMI e dá uma guinada total na política de desnacionalização e destruição da produção nacional. Ou está condenado à morte como país. Não é nenhum arroubo catastrofista. É só olhar os números. E ponto.

Outra medida bastante festejada pelo governo foi o ajuste fiscal. Contudo, em fevereiro de 1999, Aloysio Biondi utilizou sua coluna semanal na *Folha de S.Paulo* para acusá-lo de manter as distorções dos últimos anos (íntegra no Anexo 12):

Cortes, aumentos de impostos atingem apenas milhões de agricultores, milhões de pequenos e médios empresários, milhões de brasileiros da classe média e povão. Os privilégios aos grandes grupos se repetem, à custa de toda a sociedade. Há algo de esdrúxulo na política de empréstimos do BNDES, que merece um estudo aprofundado do Congresso, verificando-se até mesmo o cronograma de desembolso dos empréstimos -para observar se bilhões de reais não estão sendo entregues a grandes grupos para que eles apliquem na especulação com o dólar. Mais ainda: para a reconstrução da economia nacional, o Congresso deve exigir que o governo FHC coloque o BNDES, Banco do Brasil, bancos estatais à disposição de centenas de milhares ou milhões de empresários, e não de poucos grupos.

Análises como essa, sustentadas por uma ampla base de dados, não costumavam estar equivocadas. Muito menos os prognósticos feitos pelo jornalista. Em outubro de 1998, por exemplo, ele antecipou a desvalorização da moeda na entrevista para *Caros Amigos*: "Não adianta o Fernando Henrique falar que não vai fazer. Pelo quadro, não dá para não ter uma máxi (desvalorização)". De fato, em janeiro do ano seguinte, logo depois de ter sido reeleito para mais 4 anos, o presidente anunciou a adoção do câmbio flutuante – que derrubou o Real.

Em alguns meses, entretanto, a decisão apresentada como solução dos problemas do país se mostrou incapaz de conter a fuga de dólares. O que não foi uma surpresa para Biondi, que já tinha avisado sobre as limitações da desvalorização cambial. Ele retomou o assunto no *Correio Braziliense*, em maio de 2000: "A desnacionalização da economia, juntamente com o escancaramento às importações, criou um novo estrangulamento permanente no comércio exterior, eternizando a falta de dólares de que o país precisa".

O jornalista explicava que as empresas estrangeiras não tinham interesse em exportar porque sua estratégia era ditada pelas matrizes, que posicionavam o Brasil como um centro importador.

Os efeitos nocivos da desnacionalização formavam um dos argumentos principais da crítica de Biondi às privatizações. Especificamente ao modelo de privatização praticado por Fernando Henrique a partir de seu segundo mandato, que atingiu Telebrás, Vale do Rio Doce, CSN, Light, Banerj, Embraer, Rede Ferroviária, entre outras estatais. A ressalva é importante porque, apesar de defender que alguns setores fossem controlados pelo Estado, ele não era radicalmente contrário à desestatização. O problema era a forma como ela foi feita no Brasil: o governo se endividava para sanear as contas das estatais antes de vendê-las por um preço irrisório, emprestava dinheiro para os compradores e ainda recebia o pagamento em parcelas a perder de vista. Em suma, as compradoras,

em sua maioria estrangeiras, pagavam quase nada para explorar um patrimônio construído com dinheiro público e enviavam os lucros para fora do país.

Quando perguntado pelo jornal da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (Adufu) sobre a razão de não ter havido reação a isso, Biondi respondeu que "a sociedade brasileira se esqueceu que o governador, o presidente da República, o prefeito, são só gerentes das coisas, empresas e patrimônios públicos que pertencem a cada um de nós". E, à revista *Caros Amigos*, foi mais longe: "Defendo a tese de que a gente foi submetida a uma lavagem cerebral, os donos de jornal devem ter sido chamados a algum lugar". Para ele, inclusive, o jornalismo passava pela sua pior fase.

Além de esconder a informação, de não dar idéia do que está acontecendo, de transformar tudo em róseo, chega ao ponto de pautas deliberadas para esvaziar o fato do dia, e chega a inverter o sentido da notícia.

Durante todo o período de oposição ao governo FHC, Biondi escreveu em diversos veículos, na maior parte das vezes como colaborador. Teve textos publicados em sites da internet, em diversos jornais, entre eles o *Shopping News* e o *DCI* depois de ter dirigido suas redações, e nas revistas *Bundas*, *Caros Amigos*, *Revista dos Bancários*, *Educação*, entre outras. Além disso, teve uma coluna semanal na *Folha de S.Paulo* e, posteriormente, escreveu todos os dias no *Diário Popular*.

A percepção de que a opinião pública estava sendo manipulada o incentivou a ampliar sua atuação para além da imprensa. Em abril de 1999, lançou o livro "*O Brasil Privatizado: Um Balanço do Desmonte do Estado*". À Adufu, disse que o escreveu para responder cada mentira dita para convencer a população de que as privatizações iriam beneficiar o país: que o preço da tarifa ia cair, que a estatal dava prejuízo etc. "O mérito do livro é ter consolidado em 50 páginas os dados do processo de privatização. E acho que, sob esse aspecto, ele é útil para as pessoas e para a sociedade".

Biondi conciliou o processo de escrita com as diversas colaborações e as atividades na Faculdade Cásper Líbero, onde lecionava e editava o jornal-laboratório. O trabalho de investigação e análise foi feito na companhia do filho, Antônio. "Fiz a pesquisa com ele, aprendi um monte de coisa sobre o Estado, sobre privatização. Foi uma oportunidade de ajudá-lo, de ajudar o livro a sair". Essa parceria originou "*O Brasil Privatizado II: O Assalto das Privatizações Continua*", lançado dois meses após a morte de Biondi.

O projeto já estava acertado com a editora, e se baseou em apontamentos deixados pelo jornalista. Lançado em setembro de 2000, coincidiu com a discussão sobre quais seriam as próximas empresas privatizadas. Banco do Brasil e Petrobras eram as mais cotadas, confirmando um temor antigo de Biondi, que pensava em publicar, no futuro, uma obra sobre a entrega de nossas reservas de petróleo a estrangeiros – outro tema recorrente em seus textos.

Editados pela Fundação Perseu Abramo, "*O Brasil Privatizado*" I e II atingiram excelentes vendas. Só o primeiro livro bateu os 130 mil exemplares. Mesmo assim, não apareceram nas listas dos mais vendidos da grande imprensa. O fato é que, mesmo com a divulgação cada vez maior de suas idéias, Biondi ainda enfrentava a resistência de políticos, jornalistas e desafetos que ele amealhou sem se intimidar.

Faculdade Cásper Líbero, 1999

Marco Antônio Araújo não conhecia pessoalmente Aloysio Biondi quando telefonou para a redação do *DCI* apresentando-se como coordenador do curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Mas, segundo ele, uma das propostas de seu projeto era levar os melhores profissionais para a sala de aula. "E o Aloysio era considerado – e ainda é, depois de alguns anos – o melhor jornalista econômico".

Quando Araújo enfim se encontrou com Biondi, aconteceu o que chama de "uma paixão intelectual à primeira vista". "Ele era uma figura realmente muito generosa, muito inteligente, trabalhadora, que ia no meio da redação mostrando os recortes, seus famosos recortes".

Aloysio Biondi colecionou pilhas e mais pilhas de textos publicados na imprensa. Esse acervo ocupava quase todo o apartamento da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, onde morou durante os últimos anos de vida. Cada recorte recebia uma anotação, determinando sua finalidade: "pauta revista *Educação*", "aula na Cásper" etc. E alguns serviam para ensinar aos repórteres das redações que dirigia como (não) fazer jornalismo. Trabalhar com ele era um aprendizado contínuo.

Radical na defesa do texto claro, objetivo e fluente, Biondi não agia com arrogância quando encontrava o oposto disso tudo no trabalho de um colega. Pacientemente, sentava e repensava a matéria junto com seu autor. Em artigo escrito para a *Folha de S.Paulo*, Janio de Freitas conta que Biondi "passou a vida de redação em redação. Em cada uma, formou, com a competência didática e a fraternidade incomuns, uma legião de jornalistas".

Ele já era, portanto, professor de jornalismo muito antes de ocupar uma cadeira na universidade. Ainda assim, foi difícil levá-lo a oficializar sua vocação para dar aula. Araújo precisou de um ano de convites sistemáticos, quase mensais, para que Biondi aceitasse o desafio.

A primeira experiência, no entanto, durou apenas dois dias, porque Biondi dizia que simplesmente não teria tempo para se dedicar à docência. Seguiu-se mais um ano de insistência e, em 1999, o coordenador do curso o convenceu a lecionar Jornalismo Básico, com foco em edição, para os alunos do 3º ano.

Então, sua atividade como professor tornou-se, em vez de cansativa, fonte de energia repositora do desgaste que as grandes redações e o enfrentamento da mídia e do governo sempre lhe impuseram. Nessas aulas, adotou a metodologia de fazer uma

análise crítica da imprensa, levando seus recortes para discutir por que a informação mais importante estava no final de determinada matéria ou como uma determinada manchete podia omitir a notícia principal e até mesmo inverter seu sentido, entre outras distorções.

As "técnicas" do mau jornalismo são o foco do artigo "Mentira e cara-durismo – Ou: a imprensa no reinado FHC", que ele deixou de legado para os alunos no anuário de 1999 da faculdade (íntegra no Anexo 13). Sua crítica principal dirigia-se à manipulação das notícias, reveladora do adesismo da imprensa:

(...) "Uai, ué, refletia o cidadão: até há poucos dias, a gente só via, lia e ouvia esse pessoal dizer que o Brasil "surpreendeu", a economia está muito bem; a indústria, em recuperação; o consumidor, voltando às compras... Cumé que, da noite para o dia, o governo e imprensa passam a dizer exatamente o contrário, a admitir que o Brasil está em recessão, forçados a mudar de conversa para dizer que a inflação não assusta?"

Na verdade, a volta da inflação criou uma das poucas oportunidades em que o povo brasileiro pôde descobrir, por si mesmo, a gigantesca e, mais do que vergonhosa, deprimente e lesa-sociedade, manipulação do noticiário econômico (e político) no governo FHC. Sem medo de exagerar, pode-se comprovar que as técnicas jornalísticas e a experiência de profissionais regiamente pagos foram utilizadas permanentemente para encobrir a realidade. Valeu lançar mão de tudo: de manchetes falsas, inclusive "invertendo a informação", a colocar o lide no final das matérias, isto é, esconder a informação realmente importante nas últimas quatro linhas.

Segue-se um pequeno roteiro dos truques mais usados pelos meios de comunicação, para ajudar o leitor a ler, ver e ouvir os meios de comunicação brasileiros neste reinado de FHC. Ou para ajudar os estudantes de comunicação e jornalistas principiantes a decidirem se estão dispostos a aderir ao jogo da manipulação.

Advertência essencial: é absolutamente injusta, e até politicamente equivocada, a mania de criticar o adesismo desta ou daquela rede de TV, deste ou daquele jornal e, principalmente, deste ou aquela colunista/comentarista de Economia e política. Esse é um grave erro político, porque transmite à opinião pública a falsa impressão de que a manipulação permanente tem sido feita por este ou aquele veículo, ou por este e aquele profissional. Com isso, acaba-se levando a sociedade a acreditar que se trata de exceções, quando a verdade é que a manipulação é generalizada e constante, contando-se nos dedos os profissionais e veículos que têm procurado manter a equidistância em relação ao governo FHC e interesses a ele ligados. Por isso mesmo, como seria injusto citar especificamente determinados veículos e jornalistas, todos os exemplos abaixo são reais, retirados do noticiário e devidamente guardados em nossos arquivos, mas deixamos de identificar seus autores.

Biondi elenca nove truques da imprensa: manchete às avessas; manchetes encomendadas; cifras enganosas; lide às avessas; prometendo o futuro; o sujeito errado; o boi pelo bife; o bife pelo boi; omissão escandalosa. Os últimos três vão aqui reproduzidos: os tópicos 7 e 8 porque tornaram-se referência das análises de Biondi. O de número 9 porque, muito sinteticamente, expressa o que seu autor desenvolveria no livro *O Brasil Privatizado*.

Truque 7: O boi pelo bife

Outra técnica para esconder a realidade é deixar de lado o quadro geral, negativo, e "pinçar" um dado positivo, para dar destaque a ele, no título e no lide. Exemplo incrível, mas verdadeiro: em um trimestre, houve queda no PIB (valor dos bens e serviços produzidos no País), isto é, a economia recuou. Agricultura, indústria, comércio, tudo recuou. Houve somente uma exceção: a economia do Rio cresceu, por causa do valor da produção de petróleo na fantástica bacia de Campos. Os jornalistas não tiveram dúvida: começaram a matéria por aí, e tascaram no título: "Economia do Rio cresce". O bife no lugar do boi.

Truque 8: O bife pelo boi

No truque anterior, escolhe-se um determinado aspecto da notícia, ou o bife, para não falar do todo, isto é, do boi. E há também o truque inverso, isto é, falar do boi para esconder o bife. Como assim? Lá vai mais um exemplo real. Ao contrário do que dizem o governo e de-formadores de opinião, os banqueiros não voltaram a emprestar ao Brasil, em 1999. Sempre escondidos, os dados sobre financiamentos externos ou vendas de títulos no exterior, quando surgiam, eram sempre acompanhados de afirmações tipo "os banqueiros internacionais estão emprestando menos para os países emergentes porque estão com medo do bug do milênio". Isto é, os cofres não estavam fechados apenas para o Brasil (o bife), mas para todos os países emergentes (o boi). Essa versão foi plenamente confirmada na manchete "Banqueiros emprestam menos à América Latina", de uma reportagem de página inteira publicada no final de 1999. O texto também confirmava a ladainha. Mas a publicação trazia também uma tabela de estatísticas e, quem se dispusesse a analisá-la teria uma "surpresa": realmente, os empréstimos à América Latina (o boi) como um todo haviam caído 12 bilhões de dólares. Mas, analisando-se a tabela, via-se que a Argentina recebeu 8 bilhões de dólares a mais; o México, 1,0 bilhão a mais; o Chile, 1,0 bilhão de dólares a mais. Em resumo, esses três países juntos receberam 10 bilhões de dólares a mais, na comparação com o ano anterior. Por que então a América Latina ficou com 12 bilhões a menos? Porque o Brasil, sim, recebeu 22 bilhões de dólares a menos. Essa era a notícia, e o título verdadeiros: bancos não emprestam ao Brasil. Como isso desmascararia o governo e seus deformatores, a tática foi deixar os números só na tabela e publicar manchete e texto enganosos.

Truque 9: Omissão escandalosa

Este breve roteiro da manipulação no reinado de FH poderia ser alongado infinitamente. Por enquanto, fica-se por aqui. Não se pode deixar de falar, no entanto, na omissão total de determinadas informações, levantando-se desde já uma ressalva. Sempre pareceu odioso meios de comunicação ignorarem determinados fatos. Mas será mesmo que é menos odiosa toda a manipulação vista acima, que acaba transmitindo conceitos errados à opinião pública, levando-a a apoiar propostas incorretas e rejeitar caminhos que melhor atenderiam os interesses do País? Como exemplo máximo da omissão total e indecente de informação, não se pode deixar de citar o acordo entre o governo e os meios e profissionais de comunicação, para esconder a disparada dos preços do petróleo no mercado mundial, que mais do que duplicaram desde janeiro/fevereiro de 1999. Durante dois anos, os preços do petróleo se mantiveram em queda no mercado mundial, saindo de 20 dólares para menos de 10 dólares o barril, em janeiro deste ano. A partir daí, os países produtores iniciaram negociações para cortar a produção e forçar a recuperação dos preços, que entraram em alta já em fevereiro. O acordo foi feito em 23 de março, os preços subiram 30%, 40%, 60% 100%, sem que aparecesse nenhuma informação na imprensa brasileira – que, ironicamente, sempre foi extremamente preocupada com o menor reajuste que houvesse para os combustíveis. Essa conspiração do silêncio foi tão intensa, que a opinião pública levou um susto quando os preços da gasolina subiram: ninguém sabia da alta mundial. Por que essa conspiração? Porque o governo havia marcado leilões para doar, a multinacionais, as áreas de petróleo descobertas pela Petrobras, exigindo apenas "preços simbólicos" em troca. O grande argumento do governo para essa "doação" era, exatamente, que o mercado mundial de petróleo havia desabado, e "ninguém queria mais explorá-lo". Quando os preços dispararam, era preciso esconder a realidade para evitar reações no Congresso – ou da opinião pública. A conspiração pactuou com um dos maiores assaltos praticados contra a sociedade brasileira: há áreas na região do litoral de Campos com reservas de até 2,0 bilhões de barris, isto é, que podem faturar 40 bilhões (com a letra "b") de dólares, ou 80 bilhões de reais, com o barril a 20 dólares (preço "normal" dos últimos anos). O maior preço recebido pelo governo brasileiro foi de míseros 150 milhões (com a letra "m") de dólares, já incluído aí o ágio oferecido pela multinacional. Crime de lesa-sociedade, só possível com a conivência e cumplicidade da imprensa, mestra da manipulação no reinado FHC.

Além das aulas, das diversas colaborações e da coluna fixa na *Folha* e depois no *Diário Popular*, Biondi acumulou a função de editor do *Esquinas de S. P.*, jornal-laboratório da Cásper Líbero. As reportagens produzidas pelos futuros jornalistas eram editadas com o rigor e a experiência de quem passou mais de 40 anos em grandes redações. Biondi pautava, orientava e avaliava seus alunos exigindo deles postura e responsabilidade profissionais.

Sob o comando de Biondi, o *Esquinas* recebeu, da revista *Imprensa*, o Prêmio Líbero Badaró 2000 na categoria Jornalismo Universitário. No mesmo ano, a faculdade lhe outorgou o título de Notório Saber, reconhecendo que a ausência de curso superior não o desautorizava a ensinar em uma das mais prestigiosas escolas do país.

A cerimônia foi organizada às escondidas, pois Biondi, avesso ao que ele considerava bajulação, recusava-se a receber o título. Seus filhos e Araújo, valendo-se de sua amizade com Janio de Freitas, aproveitaram a entrega do "Honoris Causa" a este para entregar também o de Biondi.

No discurso, publicado no *Anuário de Jornalismo*, o coordenador dirigiu-se a Freitas, o homenageado, para fazer outra homenagem:

Recebi a incumbência de fazer o tributo ao nosso "Doutor Honoris Causa". Mas ficou evidente que, entre os professores desta Faculdade, o que se encontra à altura dessa tarefa – pela dimensão de sua trajetória profissional – é nosso colega Aloysio Biondi.

Antes, peço uma licença, com a antecipada anuência e generosidade do homenageado. Esse momento permite que esta faculdade faça publicamente mais um reconhecimento. Por diversos motivos, ainda não tínhamos tido a oportunidade de entregar ao jornalista Aloysio Biondi um título que ele recebeu em 1996. Na verdade, o excesso de modéstia impediu uma entrega mais solene.

Por isso, resolvemos nos locupletar de sua amizade com Janio de Freitas. Só assim conseguimos expô-lo publicamente. Indiretamente, é mais uma demonstração da importância dos grandes jornalistas, companheiros de viagem e de batalha.

Vou dispensar a leitura do currículo – admirável, decente, ético – de Aloysio Biondi. Mas não vou deixar de registrar o orgulho de o termos como professor desta casa. Particularmente, me permito declarar a profunda admiração, o respeito, o carinho de contarmos, em sala de aula, com um dos maiores jornalistas deste país.

Peço, portanto, licença a todos para entregar formalmente o título de professor notório saber ao jornalista Aloysio Biondi – nosso amigo, nosso exemplo de decência, nosso mestre mais querido.

A sala em que se realizou a solenidade receberia, em 2001, o nome de Biondi. Era mais uma homenagem ao jornalista; dessa vez, póstuma. Ele morreu em 21 de julho de 2000, vítima de complicações pós-operatórias resultantes de um infarto agudo do miocárdio e de um aneurisma da aorta abdominal. Mesmo quem convivía diariamente com ele ficou surpreso, já que seus problemas de saúde eram praticamente desconhecidos.

Os amigos e colegas desconheciam detalhes sobre seu estado porque Biondi adotava o máximo de discrição sobre sua vida pessoal. Apesar de sempre estar disposto a ouvir os problemas dos outros, a dar conselhos, a recíproca não era verdadeira: Biondi

era recatado e falava pouco de si. A família, no entanto, já sabia que sua saúde requeria cuidados especiais.

A discrição era a estratégia de Biondi mesmo quando já não era possível esconder muita coisa. Em uma madrugada de fechamento do *Esquinas de S. P.*, Aloísio Milani viu seu editor tomar um remédio normalmente prescrito para casos delicados. Foi logo depois de ele sentir um pequeno mal-estar e pouco antes de acender mais um cigarro. Biondi, porém, lidava com tanta naturalidade e dava tão pouca abertura para se falar sobre sua saúde que, quando foi internado no Hospital Beneficência Portuguesa, o estudante não imaginou que pudesse ser algo grave.

Mas era. Na *Folha de S. Paulo* do dia seguinte ao falecimento, a despedida de Washington Novaes dava o tom do sentimento geral. Ninguém melhor para medir o vazio pessoal e profissional sentido a partir daquele momento do que um amigo de tantos anos, ao lado de quem Biondi havia assumido a tarefa de honrar a profissão de jornalista.

A história de Biondi está estreitamente ligada à de Novaes, e tanto uma como outra se confundem, em muitos momentos, com a do jornalismo, particularmente do que se chamou "jornalismo econômico". Por isso, entre tantas homenagens emocionadas que a morte de Aloysio Biondi provocou, manifestadas por Emir Sader, Geraldo Leite, Janio de Freitas, José Roberto de Alencar, Luis Fernando Veríssimo, Luiz Nassif, Marcelo Zanini, Marcos Dantas, Rosa Cass, Ruth Pimentel e vários outros, fica aqui a despedida de Washington Novaes, publicada na *Folha de S. Paulo* no dia 22 de julho de 2000, e que é um relato resumido da vida e da carreira de seu companheiro de profissão, compadre e amigo.

Aloysio Biondi, doutor em tudo

Com Aloysio Biondi, desaparece um tipo raro de jornalista – competente, experiente, apaixonado, detentor de um acervo impressionante de informações sobre o Brasil e principalmente sobre a sua economia. Ao mesmo tempo, extremamente pessoal, distante de ideologias, refratário a grupos, poderes, conveniências, meios-terminos. Nada disso o prendia nem ditava sua conduta jornalística – seguia apenas sua consciência, ao preço que fosse.

Sempre foi assim. Conheci-o em 1956, quando fiz teste para revisor da *Folha da Manhã*, mãe desta *Folha de S. Paulo*. Estranho que pareça, ele era subchefe da Divisão de Sucursais, Correspondentes e Representantes, à qual a revisão era subordinada. E era ele quem supervisionava os testes.

Um mês depois, chamou-me para trabalhar como redator de notícias do interior do Estado – uma pedreira, já que nos obrigava a tornar interessantes informações passadas em meia dúzia de linhas pelos correspondentes. Aloysio era rigorosíssimo, mandava reescrever muitas vezes a mesma notícia – que tinha de sair clara, elegante, impecável, sem gerúndios.

Embora muito moço – tinha pouco mais de 20 anos nessa época –, já era apontado como prodígio desde sua cidade de origem, São José do Rio Pardo (260 km ao norte de SP), onde assombrou uma banca julgadora com seus conhecimentos sobre Euclides da Cunha e "Os Sertões", na olimpíada literária que se realizava todos os anos em homenagem ao escritor, que viveu ali um tempo.

Na Folha também era considerado um prodígio. Mário Mazzei Guimarães, então redator-chefe, admirava-se com a qualidade dos editoriais que Aloysio produzia sobre temas do interior do Estado, revelando um conhecimento e maturidade que seriam sua marca pela vida afora.

Depois, correu mundo, muitas redações, voltou à Folha com Cláudio Abramo, mudou-se para o Rio, onde nos reencontramos, em uma das muitas vezes, na revista "Visão". Saímos de lá por causa de um atrito com o jovem então ministro da Fazenda, Delfim Netto, a quem Aloysio, como editor de Economia, criticava duramente pela política de abertura desregrada das importações e endividamento externo. Já então o país sofria com essas coisas, Aloysio não se conformava, enfurecia-se com cada número que descobria.

Fomos, juntos, fundar uma revista econômica – "Fator" – que só durou três números, sufocada pelo Ato Institucional nº 5. Na capa do primeiro número, uma foto do ator Joel Barcellos com a boca entupida de dólares. Feroz, como o Aloysio, que a planejava.

Reencontramo-nos no "Correio da Manhã", onde fizemos juntos o "Diretor Econômico", um caderno diário, de muito êxito e vida breve, tais as resistências que levantou no governo e em outras áreas.

Aloysio voltou para São Paulo, onde fez um longo périplo por redações, ora como editor de Economia, ora como diretor de Redação. Sempre com o mesmo estilo, a mesma flama.

Em uma de suas passagens por esta Folha, travou memorável polêmica com os chamados "economistas de esquerda", inconformados porque em plena ditadura ele escrevia e teimava, fiel a suas informações e interpretações, que a economia brasileira estava se recuperando da crise do endividamento do início dos anos 80. Até de "louco" foi chamado. E por escrito. O tempo provou que a razão estava com ele.

Teve duas passagens breves por Goiânia – outros reencontros, outras tentativas de enxergar o Brasil de outras formas, de outros ângulos, outras abrangências. Como teve outras passagens por outras redações paulistas. E por uma coluna semanal nesta Folha, que marcou época por sua coragem, independência, lucidez – apontando solitariamente desde o início, por exemplo, os erros que vão enalacrando o atual governo federal.

Seu testamento talvez seja o pequeno e formidável livro sobre as privatizações, em que, baseado no seu fantástico acervo pessoal de informações e na prodigiosa memória, dissecou os erros do processo, os favorecimentos inaceitáveis, os prejuízos

para o país e para os cidadãos que, com seu esforço ao longo de décadas, construíram o patrimônio alienado.

A Fundação Cásper Líbero, onde ensinava jornalismo nos últimos tempos – para alegria de tantos jovens – em boa hora lhe concedeu um título de doutor, pelo "notório saber". Era, de fato, doutor em jornalismo, doutor em economia, doutor em Brasil, doutor em dignidade.

Fará uma falta enorme. Como jornalista. Como cidadão. Como pai. Como professor. Como amigo alegre que gostava de cantar nas noites boêmias. Muito raramente, até voltava ao piano da juventude, às vezes para acompanhar sua linda filha Beatriz, minha afilhada querida.

Acreditem ou não, eu lia jornal na manhã de ontem quando me assustei com um beija-flor perdido, que entrara de súbito e se debatia com os vidros da janela do meu escritório em Goiânia. Foi exatamente na hora em que o Aloysio morreu. Era ele, tenho certeza.

Anexos

Anexo 1

Entrevista à revista *Caros Amigos*, publicada em outubro de 1998 58

Anexo 2

Redação de Aloysio Biondi publicada na *Folha da Noite* de 21/08/51 79

Anexo 3

Matéria publicada na *Folha da Manhã* de 24/09/57 80

Anexo 4

Reportagem publicada na revista *Visão* em 11/08/67 e vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo de 1968 81

Anexo 5

Artigo publicado no *Caderno de Propaganda e Marketing* em julho de 2000 90

Anexo 6

Artigo publicado na *Folha de S.Paulo* em 11/09/81 92

Anexo 7

Artigo publicado na *Folha de S.Paulo* em 8/05/83 93

Anexo 8

Matéria de capa da *Folha de S.Paulo* de 18/03/84 94

Anexo 9

Carta de demissão de Washington Novaes aos leitores do *Diário da Manhã*, publicada em dezembro de 1983 95

Anexo 10

Artigo publicado no *Diário da Manhã* em 1/10/95 98

Anexo 11

Artigo publicado na revista *Bundas* em 11/08/99 103

Anexo 12

Artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 04/02/99 105

Anexo 13

Artigo publicado no Anuário de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero em 1999 108

Anexo 1

Entrevista à revista *Caros Amigos*, publicada em outubro de 1998.

“A bola da vez são os EUA”

José Arbex Jr. – Uma vez encontrei com você num supermercado e fiquei impressionado como você sabia o preço de tudo em vários deles. Sabia que no Pão de Açúcar a vassoura custava tanto, no Eldorado custava tanto, fiquei impressionado.(risos)

Aloysio Biondi – Até um tempo atrás eu sabia o que estava mais caro no Sé e no Pão de Açúcar. Comprava metade aqui e metade lá. É que fui criado em outro mundo. Além de não desperdiçar, tinha a característica de minha mãe e minhas tias serem órfãs de um médico do povo, que não deixou a família particularmente nadando em dinheiro. E ainda havia aquela indignação contra a exploração das pessoas. Os meus tios italianos sempre tiveram comércio. E aí aprendi que também não se pode acreditar em empresário. Porque meus tios sempre reclamaram, aquele negócio de europeu: “Muito imposto, não sei o quê...”. E todo ano só ampliando os negócios. Um tio começou na praça de Caconde com aquela loja que tinha arroz e feijão a granel, enxada, e no fim tinha quase um quarteirão, tecidos, móveis, eletrodomésticos. Você chegava lá: “Tem castiçal?”. Ele falava: “Não tem”. Mas do primeiro caixeiro-viajante que passasse ele comprava seis castiçais, então tinha tudo. E aprendi que o empresário dizia que estava mal mas estava sempre crescendo.

Marco Frenette – O Jânio de Freitas fez um artigo falando da linguagem hermética que os economistas usam, e deu um exemplo, dizendo que lê colunas de economia e só compreende 15 por cento. E a questão que ele levanta é se isso é devido ao fato de ser um assunto realmente complexo ou existe uma má formação dos economistas ou, ainda, se há um complô nas editoras para transformar aquilo numa maçaroca só. Com a sua experiência, como você vê isso?

Aloysio Biondi – Como o que está predominando no noticiário é o mercado financeiro, voltou a ser muito hermético, porque se fala como se o leitor comum estivesse acompanhando as expressões que eles usam e que querem dizer o contrário, mas não precisa ser só na área financeira. O Fernando Henrique, hoje de manhã, falou que vai “alargar a base” dos contribuintes, quer dizer, alargar a base significa aumentar o número de contribuintes (risos). Se ele aumentar, vai pegar quem ganha menos. Mas vejo as coisas de maneira totalmente diferente. Na década de 60, tinha a história de que você não podia escrever em economês. Até uma vez eu estava na *Veja*, em 1969, já tinha saído da *Visão*, onde fazia matérias de capa contra a política econômica do Delfim, e o Delfim não gostava muito de mim naquela época, e fui para a *Veja* ser editor de mercado de capitais, uma coisa de que teoricamente eu podia falar, a bolsa estava no auge e tal.

E o Roberto Civita começou a insistir que eu assumisse também a editoria de economia. Eu dizia: “Não vai dar certo, porque não vou falar que tem milagre”. E ele: “Vai dar, sim” etc. E eu até brincava dizendo que a sorte dos ministros e dos donos de revista e jornal era que o povo não entendia o que estava escrito ali. Quando escrevesse em português... e aí tive prova disso quando o Banco Mundial recusou um empréstimo para o grupo Hanna fazer um ramal no porto de Sepetiba – que é uma coisa que vai dar de novo uma grande tragédia, porque é totalmente antieconômico – e o governo brasileiro liberou o dinheiro para esse grupo fazer o ramal. Eu sabia que era antieconômico, tinha parecer do Banco Mundial contra, dizendo que a Central do Brasil ia subsidiar a mineradora. E no meu texto abri um travessão só: “subsidiar, isto é, a Central do Brasil vai ter prejuízo para a Hanna ter lucro”, e fechei. Na segunda-feira, o Roberto me chamou: “Será que toda semana tenho de abrir a revista e me irritar?” Eu falei: “Ué, vocês dizem que não é para escrever em economês; em segundo lugar, avisei que, quando começasse a escrever em português, as pessoas iam entender e ia ser diferente; em terceiro lugar, também não vou abrir a revista e me envergonhar, então não dá. Volto para o mercado de capitais”. E voltei para o mercado de capitais.

Marco Frenette – Nesse sentido, essa linguagem hermética...

Aloysio Biondi – O grande problema não é a linguagem hermética. O grande problema é que o jornalismo econômico nunca esteve tão vergonhosamente atrelado ao governo. A ombudswoman da *Folha* até falou disso. Por exemplo, a imprensa fica falando só da queda das bolsas. As bolsas só caem depois que a economia estourou. Os países asiáticos escancararam o mercado, tiveram saldo negativo na balança comercial, precisaram atrair capital estrangeiro para cobrir, elevaram os juros – chegou um momento em que não tinham mais o que fazer, aí o investidor tem medo de calote e sai correndo. A bolsa cai quando todos os indicadores da situação da economia real mostram que a economia já foi pro brejo. A bolsa é a última etapa, mas o noticiário é todinho centrado na bolsa. E você vê aí o jornalismo, a televisão, dizer bisonhamente: “Mas em que isso afeta a vida do cidadão comum? O que a bolsa tem a ver?” A bolsa não tem nada a ver, só que ela mostra que a economia está mal. No caso do Brasil, se você pegar os dados de maio, saíram 400 milhões de dólares, em junho saíram 800 milhões de dólares, só da bolsa. Julho teve resultado positivo apenas por causa da privatização da Telebrás. Então, o jornalismo nunca enfrentou uma fase tão ruim no Brasil. No tempo da ditadura, a gente sempre aceitava um projeto sabendo que talvez não fosse receber etc., mas que representava uma brecha. Qual é essa brecha? São os veículos que estão mal das pernas, pagam mal e contratam pouca gente, o diferencial que tem é você poder falar alguma coisa. Só que a hora em que você cresce, inclusive politicamente, começa a incomodar. E aí o patrão é procurado para acordo, onde você dança. Isso é a história de projetos neste país.

Sérgio de Souza – Quem procura o patrão?

Aloysio Biondi – O governo.

Sérgio de Souza – Por meio de que pessoa?

Aloysio Biondi – Ah, não sei. Sei que hoje é trágico, porque as empresas jornalísticas fecharam com esse governo, não só pela onda neoliberal, mas também por causa da privatização das telecomunicações. Como todas as empresas jornalísticas acham que o futuro é a tal da multimídia, ninguém queria ficar de fora, e todos os grandes grupos jornalísticos entraram nessa concorrência. E, como sabem que esse governo não brinca em serviço, porque essa história de que é concessão e que é leilão é muito relativa, todo mundo quis ficar bem. Pelo seguinte: essa história da crise do mercado financeiro – muito antes de a bolsa começar a cair, você tem outros indicadores, como a taxa de juros para empréstimo para o Brasil lá fora. O mercado futuro de dólar, o mercado futuro de juros, esses mercados indicam o grau de desconfiança no país. Mas as informações negativas não aparecem nos títulos ou com destaque. No meio da coluna, está lá a informação. O título é “A Bolsa Subiu”, mas no meio da coluna está a informação de que ou já houve saída de dólares, ou há pressão sobre os juros. O Brasil quebrou, na verdade, já no fim de maio. Foi a vez que um jornal (a *Folha*) deu de manchete alguma coisa que não fosse bolsa. O Estadão, nada. A *Folha* deu de manchete: “Governo cede ao mercado e adota juros pós-fixados”. Por quê? Porque o mercado sabia que o governo ia ter de elevar os juros de novo. Não é porque o mercado seja ruim, é que os caras são informados, eles fazem isso para não ter prejuízo. Sabiam que a situação era crítica...

Carlos Azevedo – O que o mercado sabia concretamente?

Aloysio Biondi – O mercado sabia concretamente o que até eu escrevi em abril para a Revista dos Bancários. Todo mundo sabia concretamente, há muito tempo. Você sabe quanto vence da dívida interno do governo neste mês de outubro? Todo mês vencem uns 22, 23. Sabe quanto vence agora? Quarenta e sete do Tesouro e 8 do Banco Central.

Carlos Azevedo – Quarenta e sete o quê?

Aloysio Biondi – Bilhões. O governo tem de rolar 55 bilhões neste mês de outubro agora. Todo mundo sabia, o mercado sabia. Isso seria a manchete. Antigamente, quando você hierarquizava a informação, dava a informação principal na manchete ou no lead, não escondendo no meio. Qual é a informação? De julho a setembro, o governo tinha de rolar 105 bilhões da dívida interna. E a dívida externa também você sabia mais ou menos quanto tinha de rolar, de 40 a 50. Então, em maio, a *Folha* deu aquela única manchete e

depois a imprensa não falou mais nada. Nem nas seções de finanças. A *Folha*, algumas vezes, de um mês para cá, dá no título da seção de finanças: “Dólar é pressionado”. Depois que a fuga de dólares começou, não dava para esconder, mas muito antes você tinha todos esses sintomas. Por exemplo, as linhas de crédito de importação e exportação começaram a disparar os juros, empresas brasileiras que tinham empréstimo lá fora foram renovar e não conseguiram, ou os credores chegaram a pedir 8 por cento acima da taxa. E tudo isso é colocado no meio do texto e o título é Bolsa. Aí vêm dizer que é incompetência dos jornalistas. Incompetência uma pinóia, tem jornalista aí de altos conhecimentos técnicos, e você pega a coluna dele de três anos para cá, quantas vezes ele falou de um problema do país, realmente? Colunistas famosos. Não falta conhecimento, não, aquilo é escondido deliberadamente. Porque, se sai um estudo dizendo que o aumento do funcionalismo vai provocar um rombo, ou acréscimo de despesa de 1 bilhão, que é uma ninharia, isso vai para a manchete de domingo do jornal. Agora, esse último aumento de juros deles, 49 por cento, segundo os cálculos, só nestes quatro meses são mais 16 bilhões, 4 bilhões por mês. E é isso que tinha de estar na manchete.

José Arbex Jr. – Mesmo a passagem do perfil de juros prefixados para pós-fixados, ninguém falou e isso é um escândalo.

Aloysio Biondi – O pós-fixado é exatamente isso, não existe ataque especulativo, é conversa. O banqueiro, o investidor, o administrador de fundo estrangeiro vêem que a dívida está em 300 bilhões, o déficit em 7 por cento do PIB, a balança comercial com buraco de 8 bilhões, o turismo foi para 6 bilhões por ano, remessa de lucro etc., ele faz as contas e sabe. Na verdade, como eu disse, o país já quebrou no fim de maio, quando não conseguia mais vender título. Esses dados todos o mercado tinha. Havia 60 bilhões de compromissos externos para pagar e uma rolagem de dívida interna na faixa de 20 bilhões por mês e que em outubro ia bater em 55. E tem outra coisa escandalosa: é tão manipulado, que eu recebia no DCI (Diário do Comércio e Indústria) o noticiário da Agência Estado. E, no meio do texto sobre o mercado, o repórter colocava já esse começo de fuga ou a pressão sobre os juros, e eu dava em manchete: “Aos poucos o contorno de uma nova crise cambial”. No dia seguinte eu pegava o Estadão, e a coluna que eu tinha recebido da Agência Estado, no Estadão, não é que não estava no título da página, tinha sido cortada a informação. Até andei guardando alguns para um dia mostrar. Então é uma grande manipulação, sim. Quando chegou ao Brasil em 19 de julho o homem do FMI, o Tanzi, já avisou que o Brasil precisava fazer um “ajuste fiscal, um pacote, pois o rombo do Tesouro estava preocupando os banqueiros e os investidores, criando o perigo de uma “fuga de dólares”. Isso foi em julho... A *Folha* deu em duas colunas na primeira página, o Estadão não. Quer dizer, o FMI vem aqui em Brasília, fala que o rombo estava preocupante, que o governo ia ter de fazer um ajuste, e diz literalmente, a *Folha* deu entre aspas: “Se não pudesse fazer agora, que fosse logo depois das eleições, em outubro”. Isso não devia

ser manchete? Isso foi em 19 de julho, você estava às portas do leilão da Telebrás, então estava vivendo um momento totalmente artificial. Foi o canto do cisne ou o canto do pato, como você quiser. (risos) Só houve um ligeiro aumento porque estava entrando dólar em razão da iminente privatização da Telebrás, mas em maio/junho a bolsa já tinha perdido dólares. A crise já tinha chegado. Mas a imprensa escondeu.

João Noro – O que é a Moody's?

Aloysio Biondi – É essa agência de consultoria que dá nota aos países. Bem, tem um terceiro fato que os jornais dão só lá dentro, o que é uma grande esculhambação: desde outubro, o governo está usando maciçamente o BNDES, o Banco do Brasil, para tentar segurar o dólar para não estourar, não ter de desvalorizar o real, e segurar a bolsa. Os fundos de pensão tiveram grande prejuízo no primeiro semestre. E isso vem no meio das colunas dos jornais. Primeiro vinha só assim: “Operadores garantem que houve de novo operação chapa branca”. Nem falavam o que era. Eu puxava para título de primeira página no DCI. Esse pessoal do governo é tão incompetente que, por volta de abril, dizia: “Beleza, acabou a crise”. Com essa convicção, um diretor do Banco Central deu uma entrevista para o Celso Pinto e confessou que, em outubro de 1997, o Banco Central entrou maciçamente no mercado e que, inclusive, o Banco do Brasil chegou a ter 20 bilhões de dólares vendidos – para segurar a cotação, isto é, para evitar a desvalorização do real, porque, com todo mundo querendo comprar para mandar para fora, os preços iam subir. O Banco do Brasil, para dar a impressão de que o governo tem o controle da situação, passa a vender, a mando do Banco Central, que usa também alguns banqueiros amigos. Então, as grandes negociatas podem estar sendo feitas com essas intervenções do governo, não é?

Marina Amaral – Quando você diz que o país quebrou em maio, as pessoas que acompanham economia já não sabiam que isso ia acontecer?

Aloysio Biondi – Aí vem um aspecto. O célebre artigo do Krugman – quando ele fala, todo mundo cita, não é? – tem um parágrafo muito interessante, em que ele diz que precisa ter coragem para admitir que a liberação de mercados teve efeitos desastrosos. Ele entra na área psicológica, dizendo que as pessoas estão até com vergonha, depois destes quatro anos de exaltação do modelo neoliberal, agora chegar e dizer: “Olha, a gente estava errado”.

Marina Amaral – Eu tinha perguntado se não foi uma surpresa que o país quebrasse em maio?

Aloysio Biondi – Não, essa manipulação, inclusive, está no meio dos textos. Você pode pegar um jornal de hoje, está lá: “Segundo operadores, o Banco do Brasil voltou a tentar segurar as cotações etc.” Então, você tem o governo despejando rios de dinheiro no mercado. Mas a imprensa não dá destaque.

João Noro – Você poderia explicar o que é a crise asiática, a mundial, e a correlação com o Brasil?

Aloysio Biondi – Espera aí, lembrei de outra coisa na fala do Krugman. Ele diz também: “Imagina o editor de revista que durante estes quatro anos privou com banqueiros, economistas etc., e que nestes quatro anos fez apologia do modelo, como vai agora chegar para o leitor e...” – manda ele pro Brasil que ele aprende com os caras aqui. (risos) Há colunistas que passam quatro anos falando outra coisa, e depois escrevem: “Como eu previ”. É claro que as editorias de economia seguem uma orientação da própria empresa jornalística: “Não vamos ser pessimistas”. Porque, se a *Folha* num determinado momento deu a manchete e depois não deu mais, e se o Estadão não deu nunca, e se as próprias seções de finanças não jogam no título o que está acontecendo, evidente que isso é uma orientação editorial, mas a televisão...

Sérgio de Souza – Tem um programa diário sobre economia na Globo News, de meia hora, ninguém entende nada do que eles falam. (risos)

Aloysio Biondi – Aí você entra na história desse comportamento coletivo. Na época do Simonsen, ele não falava “nível”, falava “patamar”. Então todo jornalista escrevia: “O patamar...”. Quer dizer, achavam: “Já posso ir no almoço do Clube Nacional, porque já sou da tchurma”. Acontece muito isso, o jornalista econômico introjeta, acaba se sentindo parte do sistema. E, de modo geral, acho que neste momento há uma dificuldade da equipe econômica e dos jornalistas econômicos em aceitar a realidade. Porque, depois da crise asiática, os textos são todos iguais. Claro que a longo prazo o Brasil é um país inacreditável. Mas eles falam assim: “Existe confiança no Brasil, tanto que compraram a Telebrás”. Até eu queria, se tivesse dinheiro. A longo prazo e com aquele preço, é um negócio maravilhoso. Não tem nada a ver. Porque, a curto prazo, o rombo na balança comercial, rombo em conta corrente, e déficit do governo, esses indicadores de que você pode ter um calote de uma hora para outra são terríveis. Para a gente fazer justiça, não é só a equipe econômica, não são só os jornalistas. Se você pegar os analistas desses grandes bancos, eles continuam dizendo que o Brasil estava agindo corretamente. Elogiaram aquele pacote de novembro, mas vários economistas de oposição mostraram que o que se ia gastar com juros comeria de longe a pretensa economia.

José Arbex Jr. – Acho que existe uma sensação no Brasil de que não precisamos produzir nossa análise de mundo. Ela já vem pronta pela Reuters, pela CNN, pelo FMI, pelas grandes agências financeiras internacionais. Os jornais apenas reproduzem. Você não acha que junto à globalização veio uma certa homogeneização do pensamento, um certo sufoco do pluralismo de idéias que padronizou o discurso de muitos jornalistas, muitos, economistas e muitos especialistas?

Aloysio Biondi – Acho que o noticiário é superficial e fragmentado. Mas o trabalho de edição é de melhorar o nível de informação, transmitir a realidade, e isso não acontece. Veja o caso da Rússia, por exemplo, não explicaram por que a Rússia quebrou, mais uma vez você precisa ficar garimpando, aí descobre que a arrecadação na Rússia o ano passado foi 20 por cento do PIB, este ano só 8 por cento. Por quê? Aí falam que é porque o russo não gostava de pagar imposto. (risos) Não é. É porque o preço do petróleo caiu pra burro, e a arrecadação de impostos com petróleo despencou. Como aconteceu também com a Venezuela. Não tem nada a ver com o Brasil. A coitada da Venezuela tinha superávit, todos esses dados estão perdidíssimos no meio do noticiário. Venezuela não tem nada a ver, Chile não tem nada a ver, o preço do cobre despencou, crises típicas de balança comercial. No caso da Rússia é isso. Quebrou foi o Tesouro, que deu o calote. Então precisa saber se essas matérias não são ideologizadas. Falam assim: “A Rússia já recebeu 22 bilhões do FMI”. Quanto ela recebeu até agora do FMI?

José Arbex Jr. – Quatro bilhões, não é?

Aloysio Biondi – Exatamente, a primeira parcela de 4 bilhões. O pacote é que era de 22 bilhões. “A Coreia recebeu 42 bilhões.” Primeiro, que não recebeu, segundo, que já está com 25 bilhões de reservas. Bom, sobre a uniformização da imprensa, acho que já se falou aqui, o jornalismo nunca passou uma fase tão ruim, não só o econômico, mas como um todo. Se der tempo, vou citar algumas matérias nojentas que tenho visto. Nojentas, porque isso não é editar só, não é só tentar esconder. É pauta feita para manipular.

Sérgio de Souza – Pode falar agora.

Aloysio Biondi – Defendo a tese de que a gente foi submetido a uma lavagem cerebral, os donos de jornal devem ter sido chamado a algum lugar. O Betinho, num artigo na *Folha*, escreveu que tinha visto um documento do Banco Mundial, que deve ser ligado ao Consenso de Washington, dizendo que não adiantava tentar salvar os bancos estatais porque o Banco Mundial já falava que tinha de privatizar tudo. Então a gente sabe que tudo veio de fora. Houve um processo de lavagem cerebral, em que as televisões, por exemplo, começaram a mostrar desastres até na Paraíba, em Catitó – preparando a opinião pública para aceitar a privatização das rodovias. E é a técnica jornalística exercida

com grande competência. Você imagina, todo mundo sentado na sala, 8 horas da noite, o Jornal Nacional – vi dois casos gritantes, onde até a pauta já é deliberada. Um é assim: foram descobrir 100.000 toneladas de feijão podre no Paraná. Olha a construção, a chamada: “No país da fome, 100.000 toneladas de feijão apodrecem nos armazéns do governo”. Falar em fome mexe com a emoção das pessoas, né? Primeiro, que os armazéns não são do governo, porque no tempo da Zélia se deu prioridade à iniciativa privada. O governo só pode estocar coisas nos armazéns dele depois que os armazéns privados estiverem lotados, que é para pagar aluguel para os caras. Se o armazém de Goiás esvazia, eles levam o feijão daqui para lá, para lá ficar ocupado. O Ceasa quebrou por causa disso. Como quebraram as siderúrgicas, porque cobravam 25 por cento do preço. Como as telefônicas tinham prejuízo, as energéticas tinha prejuízo, porque as tarifas eram irreais.

Marina Amaral – Mas, quando a televisão fala que no país da fome o feijão apodrece no armazém do governo, não é crítica ao governo?

Aloysio Biondi – Estou lembrando que eles mostravam as rodovias provocando acidentes, quer dizer, foi toda uma constante para jogar a opinião pública contra o Estado administrador, para tirar o Estado de tudo. O outro exemplo foi também no Jornal Nacional: “Rio aumenta empregos, numa época de fechamento de vagas”. Isso foi pauta, o pauteiro sabia que o IBGE ia divulgar naquele dia um dado de desemprego. Então mostraram a fábrica nova da Brahma que ia ser inaugurada e aí, *en passant*, quase como quem não quer nada: “Isso é muito bom, no momento em que o IBGE anuncia que a taxa de desemprego está em alta”. (risos) Houve uma grande manipulação para predispor a opinião pública a aceitar a privatização.

Carlos Azevedo – O caso da Telebrás também.

Aloysio Biondi – No caso da Telebrás, o último anúncio de televisão lá em São José da Tapera, o cara dizendo: “Nesse lugar aqui não tem nada, mas logo, logo terá telefone”. Mentira! Os contratos prevêm que é só a partir de 2001 em cidades de menos de 1.000 habitantes. Outra coisa: há uma intenção deliberada de manter o otimismo. Por exemplo: a inadimplência. Em São Paulo era de 70.000 carnês por mês. Foi para 100.000, 150.000, 200.000, 230.000, 250.000, 350.000, 400.000 por mês. Na primeira quinzena de setembro, 263.000. Vai para 500.000 carnês. Já bateu em 400.000 por mês, não é? E o acumulado? Está em 6 milhões de carnês, contra 700.000 antes do governo FHC. Quando de 400.000 oscila para 386.000, vem manchete de página – o jornalista tem a temeridade de dizer: “Inadimplência já começa a cair”. De 400.000 para 386.000, quando a média histórica era de 70.000. Estamos vivendo realmente uma loucura. Reduzir IPI de carro para vender. Vender pra quem, se você tem 6 milhões de carnês em atraso?

José Arbex Jr. – Você viu que bem mais de 20 por cento do cheque sem fundo é para comprar comida? Tem um dado muito curioso aí.

Aloysio Biondi – Pois é, tenho algumas manchetes bem canalhas, que mostram a que ponto o jornalismo chegou. Por exemplo, em outubro do ano passado, saiu a pesquisa de uma consultoria sobre o grau de endividamento do consumidor. Que serviu de alerta, mostrando que 40 por cento do orçamento das famílias estava comprometido já com prestações etc., e 20 por cento eram os pré-datados que os supermercados começaram a aceitar. O Estadão transformou esse índice de endividamento, que já mostrava para onde você estava caminhando, em manchete de capa na seguinte linha: “Real dobra o acesso do consumidor ao crédito”. (risos) E vinha lá a ladainha mentirosa: “Graças à estabilidade da moeda, as famílias brasileiras estão conseguindo planejar o seu orçamento. Por isso, hoje em dia, 40 por cento...” – é aquele padrão de tudo o que acontece, por pior que seja, transformado num fato demonstrativo das maravilhas da estabilidade de uma moeda. O mesmo Estadão deu uma página, capa de Economia: “Banco do Brasil tem seis agências num só bairro”. E embaixo: “Distorção mostra grau de desperdício dos bancos estatais”. Bom, o bairro era Copacabana, que é uma das maiores densidades populacionais do mundo, um lugar que só perde para Hong Kong e Nova Delhi, em termos de gente por metro quadrado. Já havia uma heresia inicial. E tinha um boxê, que na última linha dizia assim: “No mesmo bairro” (coitadinha da repórter, pensou: de repente o editor deixa passar e fico em paz com a minha consciência), “os dois maiores bancos privados brasileiros, Itaú e Bradesco, têm cinco agência cada um”. (risos)

José Arbex Jr. – E passou.

Aloysio Biondi – E o editor também quis fazer de conta. “faz de conta que eu tenho ética ainda”. E tem a melhor de todas, que é da *Gazeta Mercantil*. Estou dizendo, houve uma campanha muitíssimo bem-feita contra o Estado. Sabe-se que, com todos os choques, os depósitos do Fundo de Garantia da década de 70, por exemplo, perderam até 95 por cento do valor. A matéria de uma repórter era maravilhosa, duas páginas, um estudo mostrando essa perda por causa dos choques e dos expurgos. Dou um doce para quem adivinhar qual é a manchete: “Estado administra mal a poupança do trabalhador”. Isso não é ser incompetente, é ser canalha.

José Arbex Jr. (rindo) – Muito boa essa...

Aloysio Biondi – Muito boa porque não foi você que perdeu seu Fundo de Garantia na década de 70. Em resumo, a imprensa dos últimos anos é isso daí, além de esconder a informação, de não dar idéia do que está acontecendo, de transformar tudo em róseo,

chega ao ponto de pautas deliberadas para esvaziar o fato do dia, e chega a inverter o sentido da notícia.

Ricardo Vespucci – E a partir de quando você detecta isso?

Aloysio Biondi – Desde antes de começar este governo, mas estes últimos quatro anos foram uma tragédia.

Carlos Azevedo – Nos anos anteriores ao Real, a balança comercial vinha sendo superavitária.

Aloysio Biondi – Superavitária até 12 bilhões.

Carlos Azevedo – A partir do Real ela começa a cair. E o Gustavo Franco, que era da área internacional do Banco Central na época, disse: “Que bom, é importante que isso aconteça e tal”. Como é essa história?

Aloysio Biondi – Este governo começou querendo o déficit. Depois, passou a dizer que a gente ia ter superávit, que os investimentos eram multiplicadores. E estão prometendo superávit faz tempo. Por que o Gustavo Franco defendia o déficit? Isso é teoria do Delfim, de economista: se você compra a prestação, você está, como eles dizem, antecipando seu consumo – você não tinha dinheiro para comprar uma geladeira à vista, foi muito bom o banqueiro emprestar para você porque, antes de ganhar o dinheiro para ter a geladeira, você já pôde comprá-la com empréstimo. Transpondo isso para um país, eles dizem que é a mesma coisa: se você compra e fica devendo, é como se o cara tivesse te emprestado, não é? Porque você não tinha aquele dinheiro para comprar aquelas coisas “maravilhosas”, celular etc. Então foi uma “bondade” do governo norte-americano deixar você comprar.

José Arbex Jr. – Além disso, tem a sacanagem ideológica, que, vindo produto do exterior mais barato, isso vai forçar a competitividade aqui dentro e os preços vão cair.

Aloysio Biondi – Aí é que está. Quando a gente fala que houve uma lavagem cerebral, você teve desde a declaração do Collor, do carro-carroça, que nem era produzido por empresa brasileira, mas por multinacionais. Por exemplo, acabaram convencendo a opinião pública de que o empresário brasileiro era safado, não investia em tecnologia, era incompetente. Você vê gente que viveu na área econômica essa fase dizer assim: “A política de substituição de importações era equivocada”. Dá a impressão de que os governos brasileiros levantaram barreiras – “aqui não entra”–, e o empresário brasileiro

ficou aqui tranqüilo, explorando, botando o preço que quisesse, sem se preocupar com tecnologia. Em primeiro lugar, a política de substituição de importações, depois do choque do petróleo, se deveu ao fato puro e simples de que você não tinha mesmo dinheiro para importar. Você ficou na situação de hoje, passou a ter grandes déficits na balança. O próprio Simonsen, que não era comunista, dizia que o Brasil tinha feito uma industrialização com pés de barro. Porque as multinacionais vieram, criaram fábricas de carro, de eletrodomésticos, e você não produzia o aço, não produzia o petróleo. Em 1982, quando o Brasil quebrou, produzia 170.000 barris de petróleo e consumia 1 milhão e 300.000 por dia, com o petróleo a até 26 dólares o barril. Como é que você ia comprar as outras coisas? Setenta por cento das divisas eram gastas só com petróleo. Então investiu maciçamente em aço, em alumínio, celulose, petróleo, na estrutura para atender esses projetos, e inverteu: passou a ter saldo na balança comercial. E o mercado foi fechado, pura e simplesmente, para o empresário nacional? Não. Havia os índices de nacionalização que o industrial tinha de atingir. Por exemplo: plataforma submarina da Petrobrás. Você precisa de um aço com uma liga de manganês, titânio ou o que seja, para agüentar as correntes submarinas – havia os centros de articulação com a indústria, a Petrobrás, a Vale, o IPT entrava, desenvolvia o processo e a Aços Villares ia produzir aquele aço especial. Houve uma articulação, chamava-se núcleo de articulação, a USP entrava. Quer dizer, não foi como dizem agora. Primeiro, que você tinha mesmo que segurar a importação porque nem iam te vender. Você ia falar com o cara, ele dava risada, como é que você vai pagar, está com um buraco gigantesco só de petróleo! Não foi então um fechamento de mercado puto e simples. Você tinha realmente tarifas altas, que a Zélia começou a rebaixar. Mas, com o Real, houve uma redução brutal, escancarando o mercado. A tarifa do algodão, por exemplo, foi para zero e depois passaram para 3 por cento. Ficam dizendo que essa “abertura” era exigida pela globalização. E igual à dos outros países. Tudo é mentira para a opinião pública brasileira. Porque a tarifa modal, que é aquela cobrada para a maioria dos produtos, é zero. Quer dizer, a maioria dos produtos não paga nada para entrar no mercado brasileiro. No Japão é 16 por cento e na Coréia é 23 por cento! Tudo o que eles fazem dizendo que estão apenas acompanhando a tendência internacional de abertura, de globalização, é mentira. Tanto é mentira que hoje, que eles estão precisando controlar as importações, estão fazendo tudo o que deviam ter feito. Tudo que eles vão fazer agora é o que, na abertura, teriam de ter feito. Principalmente a parte de financiamento. A agricultura quebrou por causa da TR, que chegou a ficar 40 pontos acima da inflação. Como agora: essa elevação da taxa de juros vai refletir na TR, quem tem imóvel financiado, com aumento de salário de 6 por cento como fica? Quer dizer: tudo isso está levando a esta recessão. Você tem um desemprego ululante, logo você tem achatamento de salário, congelamento de vencimentos do funcionalismo, quebra da renda agrícola, para a classe média a TR de financiamento que sobe na base dos juros do mercado. Então, a gente volta àquilo: as pessoas estão loucas

de achar que essa economia pode se recuperar. É matemática! Você não tem poder aquisitivo para essa economia levantar vôo de novo.

Carlos Azevedo – Mas pelo menos o Brasil conseguiu se inserir na economia internacional? Houve uma compensação?

Aloysio Biondi – Sustento há quatro anos que o problema foi esse escancaramento de mercado. Mas foi vendida ao consumidor a idéia de que ele ia ter acesso a coisas ótimas, maravilhosas e baratas. Só que nunca se fala que as importações têm financiamento de um ano, em que o empresário compra, vende e, se aplicar no mercado financeiro a essas taxas de juros – é o cálculo que o empresário faz –, ele está ganhando. Se vai pagar só daqui a um ano, já vendeu a mercadoria, está girando o dinheiro e não vai comprar do produtor nacional. E você teve barbaridades concretas como, por exemplo, nas telecomunicações. As importações de peças pelas empresas já passaram o petróleo. A Ericsson tem equipamento com 97 por cento de peças importadas. As importações de peças eletroeletrônicas são 12 bilhões de dólares. Quando você começa a olhar os dados, vê que o governo fica dizendo assim: “Agora a gente está importando máquinas e equipamentos para remontar a indústria e depois a gente vai exportar”. Só que, olhando nos mapas da Cacex (a minha briga com o Delfim em 1967, inclusive, foi por isso), você vê lá: “máquinas, equipamentos, suas peças e componentes”. Então, quando eles falam em máquinas e equipamentos, você pensa que estão comprando máquinas para reconstruir as fábricas, mas tudo que estão trazendo de peças e componentes em substituição ao que era fabricado aqui não é para fazer fábrica, é para fazer telefoninho celular, mesmo.

Carlos Azevedo – Eles disseram que estavam importando muito, que eram bens de capital, mas não era assim.

Aloysio Biondi – Na época do Sérgio Motta, eles falavam em obrigatoriedade de usar 35 por cento de peças nacionais. Antes de sair os editais das teles, começou-se a discutir que índice de nacionalização deveria ser. Aí, na *Gazeta Mercantil* – que é excelente como repositório de informações, tem tudo, basta garimpar –, no meio da matéria dizia que o governo tinha obrigatoriedade de peças nacionais, mas que a indústria não tinha gostado, porque a sugestão do governo era de 5 a 10 por cento. Isso é um desaforo! Você chegar para o empresário nacional e dizer: vou usar 5 por cento de suas peças. E a indústria também já aceita tudo, a indústria ficou querendo 20 por cento. E o debate ficou por aí: é 20, é 10, é 20, é 10. Aí os compradores já diziam: não vamos ter tecnologia mais moderna se formos obrigados a comprar peça aqui – quer dizer, é sempre a mesma coisa. E o governo, dentro do princípio neoliberal que você pode apoiar mas não induzir, anunciou a regra assim: quando houver igualdade de qualidade e de preço, quem optar

pelo produtor nacional e precisar de financiamento, o BNDES financia! Manchete dos jornais às vésperas do leilão: “Governo apoiará indústria nacional”. De novo você está induzindo a opinião pública a achar que tudo está sendo feito corretamente.

José Arbex Jr. – E tem luz no fim do túnel?

Aloysio Biondi – Há três semanas escrevi um artigo: “Não é o fim do mundo, apenas o recomeço” – porque todo mundo estava apavorado com a crise nas bolsas. A *Gazeta Mercantil*, às segundas-feiras, reproduz aqueles dados da revista *The Economist* sobre a situação das economias mundiais. Se o jornalista econômico tivesse o hábito de olhar a tabela, veria ali, por exemplo, que os tigres asiáticos já se recuperaram, a Coreia está com superávit na balança comercial de 25 bilhões de dólares em doze meses. O jornalismo econômico é como o jornalismo policial, é fragmentado. Dá o momento de recorde e o momento de grande crise. Depois não fala mais nada e todo mundo fica pensando que só tem crise. Que é o fim do mundo. A gente já passou por várias crises em que as pessoas pensavam que o mundo ia acabar. A crise do petróleo, a crise da dívida externa nos anos 80, tudo parecia indicar que o mundo ia acabar. Com a ajuda da imprensa, aí, sim, ideológica. Porque, quando estourou o negócio do preço do petróleo, os Estados Unidos queriam invadir o Oriente Médio. Então, as revistas, a televisão mostraram sempre os xequês com aquele bando de mulheres em Londres, Paris, fazendo compras. Ficava todo mundo com aquela idéia de que só existiam eles. Poxa, os árabes tinham indústria petroquímica, incríveis planos de investimento. Mas parecia que era tudo Ali Babá, que pegava petrodólar e botava na caverna “e aqui ninguém entra”. E não era isso. Os relatórios do Banco Mundial, do FMI repetiam isso, que a economia mundial ia acabar. A Nigéria, o Equador, o México, todo mundo que passou a receber passou a comprar maciçamente, você só teve deslocamento do eixo de dinheiro. E o que foi vendido para a opinião pública mundial é que os árabes eram um povo bárbaro, que não ia gastar. Não se dizia que eles tinham plano de investimentos incríveis, o Brasil fez barganhas para construir ferrovias, usinas etc., em troca de petróleo.

Carlos Azevedo – Mas qual a saída para a crise?

Aloysio Biondi – Acho que o que vem aí é o fim desse período de favorecimento para os Estados Unidos. Assim como os árabes tiveram aquele período de euforia e que foi uma transferência de renda dos países tradicionais para os países produtores de petróleo, nestes últimos quatro anos os Estados Unidos deitaram e rolaram com esse escancaramento de mercado. Você vai ter agora a inversão, com os países “escancarados” exportando para os EUA. Assim como o Japão também nadou em dinheiro na década de 80, compraram o Empire States, o prédio da ONU, compraram tudo.

Carlos Azevedo – Mas já venderam também.

Aloysio Biondi – Pois é. É apenas um ciclo. Os “tigres asiáticos” estouraram antes e já se equilibraram. Como? Aumentando as exportações para os Estados Unidos em 30, 40 por cento depois que desvalorizaram a moeda. E agora os Estados Unidos têm um déficit mensal de 20 bilhões de dólares na balança comercial. É ciclo.

Carlos Azevedo – E o Brasil? Vai sair?

Aloysio Biondi – Somos realmente a bola da vez desde maio. Já quebramos. Com esses juros malucos, você vai gastar quase 90 bilhões de juros por ano! Que corte você vai fazer? Acho até bendita a crise, porque vai mexer com as importações, logicamente vai criar emprego de novo e até ressuscitar empresas. Não precisa daquele nível de investimento para criar emprego porque as máquinas estão aí, paradas.

João Noro – Como vai ser esse reajuste fiscal?

Aloysio Biondi – O Fernando Henrique falou hoje que preferia não aumentar os impostos, que preferia alargar a base. É um país tão incrível, que você tinha impostos realmente progressivos, 30, 35, 40 por cento de imposto de renda, eles reduziram para duas alíquotas, 10 e 27,5 por cento. E a imprensa, que antigamente – antigamente que eu digo é há cinco anos – gritaria contra isso, não falou nada. E a classe média não tem a menor noção de que, de repente, o mais rico, o milionário, não paga mais do que ela. A *Folha* chegou a publicar matéria mostrando as alíquotas máximas em outros países, mas é como sempre, discretamente, lá dentro, no caderno de economia. Antigamente sairia: “Aumento de imposto do Brasil não tem paralelo no mundo”. Nada disso é editado para as pessoas verem.

José Arbex Jr. – Como exportar sem maxidesvalorizar?

Aloysio Biondi – Duvido que você escape de uma máxi. Porque esse socorro internacional que deve sair, porque realmente interessa muito aos banqueiros, vai demorar algumas semanas, e a situação é crítica, com a fuga de dólares, a rolagem da dívida...

Sérgio de Souza – O que você acha que não vai ser privatizado?

Aloysio Biondi – Eles querem “doar” até a Fepasa, os caras querem vender 5.000 quilômetros de ferrovia, 3.000 vagões, seiscentas locomotivas, por míseros 230 milhões de reais. Com um detalhe, 20 por cento à vista e 80 por cento...

João Noro – A perder de vista...

Aloysio Biondi –...em 28 anos.

Sérgio de Souza – Essa pergunta estava ligada a outra: o que sobraria no Brasil em termos de participação do Estado na economia e se é real que nos países ricos essa participação chega a 20 por cento ou 30 por cento?

Aloysio Biondi – Tem um cara para o qual tiro o chapéu, que é o Paulo Nogueira Batista Júnior. Porque o pessoal senta no computador, escreve a favor ou contra a globalização mas não tem um dado no texto. Um texto econômico e não tem um dado. E o Batista Jr. sempre vem com dados incríveis, mostrando que a participação do Estado nessas economias todas só cresceu ao longo dos últimos anos. Com dados estatísticos, mostrando o relatório do OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Marco Frenette – No caso da Petrobrás, você acha que o monopólio está cumprindo o seu papel ou tem de acabar mesmo?

Aloysio Biondi – Acho que as estatais, como as empresas privadas, tinham distorções. É lógico que você deveria ter corrigido as distorções, e não feito o que se fez, sem nem discutir. Por exemplo, telefonia nos Estados Unidos não pode ter mais de 20 por cento de capital estrangeiro. Aqui, você começa dizendo que vai ser 49 por cento e acaba liberando total. No caso da Petrobrás, em primeiro lugar, você tem de lembrar que multinacional não afina seu interesse com o interesse do país. Vê o Proálcool – bom ou ruim, ele surgiu porque, apesar da “crise do petróleo”, as multinacionais não tinham o mínimo interesse. Então, há setores em que você tem de ver se realmente os interesses estratégicos do país coincidem com o interesse de uma multinacional, se tem de ficar na mão dela. Porque essa história que os neoliberais criaram, de que hoje o que interessa é a tecnologia, que recurso natural é bobagem, que a história de que o Brasil tem potencial já era – tudo isso é mentira. Tudo isso é conversa, vai servir, sim, porque o petróleo nunca foi importante porque movimenta carro. Nos países do hemisfério norte, por um azar geológico – vocês entrevistaram o Batista Vidal, não é? –, economia é movida a petróleo, não por causa do carro, mas porque eles não têm rio para gerar energia elétrica. Geram energia elétrica em usinas movidas a petróleo ou carvão. Existe uma briga secular pelo petróleo porque é a fonte de energia que movimenta a economia. Voltando à Petrobrás, dizem que ela não nos deu auto-suficiência. Bom, ela tinha 8 bilhões de conta-petróleo, um dinheiro que o governo não passou para ela. O programa de investimentos dela é aprovado pela equipe econômica. Cortaram sistematicamente. Ainda no ano passado era para ser 3 bi, eles cortaram para 2, enquanto a dona Telebrás, dizia-se que estava investindo 8 bi e investiu 13,5 bi. Agora, me diga: que política econômica é essa? Que investe em celular

que não produz divisa? Então, a Petrobrás cumpriu o papel dela, sim, e, em termos de tecnologia para a transmissão de tecnologia para as empresas fornecedoras, ela sempre foi ultra-interligada. E acho, sim, que há setores que têm de ter controle do Estado.

Carlos Azevedo – Vi uma entrevista do Thomas Skidmore, na *Globo News*, e ele dizia assim: “O Brasil precisa aprender que o brasileiro não precisa comer maionese francesa, pode comer maionese brasileira”. O que ele queria dizer com isso?

Ricardo Vespucci – Posso emendar uma pergunta aí? Vejo sempre a tecnocracia desqualificando o mercado interno em favor do mercado globalizado. Da mesma forma, a reforma agrária, porque estamos há cem anos do minifúndio e não entramos no *agribusiness*, ou seja, estão fazendo uma coisa que deveriam ter feito há cem anos. Para você, como é um mercado interno forte?

Aloysio Biondi – A agricultura foi destruída por isso mesmo, por essa visão de que o governo não precisava comprar mais as colheitas, que o produtor pode negociar na bolsa e se defender na bolsa. É uma coisa de quem está morando em Nova York.

Ricardo Vespucci – Acho incrível, porque isso não deixa saída nenhuma.

Aloysio Biondi – A *Gazeta Mercantil* deu, na sexta-feira passada, no pé da última página, que a União Européia, com medo da superprodução mundial de alimentos este ano, tocou imposto de 25 por cento em cima dos grãos, para barrar importações e proteger seus agricultores. É ridículo o Fernando Henrique fazer um discurso dizendo que os países ricos subsidiam a sua agricultura com 160 bilhões de dólares por ano. Ele foi na OMC, a Organização Mundial do Comércio, e fez esse discurso pedindo o fim das barreiras. Então, ele tem essa informação, e depois diz que o produtor brasileiro não pode ter subsídio, não pode ter preço mínimo, tem de ser livre mercado, quando se sabe que não é assim lá fora. O mercado interno é por aí. E acho que não existe mistério: criar renda é criar produção. Quando alguém compra um pãozinho por 10 centavos, uma salsicha por 18 centavos e vende por 50 centavos, criou renda e criou capacidade de consumo. Quer dizer, isso multiplicado por todas as áreas... O que é PIB? PIB é o valor acrescido.

João Noro – Nessa política que obviamente todo mundo já estava prevendo o que ia acontecer – a alienação do ativo brasileiro, a alienação de toda a economia –, quem leva vantagem nisso? Essa equipe econômica?

Aloysio Biondi – Quem levou vantagem foram os Estados Unidos.

João Noro – Como agentes dessa política?

Aloysio Biondi – Sim, essa ocupação política foi implantada. Exatamente como diz a mestra Maria da Conceição Tavares, os Estados Unidos forçaram a abertura dos outros mercados para compensar o déficit com o Japão, que não conseguiram compensar nunca. Agora, o empresariado nacional, se a gente lembrar a euforia inicial da globalização, da entrada de dólares, achou que ia ter um banquete. E não percebeu que era o prato principal do banquete. (risos) Eu queria explicar aqui, nada me provocou mais indignação do que a quebra da Metal Leve. Por quê? Porque o Mindlin foi sempre o empresário que mais se preocupou com tecnologia no Brasil. Tanto que em 1968 fiz uma matéria sobre a enxurrada de importações e citava um exemplo tirado do noticiário: a FAB importou pistão para motor de avião dos Estados Unidos e, quando os caras abriram a caixa, estava lá que era fabricado pela Metal Leve. (risos) Porque ela exportava para a NASA. A Romi, por exemplo, naquela época, em 1968, fazia as máquinas de controle numérico, as precursoras do computador, e fazia tornos para exportar para os Estados Unidos. Isso desmente a imagem de que não temos tecnologia, que o empresário é acomodado etc. Então, para criar renda, um mercado interno, você tem uma política de criar emprego, como a da França. Na época da ditadura, a esquerda – esquerda? –, esses caras que estão no governo, debatiam isso o tempo todo. O Bacha, no livro “Encargos Sociais e Mão-de-Obra no Brasil”, em 1972, propunha que a previdência fosse cobrada como nos outros países, sobre o faturamento e não sobre a folha de salário. Porque, para pagar menos à previdência, a empresa automatizava. No governo Geisel, que fez coisas sérias, o BNDES criou uma linha de financiamento para a indústria de base porque importávamos máquinas maciçamente, apoiando a Villares, Romi, Bardella etc. Mas tinha mais duas linhas, inclusive um dado que foi muito usado para dizer que o governo tinha até fábrica de sutiã, nessa onda de lavagem cerebral. Por que o governo tinha até fábrica de sutiã? Por uma política econômica sábia. Porque o BNDES apoiou os setores de base, onde era importante a tecnologia, mas apoiou também os setores que usavam muita mão-de-obra, como o setor têxtil.

Sérgio de Souza – A política desse governo está afetando também os centros de pesquisa, as universidades?

Aloysio Biondi – Há um mês, li na *Gazeta Mercantil*, lá no pé de página, o seguinte: “Instituto Agrônomo de Campinas fecha centro de documentação e centro de treinamento de pessoal”. Motivo: falta de pessoal por falta de verbas, baixos salários... Nesta campanha, não vi um candidato falando na situação da pesquisa. E este país tem momentos tão nojentos, que, nessa história toda sobre o déficit, a dona revista *Veja* publicou uma matéria com um título que era “As vacas do Itamar”. O objetivo era desmoralizar o Itamar, que era uma época de contenção e o Itamar liberou verba para a Embrapa. A Embrapa estava sem dinheiro até para pagar conta de luz, perdeu pesquisas porque tinha embriões em

geladeira, que apodreceram, aquelas coisas. Aliás, se um dia eu for escrever alguma coisa, queria escrever o caso Itamar. Porque houve um golpe branco contra ele. Começaram a dizer que, já que ele foi eleito junto com o Collor, ele também tinha se beneficiado do esquema PC e também devia sofrer impeachment. Aí, ele se enquadrava direitinho. E a imprensa sempre apresentou o Itamar como um paspalhão.

Carlos Azevedo – Ele foi um senador muito bom, inclusive.

Aloysio Biondi – Foi líder estudantil, foi presidente da Comissão de Energia Nuclear.

Sérgio de Souza – Mas arrasaram com a imagem dele.

Aloysio Biondi – Você estava numa recessão, ele procurou reativar a economia e houve mil editoriais chamando o Itamar de irresponsável, que ele era um dinossauro, que ia levar o país de volta à inflação, porque ele era um alvo muito fácil. Ninguém fala que ele tirou a economia do fundo do poço. E hoje estamos pior do que nunca.

João Noro – Você acha que o euro vai ameaçar a dinastia do dólar?

Aloysio Biondi – Se o De Gaulle ressuscitar, pode ser. (risos) Foi o único que quis. Não, acho que vai haver uma mudança. Os Estados Unidos já começaram a ter dados negativos por causa desse crescimento das importações. O americano se endividou pra burro. A taxa de poupança dos Estados Unidos nunca esteve tão baixa, um endividamento altíssimo para o consumidor. E realmente as quedas em Wall Street representam um empobrecimento para quem pensava que tinha tanto que receber. E as empresas de lá começaram a apresentar balanços negativos. Então, acho que a bola da vez, na verdade, são os Estados Unidos. Vai terminar um ciclo em que eles se aproveitaram de todos os outros países.

João Noro – E que medidas você acha que o governo brasileiro vai tomar para sair da atual sinuca de bico?

Aloysio Biondi – Continuo achando que não vai dar para segurar.

Marina Amaral – Tem de desvalorizar o real, é isso?

Aloysio Biondi – Acho que não dá para segurar até depois da eleição, não. Até o tom das análises com relação ao Brasil mudou completamente nos últimos dez dias. Você teve ainda aquela história que o Clinton ia ajudar, mas apareceu o secretário de Estado, o banqueiro, todo mundo falando que o Brasil tem de fazer um ajuste firme, que não vai ter

ajuda antes. Gente, esse dado de 105 bilhões de reais que o governo tinha de pagar de junho a outubro não dá para segurar. Ter de rolar 105 bilhões em quatro meses. O mercado já rejeitou, é porque os jornais não dão direito, mas já está a caminho.

João Noro – Vai ter de dar calote, não é?

Aloysio Biondi – Bom, esta entrevista vai sair depois das eleições, não é? Ou eles dão o calote lá fora, o que acho altamente problemático, ou fazem um tipo de confisco aqui dentro. Como eles vão rolar?

Marina Amaral – Quer dizer que esse ajuste fiscal é um confisco aqui dentro?

Aloysio Biondi – Veja bem, a máxi pode ajudar pelo seguinte: por que o investidor sai quando há ameaça de uma máxi? Porque todo mundo pensa que ele ganha na máxi. Não, não ganha, porque trouxe 100 dólares e trocou por reais, digamos assim. Quando quer mandar para fora de novo, vai no Banco Central e troca de novo. Digamos que não houve desvalorização nenhuma: ele recebe os mesmos 100 dólares. Se houver a máxi de 20 por cento, ele recebe 80 dólares. Então teve prejuízo. É isso, não existe ataque especulativo, é que ele não pode correr o risco de um prejuízo desses, só isso. É matemática. Por isso é que todo mundo se mandou. Não adianta o Fernando Henrique falar que não vai fazer. Pelo quadro, não dá para não ter uma máxi. É também grotesco fazer um apelo para ajudarem o Brasil porque “o Brasil é importante”. Que é isso?

Carlos Azevedo – Globalização solidária. (risos)

Aloysio Biondi – Pois é, quem ajudou os asiáticos? Primeiro deixaram os asiáticos quebrar. Inclusive tem declarações de banqueiro dizendo que o governo do Brasil “há muito tempo devia ter feito o ajuste, não fez, por que nós vamos ajudar agora?” Então, veja bem, se você fizer uma máxi, aí mais tarde esse pessoal que saiu pode até voltar, só que já em julho estava tendo férias coletivas da indústria automobilística! Então, vem a história: mas o PIB vai crescer! Como o PIB vai crescer se a indústria eletroeletrônica está vendendo 30 por cento a menos? Se a indústria automobilística está vendendo 60.000 carros a menos que em outubro do ano passado? É o contrário. E, como eles calculam tudo em relação ao PIB, esse déficit, que já está em 8 por cento do PIB, está levando em conta que o PIB vai chegar a 900 bi – não, não vai chegar, ele vai cair. Então, por uma coisa meramente estatística, aritmética, o rombo vai aumentar, não vai aumentar nenhum tostão, mas vai aumentar percentualmente.

“Não adianta o Fernando Henrique falar que não vai fazer. Pelo quadro, não dá pra não ter uma máxi”

Marina Amaral – Mas você acha que o grande trunfo, o real, vai ser desvalorizado antes da eleição?

Aloysio Biondi – Acho que não segura, inclusive essas grandes reuniões nos Estados Unidos, mandaram o Pedro Parente para lá etc., você acaba tendo pena, é a credulidade, acabam tendo um otimismo doentio, é esquizofrenia. O Tanzi, diretor do FMI, chega em julho e fala que o Brasil está quebrado, que tem de fazer o ajuste e ainda, quem sabe, só depois da eleição. O que mostra que o FMI, o Camdessus, tem uma imensa simpatia pelo Brasil, mas não tem dinheiro. Em segundo lugar, banqueiro é banqueiro. Em qualquer recuperação você passa primeiro pelo purgatório. Vai descer ao purgatório e ao inferno. Foi assim com os tigres asiáticos, que estão crescendo agora.

Sérgio de Souza – E recessão declarada, com certeza?

Aloysio Biondi – Aí, faltou uma coisa que eu quero dizer, que é o seguinte: vivi 1974. Foi uma fase de euforia mundial, uma época de a classe operária ir ao paraíso, aquela fase de consumismo desenfreado, e todo mundo projetou investimento, a petroquímica, a siderurgia etc., com base na demanda. Mas com base num ritmo de demanda que era temporário. Em 1974, tivemos um rombo na balança comercial, além do choque do petróleo. Eu estava na *Gazeta Mercantil*, o que me alertou foi um anúncio no Estadão, em Negócios e Oportunidades, um anúncio grande: “Indústria vende chapas de aço”. Mandei o repórter ver o que era. Era a Volkswagen. Como a demanda estava baixa, as multinacionais desovaram os estoques de matéria-prima nas suas filiais. E de repente o mundo descobriu que não ia ter aquele consumo da capacidade instalada. E isso está acontecendo com a euforia do neoliberalismo, da globalização. A revista *The Economist* publicou, quase um ano e meio atrás, uma capa mostrando essa loucura da corrida das multinacionais instalando fábricas automobilísticas no mundo inteiro. Você fala assim: “Mas o que o neoliberalismo tem a ver com isso?” Teve a euforia. É o seguinte: como a indústria automobilística no Brasil foi montada? O governo estabelecia metas de produção de acordo com a sua balança comercial – quanto vai gastar aquele setor que importar em peças, componentes. Dizia: no primeiro ano vai usar 5 por cento de peça nacional, no segundo 10 por cento, no terceiro 30 por cento, vai ter que ter produção local. Era um planejamento coincidente com a capacidade de gerar divisas no país. Não era esse negócio porra louca. Aí, o tal do neoliberalismo diz que planejamento é intervenção do Estado, e que estraga tudo, porque o consumidor ganharia mais se todas as empresas tivessem liberdade de operar... É um mercado totalmente superdimensionado. Com essa história de você planejar o tamanho de cada setor, as multinacionais não querendo ficar atrás umas das outras, correram todas para investir em todos os países.

Marco Frenette – E o que fazer?

Aloysio Biondi – Como se fez no passado: “Esse setor aqui só pode ser deste tamanho”. Então, para os primeiros projetos ou para os piores projetos, uma espécie de licitação mesmo – para estes eu dou isenção de imposto para importar peças, para botar máquina. Quem vier fora disso vai pagar. Quem tiver de fazer o investimento pagando imposto não vai poder concorrer com o outro.

Marco Frenette – E não existe planejamento porque são lobbies?

Aloysio Biondi – Não existe planejamento porque o neoliberalismo prega que o Estado não deve intervir porque prejudica o consumidor. Ele diz que é melhor que todas venham e briguem. Isso é o que antigamente os economistas chamariam de irracionalidade na alocação de recursos na sociedade. Porque tudo isso vai ser perdido. Acho que a gente vai passar por um terremoto muito grande. Às vezes acho que esse pessoal do governo aprendeu um pouco, depois acho que não. Você vê o Mendonça de Barros, encarregado do comércio exterior, em pleno mês de setembro, dizendo que vamos faturar mais com exportações de soja e café, quer dizer, ignorando que os preços estão em queda. Você está na mão de delirantes. Como falar em reação da economia? Eletroeletrônicos que foram aquela loucura, mas acabaram caindo 35 por cento no ano passado, este ano estão caindo mais 20 por cento. A indústria automobilística produzia 200.000, está com 140.000. Tudo isso tem efeito multiplicador, derruba a cadeia de multiplicação inteira: é o aço, a borracha, o plástico...

Sérgio de Souza – Faltou dizer algo, Biondi?

Aloysio Biondi – Não, só enfatizar que acredito que seja um ciclo que está terminando, que o problema agora será dos Estados Unidos, e nós, infelizmente, vamos passar pelo purgatório que outros países já passaram. Espero que essa virada tenha ensinado alguma coisa para as pessoas, e que talvez nos meios de comunicação percebam que eles ajudaram a afundar o país. Tenho os jornais guardados. Tem até o Fernando Henrique dizendo, em outubro de 1995: “Quando alguém me fala em recessão, eu tenho vontade de dar uma gargalhada”. (risos)

Entrevistadores: Marina Amaral, Carlos Azevedo, José Arbex Jr., Marcos Frenette, João Noro, Ricardo Vespucci, Sérgio de Souza.

Anexo 2

Matéria publicada na *Folha da Manhã* de 18/06/57

Concurso Pan-Americano

“Gostaria de Conhecer Antes de Tudo o Brasil”**O trabalho que recebeu o Premio Saenz Peña**

O Departamento de Educação promoveu, recentemente, um concurso entre estudantes de todas as escolas oficiais do Estado e selecionou três trabalhos para cada curso, ou seja, ginásio, colégio e escola normal. No tocante ao ginásio, Aloysio Lobo Biondi, aluno da quarta série do Colégio Estadual e Escola Normal Euclides da Cunha, de São José do Rio Preto, conquistou o segundo lugar. Recebeu o Premio Saenz Peña, em solenidade realizada na Biblioteca Municipal de São Paulo, dissertando sobre o tema “Se pudesse viajar pelas Americas, que gostaria de conhecer?” Transcrevemos o início do trabalho desse estudante:

“Gostaria, antes de tudo, de conhecer o Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. E qual o bom brasileiro que não pensa da mesma forma? O nosso país, em primeiro lugar; depois, os demais.

“Partindo de São Paulo, ir conhecer o Rio de Janeiro. Oh! a Cidade Maravilhosa! Suas avenidas largas e arborizadas, suas praias, seus recantos pitorescos... Quem não desejaria conhecer o Corcovado, desfrutar dali aquela vista maravilhosa, dar uma volta de late pelo lagoa Rodrigo de Freitas, passar um fim de semana na sossegada Paqueta? À noite, dar uma volta pela cidade, apreciar seus letreiros luminosos, ver o “colar de perolas” da praia do Botafogo, subir ao Pão de Açúcar pelo bondinho e, de lá de cima, gozar a visão da cidade iluminada? Sim, quem não desejaria conhecer o zoo da Quinta da Boa Vista, visitar o Museu Imperial e o Jardim Botânico? Passar pelos morros verdejantes da Tijuca, passar alguns minutos na Vista Chinesa e apreciar as águas espumantes da Cascatinha? Depois, pelo mar, rumo a Santos: Ali, gozar de um banho de mar, subir ao monte Serrat, e ir conhecer o Aquário. Agora, volta a São Paulo. Gozar da maravilhosa vista, que se tem ao subir a serra e apreciar também o progresso de São Paulo (e do Brasil) — o enorme vaivem de carros e ônibus, a estrada ampla e asfaltada, seus túneis...

“São Paulo, a cidade Pujanite do Planalto, com seu trafego intenso, seu barulho atordoador e seus arranha-céus, já é por mim conhecido. Mas confesso que, antes de

conhecê-la, foi uma das cidades que mais desejei ver.

“Seus cinemas luxuosíssimos, seus belos arranha-céus, seu povo apressado, são coisas dignas de apreciar. Mas, a parte mais interessante de São Paulo e também a mais bela, não é conhecida por quase ninguém. Sim, quantas pessoas que visitam arruáde a capital paulista, que não conhecem o Horto Flores... o Orquidario do Estado, a represa de Santo Amaro e Interlagos? Santo Amaro, logo nos vem à lembrança lindos barcos a vela, a água calma, o céu azul. Mas, como bom paulista e bom brasileiro, também gostaria de conhecer outros aspectos de São Paulo, suas fabricas e suas oficinas. Gostaria também de visitar o oleoduto em construção entre São Paulo e Santos. Depois, Volta Redonda, este grande empreendimento da siderurgica nacional, a refinaria de Cubatão (embora em construção) e os outros empreendimentos de grande vulto como estes. Agora, novamente o desejo de conhecer as maravilhas da natureza: a cachoeira de Paulo Afonso (que em breve será um grande potencial hidrelétrico para nós) com seus oitenta metros de altura e suas águas espumantes e revoltas, o seu barulho ensurdecedor, a caverna dos Morcegos, a sua neblina, ou melhor, nevoa provocada pela água que se despeja sobre as pedras. As Cataratas do Iguaçu, o salto das Sete Quedas, que maravilhas não serão? E uma viagem de “gaiola” pelo Amazonas, com suas margens alagadas e pantanosas, com suas “terras caldas”, com suas águas riquíssimas de peixe? O Inferno Verde — o viveiro dos jacarés — a Cobra Grande — a fauna variada e exótica — suas arvores gigantes com sua galharia confusa, abrigando os mais lindos passaros, de vistosas plumagens e a sucuri? Tomar parte numa caçada de jacarés, ver o banquete das piranhas, caçar bufalos na ilha de Marajó, tomar o suco do açaí, apreciar a pororoca, quem não deseja? Passar uns dias em Manaus, outros em Belem, enfim, conhecer a Amazonia? Apreciar a luta dos seringueiros pela vida e ver o latex correr da arvore ferida? Depois, o Nordeste, ressequido e maltratado pela seca... Sua vegetação característica, seus cactos, suas palmei-

ras e quem sabe? Talvez encontrar alguma leva de retirantes, com os rostos marcados pela fome e pela sede, magros, esqueléticos, sujos, em demanda da estrada de ferro e dos açudes. Não que eu deseje apreciar esse espetáculo doloroso...!

“Dizem que Natal é uma linda cidade. E Recife — a Veneza brasileira?

“Nas praias, os coqueiros cheios de frutos deliciosos... Saborear o caldo do fruto verde, apanhado ali, na hora? Correr pelas praias de Itacema, com suas palmeiras a agitar suas folhas e o mar verde e manso? Conhecer a lendária lagoa do Abaeté...? Bahia — a terra das tradições, do cacau, do fumo... Dar um pulo a Lobato, ver os poços de petróleo... Salvador — a cidade alta e a cidade baixa... Conhecer a capital capixaba, visitar o seu porto tão bem aparelhado... Depois, rumo ao Sul, o navio fazendo escala no Rio de Janeiro... ah, então, apreciar o gigante que dorme, o Dedo de Deus...

“Oh! O Brasil é imenso; temos tanta coisa para ser apreciada e admirada... No Sul, os pinheirais do Paraná, os carroções e as habitações típicas de Santa Catarina, as serrarias daquele...

Agora, rumo ao estrangeiro... E, finalizando a dissertação, depois de falar sobre o que o estrangeiro pode oferecer, diz:

“Sim, visitando as Americas, veremos que elas estão cheias de belezas e de riquezas, mas a maior riqueza é a união entre os povos americanos, é o espirito de solidariedade que existe de um para com outro povo, é a cooperação. Esperamos que a nuvem sombria da guerra nunca venha a empanar o brilho dos céus americanos, e que estes continentes se unifiquem cada vez mais, que cada país americano seja cada dia mais solidario com os outros e que o lema das nações americanas seja “Todos por um, um por todos”, para que o progresso das Americas continue e para que o futuro seja risonho, cheio de paz e prosperidade.”

(Exclusivamente para as FOLHAS do Serviço de Legislação e Publicidade da Secretaria da Educação)

Anexo 3

Matéria publicada na *Folha da Manhã* de 24/09/57

...produtor agrícola, refrigeradores, máquinas de costura, pontes...
...tar com os organizadores do...
...entre os cafeicultores da região...
...presente para o Brasil, assim

Memorial das classes produtoras, tema dominante nos trabalhos da VII ARCOS

Várias recomendações diretamente inspiradas no documento foram aprovadas no transcorrer do conclave realizado em Itapetininga

Desenvolveram-se nitidamente em torno do Memorial das Classes Produtoras de São Paulo, recentemente entregue ao presidente da República, os trabalhos da VII Assembleia Regional do Comércio Sindicalizado (ARCOS), realizada em Itapetininga, sob os auspícios da Prefeitura do Comércio de São Paulo e em prosseguimento a uma série de reuniões que visam ao estudo dos problemas econômicos da região, e de uma forma mais particular, ao congraçamento da classe. Desde a sessão de instalação do conclave iniciada às 15 horas de sábado, no salão de festas do Clube Venâncio Aires, ficou evidenciada qual a sua orientação, através do discurso do sr. Luís Roberto Vidigal, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, que, após discorrer sobre as finalidades das ARCOS, reportou-se à atual conjuntura econômico-financeira do país e fez a apologia do documento em questão: "brado de alerta contra os graves sintomas de depressão registrados em São Paulo e que ameaçam contagiar todo o corpo econômico da Nação". O memorial, que voltaria a ser defendido de forma veemente pelo sr. José Ribeiro Vilela na sessão de encerramento, foi também uma constante nos debates dos grupos de trabalho, os quais, além de resoluções de interesse da classe, adotadas em particular por cada um deles e dentro do setor que lhes compete, aprovaram em conjunto as seguintes recomendações: a) alertar-se o governo federal sobre o perigo de uma depressão econômica, de consequências incalculáveis, se não houver maior cuidado e vigilância na aplicação dessas medidas econômico-financeiras (restrição de crédito e redução de tributos); b) solicitar-se amparo financeiro e técnico à lavoura, imprescindíveis a um clima de crédito e confiança que permitam o enriquecimento do país; c) alertar-se sobre os perigos da tensão em vista as consequências sobre a nossa balança de pagamentos.

Aloysio BIONDI
(Enviado especial)

ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Encerrada a sessão de abertura, durante a qual usaram da palavra, além do sr. Luís R. Vidigal que a presidiu, os srs. Bartolomeu Rossi, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Itapetininga, em saudação aos convencionais, e Rafael Ferraz, coordenador das ARCOS. Iniciaram suas atividades os grupos de trabalho, integrados por elementos do comércio local e representantes de entidades de classe vizinhas. Após longos debates, foram aprovadas as seguintes resoluções, além das três acima citadas:

Grupo do Comércio Atacadista e Varejista, presidido pelo sr. José, Ori, vice-presidente municipal de Itapetininga: 1) Processamento das importações em favor da indústria e comércio locais; 2) Pedidos de revisão das tarifas — a) solicitar e comércio quanto às pedidas muitas antigas sobre os infratecs; b) solicitar seja rejeitado o veto previdencial ao dispositivo que permite aos contribuintes consultarem, em caso de dúvida, as chefias das alfândegas; c) pleitear que os casos de interpretação por parte dos conferentes quando do desembaraço de mercadorias importadas, sejam enviados, pelo Inspetor de alfândega, a fim de que possa opinar sobre o assunto, e eventualmente os órgãos técnicos da CADEX; 3) Imposto nas transmissões "Inter vivos" ônus de compromisso: manifestar seu apoio e encaminhar substitutivo ao autor do projeto que determina a taxa e tributo calculado sobre o valor do imóvel no momento do compromisso, e não como estipula na legislação em vigor; 4) Solicitar a extinção do imposto sobre o valor do imóvel no momento da escritura definitiva; 5) Críticas contra a economia sombria: solicitar a extinção da divida-idade de tratamento com relação a empresários e associados; 6) Solicitar a extinção da COPAF; 7) Solicitar a abolição do copilador de cartas; 8) Solicitar seja elevado de Cr\$ 150.000,00 para Cr\$



Flagrante colíbio durante a sessão de encerramento dos trabalhos da VII ARCOS, quando falou o sr. Luís Roberto Vidigal, presidente da Federação do Comércio de São Paulo

300.000,00 a atual base para cobrança de imposto de renda; 9) Assistência médica aos comerciantes, recomendação à Federação do Comércio; 10) Previdência Social, recomendação à Federação do Comércio. Deixaram de ser examinadas pelo grupo as propostas de duas moções, a ser de maiores facilidades de crédito beneficiárias também a indústria. Quanto à Instrução 133, comentou o orador que não solicitara a sua revogação para o momento, pois que apenas sua suspensão temporária, até que passe a presente crise.

Grupo de Turismo, Hospitalidade e Agentes Autônomos, presidido pelo sr. Antonio Monteiro da Cruz Junior: 1) Recomendar ao governo do Estado: a) sejam corrigidas as deficiências que se notam nos serviços de água e luz da cidade; b) pavimentação da estrada de rodagem que liga Itapetininga à capital do Estado; c) introdução de trens movidos a tração elétrica nas linhas que servem ao município. 2) Apoiar os movimentos tendentes à regulamentação das profissões do grupo de agentes autônomos do comércio.

O Grupo SESC-SENAC-UNAR, conforme suas atribuições e com exceção das três resoluções já mencionadas, apenas debates as atividades dessas instituições, visando ao aprimoramento de seus serviços.

das maiores aspirações da indústria nacional e que não foi sequer citada no documento, declarou o sr. José Ribeiro Vilela que tal comissão encontrava justificativa na maior atenção dedicada à lavoura e no fato de haver sido solicitada a concessão de maiores facilidades de crédito beneficiárias também a indústria. Quanto à Instrução 133, comentou o orador que não solicitara a sua revogação para o momento, pois que apenas sua suspensão temporária, até que passe a presente crise.

A PARTE SOCIAL

Reunido que visou a exemplo das anteriores, ao congraçamento da classe, contou a VII ARCOS programa social intenso, a saber: dia 21, às 12 h 30, recepção aos convencionais visitantes; às 16 horas, homenagem da diretoria do Clube Recreativo, com apresentação de números de canto a cargo do Orfeão do Instituto de Educação Peixoto Gomide e do Orfeão do SENAC, sob a regência da profa. Ana Zilphir R. C. de Almeida; às 20 horas, homenagem oferecida pelo comércio de Itapetininga, no Hotel Vitoria, durante o qual usaram da palavra os srs. Juvenal Paiva Pereira, em nome do comércio local, José Ribeiro Vilela e Luís Roberto Vidigal, em agradecimento; às 22 horas, baile oferecido pelo Clube Venâncio Aires. Dia 22, às 11 horas, visitas a instituições locais, seguidas de conquetei em que falou o vereador Humberto Pellegrini.

Não haverá aumento nas taxas do imposto de renda

RIO, 23 (FOLHANI) — O sr. Noé Winkler, diretor da Direção do Imposto de Renda, declarou que não haverá absolutamente aumento nas taxas do imposto de renda, em razão do projeto no 806 de 1956, em andamento na Câmara dos Deputados. Isso porque os aumentos de taxas constantes anteriormente desse projeto foram dele retirados. Saientos e sr. Noé Winkler que o que restou do projeto n.º 288-26 se relaciona apenas com a correção de taxas que constituem a criação e com a fiscalização, visando à redução do fraude, medidas indispensáveis para fazer face à redução do imposto de renda das classes abastadas, na qual o governo está firmemente empenhado. Falou que, em último análise o que está fazendo é uma campanha contra a propensão, não por causa do aumento das taxas mas pelas medidas visando à fraude, as quais não se desaja que sejam estabelecidas.

...chado agreste...
...dos abutivos à...
...à importância...
...na produção...
...e também...
...Machado, que...
...completou seu...
...rio. Em seguida...
...cedeu-se ao...
...feitos em cov...
...cipal preço de...
...do terra de vari...
...se fizeram rep...
...rencia. Os qu...
...plantados resp...
...srs. José Mari...
...Guizo, Lucio Vi...
...teubrand. Lo...
...recido chamras...
...cafeicultores...
...As 16 h 30, n...
...local, realiza-se...
...ocorrimento da...
...tração de Celso...
...Mina. Os dire...
...se fizeram ouv...
...solicitaram os...
...que têm prove...
...retrinas da pol...
...vernalment, co...
...resolução n.º 4...
...Inicialmente...
...Lucia Vieira, e...
...do, que sandu...
...zendo, destaca...
...se homem pu...
...Conferência E...
...mericana, real...
...Aires. O ora...
...Robinet de Ara...
...lou em nome d...
...Machado, dest...
...política caféi...
...o principal mer...
...agricultura a...
...nos, recebeu...
...maiores prêmio...
...Vários oradores...
...ovier, tendo a...
...que ao minist...
...ção votada, pe...
...evidenciando...
...confiança dos...
...de Minas no...
...Bica cafeeira...
...Em seguida...
...Paulo Guizo, di...
...tulo Brasileiro...
...cluro abiret...
...ativas do Sul...
...de economia ca...
...féica da resol...
...usar as palav...
...diques de São...
...das FAREAS, d...
...Maria Alkimim...
...zenda.

GRAÇÃO DO PAZ

"Não fossem dados e compr de cujo campo o sr. José Ma de voltar minist capital federal, mais medicina pensamento de nemia do país, sequencia da torra cronica, e ali não tem da qualidade que os campos de l ca sentiam, seu inflacionaria e trutura e tranq atividades cria momento, perde uma nação no seus filhos."

A INDUSTR

Discreetado, especulação a país, lembrou o sil, atualmente gem destilguras provetos da l de há alguns: exemplo, declar sua, antigame nihas explorad do que present só, amparada do que os out ram suas ativi da insolvência, frisco o minist séz com que é a riqueza do do campo, nota regiões do país grande extens tudo era gran mente a pobre que o Brasil p arranha-êfus d mentavam, san dem metropoles, era diferente l outras potênci ção do Brasil f flacionarios, c que era urgent reas em necess bacos que o al conteteu um d



O SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO

DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Faz saber aos interessados que atenderam ao edital publicado neste jornal nos dias 13 e 15, relativamente à venda de veículos de sua propriedade, que no próximo dia 27 do corrente, às 16 horas, procederá a abertura das propostas apresentadas.

Convida assim, os proponentes a comparecerem no dia e hora acima referidos, em sua sede à rua do Carmo, 147 — 4.º andar, a fim de presenciarem aquele ato.

Anexo 4

Reportagem publicada na revista *Visão* em 11/08/67 e vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo de 1968.

O Brasil no caminho do deserto

Aloysio Biondi

O deserto de uma civilização

Um país de deslumbrados. Seiscentas mil pessoas já se fixaram ao longo da Belém-Brasília. Orgulhosamente, um membro do Governo Federal anuncia o feito. Aponta-o como a maravilha das maravilhas. A prova evidente de que a construção de rodovias é a solução para a colonização das áreas despovoadas do Brasil. A marcha para o Oeste, afinal A ocupação do território brasileiro por brasileiros. A soberania nacional assegurada.

Nos me-ufanistas, tremor de entusiasmo a sacudir as vértebras. Nos técnicos, um arrepio de pavor a percorrer a espinha. Porque estes adivinham de que modo o povoamento está sendo feito. No ano da graça de 1967, uma horda de centenas de milhares de pessoas é despejada no coração do Brasil. Como nos tempos da descoberta. Sem assistência técnica, sem fiscalização, sem instrução, a onda humana se atira à devastação. Abre caminho a fogo, triturando florestas, queimando madeiras nobres, estragando em cinco, dez anos, terras que dificilmente serão recuperadas. Espalhando o deserto.

O país da oratória. Agradam aos ouvidos as descrições mirabolantes da Amazônia: o celeiro do mundo. Dói aos olhos o parecer dos técnicos: o solo cultivável da Amazônia não apresenta senão uma camada de 10 a 15 cm de espessura. Abaixo dela é o areal. Que, implacável, virá à tona à medida que a flora é devastada. E a Belém-Brasília rasga a Amazônia. Promove uma corrida para a região antes que haja uma estrutura para defendê-la. Ameaça transformar "um dos mais preciosos tesouros biológicos do mundo no mais espantoso deserto de que a humanidade terá notícia". A afirmação data de 1963. E veio de um dos maiores especialistas brasileiros em silvicultura, Victor Farah, presidente na época do Conselho Florestal Federal.

O país do escapismo. Avalanchas de relatórios, nomes gregos, latinos, ingleses e até brasileiros para explicar desabamentos e inundações. Isso, enquanto no caminho entre as duas maiores cidades do país, no trajeto das duas "metrópoles" brasileiras, se forma um deserto. Dezenas de milhares de pessoas, em ônibus e em automóveis pela Via Dutra, vêem montanhas esfarelado-se, rios secando, o deserto brotando. Sem levar tanto tempo quanto se pensa para ser realidade dominante. O Vale do Paraíba está se esfarelado. Diariamente. Os desabamentos na Via Dutra foram dramáticos. Ganham manchetes. Mas, ao longo de todo o Vale, há montanhas escarpadas ou morros arredondados vindo abaixo. O processo foi acelerado. Daqui para frente, tudo acontecerá

mais depressa. A próxima estação das chuvas vai mostrar. Nos altos, a erosão ganhará ímpeto. Nas planícies, os rios, entupidos de terra, transbordarão. Muita gente vai morrer no Vale do Paraíba, neste e nos próximos anos. E, num prazo que pode ser tão curto quanto vinte anos, as terras do Vale fatalmente estarão áridas.

Às portas das duas maiores cidades brasileiras, um deserto. Construído pelo homem com armas terríveis. Entre elas, duas de aspecto inocente. A bananeira. A rodovia. Uma inadmissível. A omissão.

Flora enfezada – Árvore no Brasil é assunto insípido – foi a dolorosa conclusão de um grande jornal paulista que, há cerca de dez anos, desenvolveu campanha intensa em defesa do que restava das matas do Estado – e do sul do país. A circulação do jornal caiu. As matas vieram abaixo do mesmo modo, criminosamente, com um expediente bem brasileiro.

Para que as florestas – Pontal do Paranapanema, divisa com Paraná – não pudessem ser derrubadas, deveriam ser desapropriadas pelo Estado. E elas só interessariam ao Estado na medida em que realmente representassem uma cobertura de vulto ininterrupta. Foi aí que os madeireiros e pecuaristas acharam a solução: atearam fogo em vários pontos da área, destruíram milhares de árvores seculares. O Governo do Estado pouco fez para impedi-los - apesar das denúncias no jornal. Ao final, não havia senão uma colcha de retalhos no lugar da antiga manta florestal. A desapropriação já não se justificava. O gado e a serra, triunfante, acabaram tomando conta da região.

A impunidade dos responsáveis por devastações reflete a apatia do homem brasileiro – desde o cidadão comum a prefeitos e professores – diante do problema florestal. A indiferença será o principal obstáculo a ser enfrentado pelo país, que parte neste momento para novo esforço de reflorestamento, defesa da flora, que, teoricamente, tem alto potencial de êxito.

O novo Código Florestal e a Lei 5106 dão realmente vantagens imensas a todo e qualquer cidadão que se dedique ao plantio ou à defesa de árvores.

A formação de pequenos bosques de 10 mil árvores ou o plantio de extensões de milhares de quilômetros quadrados de matas, mesmo para futuro uso da madeira, foram transformados em atraente campo de investimentos para o pequeno sitiante ou a grande empresa florestal. O lucro, motivação básica dos empreendedores, foi introduzido no cenário do problema florestal brasileiro. A reação positiva a esse estímulo, porém, não trará de pronto a recuperação das enormes áreas devastadas. O esforço precisa ser coletivo.

Madeeeeeeeeira! – "Cidades cogumelos" foi a denominação recebida pelas localidades da região da Alta Paulista, desbravada nos últimos 25, 30 anos em São Paulo. Com menos de vinte anos, algumas delas atingido tal grau de prosperidade que já necessitavam de semáforos para controle de seu tráfego. Adamantina é um exemplo real. Mas o cogumelo, usado como símbolo da "explosão" das cidades, é também um exemplo da forma inferior da vegetação. E também nessa acepção o termo se aplica às

novas cidades paulistas, pois a devastação foi ainda maior nas zonas velhas de São Paulo: o mesmo município de Adamantina não tem senão 3,65% de seu território coberto por matas nativas ou regeneradas. Pacaembu e Parapuã, outros dois municípios do Oeste paulista, chegam a níveis ainda mais inacreditáveis: 0,25% e 0,68% de matas em todo seu território. A colonização dessa região, é curioso observar, foi feita preponderantemente por imigrantes japoneses, que parecem assim ter-se contagiado pelo santo horror brasileiro à árvore, apesar de toda a mentalidade florestal secular de que estão possuídos os orientais.

Além do exemplo paulista, há o paranaense. Técnicos do governo afirmam que a maior devastação já feita no Brasil não ocorreu nos tempos da colonização portuguesa. Foi nas décadas civilizadas de 1930 e 1940, quando ocorreu o "desbravamento" do Paraná. De 1930 a 1960, de um total de 95 mil km² de floresta subtropical, o Estado destruiu 50 mil km². As florestas de pinheiro caíram igualmente de 42 mil km² em 1930 para 22.900 km² em 1960 – e isso porque o Instituto Nacional do Pinho, a partir de 1950, passou a exercer fiscalização severa sobre os cortes e mesmo sobre o aproveitamento das árvores abatidas, fazendo com que se refreasse o ritmo de derrubadas.

Hoje, como ontem, o Brasil semeia desertos. Cálculos oficiais estimam que, neste exato momento, o país está destruindo 300 milhões de árvores por ano. Planta, com o reflorestamento, não mais de 50 milhões por ano, ou apenas 15% do que corta. Caminha cegamente para o deserto.

Ah, as estatísticas – Se Deus fosse mesmo brasileiro, teria dotado seu povo de maior sensibilidade para as mentiras das estatísticas, velho insuflador do orgulho nacional. Nos levantamentos mundiais sobre recursos florestais, o Brasil figura garbosamente em segundo lugar, logo depois da União Soviética. Melhor ainda, proporcionalmente ao território, é o primeiro quanto à porcentagem da superfície florestada, com 54% de seus 8,5 milhões de km² cobertos de vegetação.

A ilusão da inesgotabilidade desses recursos é uma cortina de fumaça para o incendiário problema da devastação. As matas brasileiras se concentram, na proporção de 83%, na Amazônia. Por isso é que o resto do Brasil, em termos florestais, já é um deserto. São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, juntos, detêm apenas 1,68% da superfície florestal do país. E o desmatamento continua: pequenos capões de mato, distribuídos esparsamente pelas fazendas, e que haviam escapado ao machado e ao fogo durante dois ou três séculos, são postos abaixo, mesmo nas zonas mais antigas de São Paulo. Se o preço do milho sobe, por exemplo, o fazendeiro não titubeia: sacrifica as árvores, em busca de terra descansada. E o faz no estilo tradicional: com o machado e com o fogo, sem aproveitar a madeira. Planta depois morro abaixo – caminho seguro para rápida decadência da terra. Como faziam seus antepassados.

Pela lei, a derrubada já não poderia ser feita. Mesmo pelo antigo Código Florestal, qualquer corte de árvores dependia da autorização dos órgãos do Estado ou do município.

E a estes caberia denegar a ordem, de acordo com o grau de desmatamento já atingido pela fazenda. Mas quem se importa com a lei, aliás, com a árvore no Brasil?

Os prefeitos, não. Os governos de Estado, também não: somente um desses Estados, São Paulo, possui, desde 1934, um Conselho Florestal – que prima por seus serviços de reflorestamento. Mas não impede novos desmatamentos.

A pátria salva – O Brasil pode passar a plantar 1 bilhão de árvores por ano, com a nova lei de incentivos ao reflorestamento. O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, general Sílvio da Luz, acredita que, à medida que as vantagens cedidas pelo governo forem sendo divulgadas, crescerá o interesse pelo plantio. No futuro, é seu ponto de vista, cerca de 5% do total de imposto de renda arrecadado no país passará a ser aplicado no reflorestamento. Em termos atuais, isso equivaleria a 150 milhões de cruzeiros novos, o que ao custo de 15 centavos novos por muda – inclusive tratos culturais necessários – representaria o sonhado bilhão de árvores por ano.

Nem por isso o problema florestal brasileiro estaria resolvido nas regiões já devastadas, como ocorre no sul, de São Paulo para baixo. A razão? As regalias da lei de incentivos atrairão principalmente grandes empresas industriais, que procurarão formar extensas plantações (pinheiros e eucaliptos, sobretudo) com fins comerciais, desde a produção de celulose e papel à obtenção de madeira. Vale dizer, extensas plantações se concentrarão em determinadas áreas, enquanto o problema florestal do Brasil, tomado globalmente, se apresenta altamente diluído. Ou, em outras palavras, a existência de grandes florestas em alguns municípios poderá resolver apenas um problema: o de obtenção de produtos florestais (madeira, polpa). Mas não dará solução – a não ser naquelas áreas – ao desgaste das terras da agricultura, às alterações das condições de clima, aos desabamentos e inundações, que precisam ser atacados em cada município, cada fazenda, em cada sítio em que a proteção florestal foi destruída. Ou está sempre ameaçada pelo homem.

Mutirão? – Israel empurrou o deserto. O deserto ainda não está empurrando o Brasil. Torna-se assim difícil motivar a opinião pública em defesa dos recursos florestais. Sozinho, o Governo Federal pouco conseguirá. Muito vai depender dos Estados e municípios – pois as leis contra o deserto já existem. Sua articulação e aplicação são prometidas para os próximos dois meses pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, recentemente criado e ainda não completamente estruturado, e que substitui o Instituto Nacional do Pinho, a Agência de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura e o Conselho Florestal Federal.

"Uma fiscalização enérgica será promovida no País, tanto em defesa das matas remanescentes nas zonas velhas, como das reservas florestais da Amazônia e do Brasil Central", diz o general Sílvio da Luz, presidente do IBDF. Para tanto, o IBDF vai precisar de enorme mobilização humana: um total aproximado de 8 mil guardas florestais, somente para a região sul. "Como é impossível formar todo esse pessoal em curto prazo, inclusive pelas despesas decorrentes, o IBDF cogita da assinatura de convênios com as polícias

militares dos Estados, que cederiam guardas para a fiscalização", conclui o presidente do órgão.

Simultaneamente à repressão, o IBDF traça diretrizes para implantação de uma mentalidade florestal no país, através de campanhas educativas. E estuda incentivos aos planos de reflorestamento, a fim de deixar rapidamente para trás a ridícula margem de plantio de árvores no Brasil, que neste meio século representa apenas um milésimo do total derrubado: 1.500 km² reflorestados, contra 1,5 milhão devastados em 42 anos. Ou 1,25 bilhão de árvores plantadas, contra 1,25 trilhão de árvores derrubadas.

Já modestas, essas cifras devem-se exclusivamente a três responsáveis:

- O Instituto Nacional do Pinho, ora extinto, com cerca de 50 milhões de árvores (pinheiro brasileiro e *pinus elliottii*) em seus parques e a distribuição de mudas a particulares (30 milhões de mudas este ano).

- O Governo do Estado de São Paulo, que, no entanto, após grande impulso no replantio durante os governos Jânio Quadros e Carvalho Pinto, reduziu suas atividades. Seu Serviço Florestal plantou 8,7 milhões de pináceas em 1960, e mais 15,1 e 21,1 milhões em 1961 e 1962, caindo a seguir para 17,3; 12,2; 10; e 6,1 milhões em 1963, 1964, 1965 e 1966.

- As indústrias siderúrgicas (madeira para carvão) e de papel (celulose), principalmente a Belgo-Mineira (312,5 milhões de eucaliptos), Acesita (63,5 milhões) e a Klabin (125 milhões).

A ação coletiva contra a devastação e a favor do reflorestamento, o IBDF espera obter através de campanhas educativas, planejadas mais objetivamente que as até hoje realizadas. Nada de ministros gordos, bagas de suor a escorrer pelo rosto, a plantar tristes mudinhas em ridículas comemorações do Dia da Árvore. Se um centésimo das mudas plantadas nessas festinhas tivesse sobrevivido, o Brasil seria uma imensa floresta.

Quem vai matar o Vale

Terra degradada. "Em quarenta anos de pesquisas em todo o mundo, nunca vi região tão degradada", registrou Aubreville, técnico francês enviado pelas Nações Unidas, depois de visitar o Vale do Paraíba. Com superfície de 57 mil km², abrangendo os Estados de São Paulo, Rio e Minas Gerais, a bacia do Paraíba sofreu verdadeiro saque durante séculos. A agricultura irracional de seus povoadores – e que persiste até hoje – devastou matas a fogo. E fogo incontido, que "limpava" a área destinada ao plantio e devorava as matas dos morros e montanhas inaproveitáveis para a lavoura. Essas derrubadas-monstro nunca poderiam ter ocorrido: a região tem 68% de solos com declive superior a 40% – que requerem proteção florestal ou se decompõem.

O vandalismo na ocupação do vale foi tal que, no prazo de quarenta anos, o café ocupou suas terras e depois deixou-as para trás, arrasadas. Atrás do êxodo do café, veio o êxodo populacional: o trecho paulista do vale tinha apenas 520 mil habitantes em 1956,

quando com a taxa de crescimento populacional de 2,3% deveria ter atingido a casa de 1,2 milhão, não fora a debandada de seus moradores para outras regiões.

Surgiram as "cidades mortas" de Monteiro Lobato. E o vale só se reanimou a partir de 1945, com a industrialização. Mas seus recursos naturais continuam sem proteção – e a ameaça do deserto está às portas, não sem que antes sua população enfrente o drama das inundações anuais crescentes, resultantes da quantidade de terras arrastadas para os rios, o entupimento de vales por onde as chuvas escoavam, a sedimentação intensa em depósitos e reservatórios (inclusive os das usinas elétricas).

O vale está morrendo. Há planos para recuperá-lo, mas talvez a sua ambição exagerada seja a própria determinante do seu fracasso. O vale se desagrega rapidamente, não espera. O governo do Estado de São Paulo tenta resolver sozinho, sem contar com o auxílio das prefeituras, dos fazendeiros e dos moradores do Vale, um problema que é coletivo. Constrói diques, *polders*, canais de irrigação. São obras gigantescas, demasiado concentradas – enquanto o resto do vale se desintegra. A região pede medidas drásticas: obrigatoriedade imediata de reflorestamento pelos fazendeiros seria uma delas. Proibição de lavouras inadequadas às condições do terreno, outra. Participação das prefeituras na formação de viveiros de muda, trabalhos de reflorestamento, uma terceira. No presente, municípios com alta arrecadação, trazida pela industrialização, enfeitam-se como pavões com lâmpadas de mercúrio e fontes luminosas, mas suas prefeituras não aplicam um níquel na defesa dos recursos naturais, de matas a mananciais de água – estes indispensáveis à própria industrialização. Estão rifando seu futuro.

O acomodamento e a preocupação com planos mirabolantes fazem esquecer problemas que já não podiam subsistir no Brasil:

- Para fazer carvão, há usinas siderúrgicas devastando enorme área do vale, a última reserva florestal da região, e que permanecera intocada porque, por lei, devido à declividade do terreno, não podia ser derrubada. Em princípios do ano, o governo paulista proibiu a derrubada que, teoricamente, já era proibida pelo Código Florestal. Pois nem essa lei esta sendo cumprida. As usinas protestaram e as autoridades deram novos prazos para que elas "se adaptassem à nova situação".

- A pecuária leiteira é uma das principais atividades do vale, que, "excluindo-se a várzea, pode-se dizer que é uma grande pastagem", segundo relatórios de técnicos do governo paulista. Trata-se de um consenso total: devido ao terreno acidentado (montanhas), a pecuária é duplamente condenável. Primeiro, porque o gado gasta mais energia em subir e descer o morro, à procura de alimento (capim), do que na própria produção de leite – e este somente pode ser caro, produzindo antieconomicamente. Segundo, porque os pontos pisoteados pelo gado, ou de vegetação destruída pelo gado, são o foco inicial da erosão. Além dessas condições adversas, os pecuaristas do vale não demonstram sequer preocupação com pastagens melhoradas, como as existentes, por exemplo, na Noroeste. Conforme o mesmo relatório, as pastagens do Vale do Paraíba são "na sua quase totalidade constituídas de capim-gordura, que, dadas suas características, não só não oferecem grande capacidade de sustentação de animais,

como também não atuam satisfatoriamente na retenção do escoamento superficial das águas e na proteção contra a erosão. Esses fatos podem ser verificados pelas vazões dos ribeirões e pelo assoreamento (entupimento) intenso das terras baixas". Traduzindo: o caminho da erosão, da inundação, do deserto. Demonstrado em definitivo pelo uso das terras do vale: pecuária – 1 milhão de hectares; agricultura – 70 mil; matas – 120 mil.

O Governo Federal, depois da catástrofe do começo do ano, está criando um órgão especial – a Superintendência do Vale do Paraíba – para executar e coordenar o planejamento regional de obras que reergam a região. A experiência paulista deve ser lembrada pelo novo órgão: planos ambiciosos são comprometedores, porque demorados e distantes da população. E o Vale do Paraíba tem pressa.

Quem vai morrer no Vale

Leve uma criança na praia. Mande-a fazer um castelo de areia. Pronto o castelo, mande-a escavar na base. Ela recusará. O castelo desmoronaria.

É o que o Brasil está fazendo com seus morros – de modos diretos e indiretos. Diretos, com a retirada de terras ou escavações para construções. Indiretos, com o plantio de bananeiras ou com obras rodoviárias mal-executadas. Há fatores altamente sofisticados a determinarem a desagregação dos morros brasileiros. Mas esses dois ainda que óbvios, são fundamentais. E admitem pronta correção.

A bananeira, com seu aspecto acolhedor, é no presente a maior praga a ameaçar as encostas dos morros brasileiros: ela lambe as reservas florestais do litoral sul de São Paulo, infiltra-se nas matas da serra de Caraguatatuba, mete uma cunha no morro carioca. Ela adora grotões, locais úmidos. O modesto posseiro que constrói seu rancho à beira da estrada, em matas do governo, faz seu plantio nos grotões, nos locais úmidos. Aqueles por onde os filetes de água, os cursos de água ou as águas da chuva descem. Quando há mata nos grotões, a água não escava a terra e não arrasta a lama, não provoca desbarrancamentos. As bananeiras não têm esta capacidade. A água lava a terra e, nas chuvas, arranca os bananais dos grotões e sopés do morro. A erosão começa aí. As partes superiores do morro ficam sem suporte. E vêm abaixo.

O que está acontecendo nas montanhas escarpadas do Vale do Paraíba é evidente. Há um deslizamento de bananeira? Uma observação atenta mostrará que, em 90 a 95% dos casos, a chuarada não foi responsável. Lá estarão as marcas do desmatamento do sopé do morro ou do grotão – para plantio de bananeira, dissimulada entre a vegetação. Ou a base do barranco cortada para o traçado de estradas.

A tragédia da Via Dutra em princípios do ano decorreu realmente de um temporal de grandes proporções. Também em Caraguatatuba choveu muito. Mas faltou perguntar até que ponto a existência de bananais na encostas (e cortes rodoviários mal-executados) agravaram os desabamentos. E faltou ainda reconhecer que em outros pontos do país há desabamentos, menos trágicos, mas igualmente graves, mesmo sem a ocorrência de tormentas. Se a tragédia foi esquecida, é preciso lembrar do mal permanente. Por todo

trecho de serra da Via Dutra há florestas, no pico de montanhas, simplesmente balançando no ar. As encostas se foram. Ou estão indo. Toneladas de terra virão abaixo, com milhares de árvores de cambulhada, na próxima estação de chuvas – a menos que as chuvas sejam muito benignas.

O ministro Mário Andreazza agiu com decisão nas obras de recuperação e conclusão da segunda pista da Via Dutra. Com igual decisão deve buscar a colaboração do Ministério da Agricultura e do IBRA, para uma ação conjunta e rápida contra o desmatamento ao longo da Dutra – ou a rodovia será de novo atingida. As plantações de bananeiras são feitas por posseiros humildes, ignorantes, desconhecedores de que a lei proíbe o desmatamento de encostas com aclive de mais de 25%. Retirá-los pura e simplesmente, ou impedi-los de plantar, seria desumano. Mas o IBRA surgiu para problemas de colonização: é de sua atribuição amparar os posseiros, removê-los para outras áreas, dar-lhe novos meios de renda. O IBRA, que vem inundando as telas dos cinemas cariocas com documentários sobre suas atividades na Amazônia, não pode ignorar um problema surgido às suas barbas. No trajeto das duas maiores cidades brasileiras.

A erosão alucinante da serra, ou a erosão acelerada dos morros arredondados do Vale do Paraíba, pode, na maioria dos casos, ser combatida com extrema facilidade, em caráter provisório, dentro da urgência que o problema requer. Enquanto o reflorestamento em larga escala não vem – e ele pode demorar cem anos –, há o recurso ao plantio de leguminosas. Os trechos que mal começam a desabar serão fixados. Ainda este ano. Nas voçorocas, ainda no início, não será preciso plantar: basta semear por lanço, é o que afirmam os técnicos.

Ao IBRA, o problema não preocupa, tampouco o Ministério da Agricultura pensa nele: já em 1965 o Conselho Florestal Federal advertira aquela pasta sobre "as devastações que se ampliam de ano para ano na floresta da encosta Atlântica da Serra do Mar", para plantio de bananeira. Nada se fez.

Com a mesma decisão com que agiu no caso da Dutra ou no do Lloyd, o Ministro dos Transportes pode levantar o problema. E, já que os métodos formais não parecem seu forte, um mutirão das populações da área permitiria atacar rapidamente os pontos críticos. Ou muita gente vai morrer no vale. Na Dutra. No verão.

Árvores mortas, Hosana!

Ironicamente (ou inconscientemente?) todos os cânticos, versos e textos escolares de exaltação à árvore no Brasil não pregam a sua conservação, mas sua destruição.

"A árvore é nossa amiga", dizem os textos, "porque dela tiramos madeira – a árvore morta – que nos serve de berço e caixão, a lenha que nos aquece, o papel que nos instrui". Não instrui tanto assim, porque 90% da população brasileira – e dentro dela a esmagadora maioria dos professores primários, que deveriam esclarecer seus alunos – não tem conhecimento exato da função da cobertura florestal. Vão das afirmativas líricas

como "a árvore nos dá sombra e frutos" aos palpites genéricos de que "protegem o solo". Além daí não vai nossa vã ecologia.

O Brasil está enfrentando, por falta de cobertura florestal, uma cadeia de fenômenos que tendem a repetir-se e agravar-se, pois se interinfluenciam. Os desabamentos, as inundações, as chuvas ora escassas, ora torrenciais, o desaparecimento de córregos e nascentes, a queda do nível dos rios (o São Francisco, outrora totalmente navegável, hoje já não dá calado), o surgimento de areais – são fruto maior da fúria contra a árvore:

- Progressiva degradação da flora: com as queimadas, na "substituição da floresta pelo campo... ainda que caia semente de árvore que consiga germinar, a árvore nova é sufocada pelo crescimento mais rápido das plantas herbáceas e é destruída definitivamente pelo fogo na próxima queimada, sem ter tido tempo de deixar descendência". A própria vegetação do Nordeste não era tão "ruim" quanto hoje: decaiu ao longo dos anos.

- Secas e inundações: no solo não se processa apenas a diminuição da capacidade de retenção de água: os campos são erodidos muito mais que os solos florestais, e há diminuição da "reserva de água do lençol freático (subterrâneo, que alimenta fontes, nascentes, etc.), que baixa muito nas estiagens e sobe muito nas estações chuvosas", provocando a "inundação dos rios, devido ao escoamento rápido das águas".

- Clima e chuvas: "Sabe-se que o calor solar que incide sobre as matas é em grande parte consumido para evaporar água de folhagem para promover a fotossíntese. A irradiação (de calor) de volta à atmosfera é pequena... Sobre os campos essa irradiação é muito maior, por ser menor a massa vegetal... Colunas de ar quente sobem dos campos superaquecidos, afastando o ponto de condensação da umidade atmosférica. As estiagens tornam-se mais longas e mais secas. As estações chuvosas, mais intensas e mais curtas, agravando a erosão".

A essas conclusões, extraídas de um trabalho apresentado em 1948 pelo professor José Setzer, do Departamento de Geologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, pode-se acrescentar o seguinte: ao desmatamento sobrevêm as inundações, o desabamento, o deserto.

Anexo 5

Artigo publicado no *Caderno de Propaganda e Marketing* em julho de 2000.

Aloysio Biondi e as flores em vida

Geraldo Leite

Para mim, ele foi sempre uma das principais referências de vida.

Conheci-o quando ele ainda namorava a minha irmã Ângela.

O Alóys, como o chamávamos, era de casa e tenho grandes recordações de belos almoços de família no domingo, liderados pelo meu pai Manuel Leite, onde minha mãe tinha quase que implorar para que parássemos de falar, debater e trocar informações sobre o Brasil e sua comunicação (imprensa, arte, música, rádio, TV, propaganda, etc.).

Com o tempo aprendi a admirar melhor as suas posições e entender que por trás da aparente simplicidade de sua abordagem, estava uma visão muito mais real, menos carregada de ideologia ou dogmática, do que minha vã (e põe vã nisso) filosofia supunha. Ele passou por muitos jornais e tinha sempre muito o que falar.

Vieram nossos 9 filhos (4 da minha irmã Laura Beatriz com o Hélio de Almeida, 3 dele com a Ângela Leite e 2 meus com a Beth Carmona) para satisfação nossa e, é claro, dos meus pais.

Nossas conversas de domingo sempre seguiram e aquilo para mim era um exercício contínuo, talvez o mais prático que tive, do que é a tal da dialética.

Enquanto eu variava na minha tonalidade ideológica de acordo com a época, o Aloysio não – pois era quem sempre apontava o que ninguém via e nos antecipava as tendências.

Foi com o exemplo dele de saber enfrentar as dificuldades com força e bom humor que aprendi a enxergar mais longe e até a dar menos valor para os pequenos percalços da vida.

Não conheço nenhuma história pessoal como a dele: quando ele se separou de minha irmã, sabe aonde foi morar? Na casa dos meus pais. Logo virou um novo filho e foi sempre um excelente companheiro do meu pai, até a morte dele há 3 anos.

Mas a vida foi nos levando e vinha encontrando-o muito pouco. Foi o tempo do livro "Brasil Privatizado", enorme sucesso subterrâneo: mais de 125 mil exemplares!

Como nem sempre vence o bem, demoraram demais as "Flores em Vida", da bela música do Néelson Cavaquinho e Guilherme de Brito, que ele gostava tanto.

Por fina ironia do destino, as palavras bonitas e carinhosas que sobre ele falam agora, confortam, encantam e gratificam, mas são sempre incompatíveis com as dificuldades que ele teve que enfrentar por viver em um mercado que não suporta vozes dissonantes.

Eu vinha guardando uma idéia que só ele poderia realizar. Sonhava que seria possível produzir dois livros sobre o Brasil: o que somos e o que podemos ser. Eu imaginava que se ele, com o seu talento, resolvesse olhar os nossos grandes números, mostrar os fatos, com referências de padrões internacionais, teríamos uma base de partida para a construção inquestionável do país ideal. Na minha ainda vã idéia, esse primeiro livro seria "neutro", indiscutível, aceito por todos os lados; o que facilitaria o projeto posterior, que seria para aonde gostaríamos de caminhar.

Provavelmente ele ia me mostrar que tudo não passava de balela, ilusão.

Mas se bobeasse, lá ia ele como um louco atrás dos jornais e da conversa das ruas para começar a montar a nova empreitada.

Beijos para sempre. Melhor esquecer dos livros, não?

Boa sorte Alóis, e deixa que a gente toca pra frente.

Anexo 6

Artigo publicado na *Folha de S.Paulo* em 11/09/81.

Esperança para desempregados

ALOYSIO BIONDI

No auge da avalanche de pessimismo sobre a crise mundial, lá pelos idos de 1975, a tradicional revista semanal inglesa "The Economist" ironizava a "psicose da recessão", observando que o trágico, na área econômica, é que geralmente se diagnostica "hoje" os problemas de "ontem", isto é, já minimizados, tomando-se medidas para corrigi-los e que (como eles já perderam a força) acabam criando os problemas "de amanhã".

Não fugindo à regra, o Brasil viveu nos últimos meses um clima de apreensão crescente, ante as notícias de desemprego em massa e as previsões de uma recessão sem limites.

Nesse quadro de inquietação coletiva, como apontava "The Economist", deixa de ser feita uma pergunta fundamental: o processo de retração da economia vai continuar avançando, ou os fatores que o determinaram já estão saindo de cena, possibilitando alguma recuperação? Confunde-se o "todo" com a "parte": toda informação sobre desemprego ou empresas em dificuldades reforça a convicção de crise — quando o importante seria detectar a tendência geral dos negócios. Esquece-se que, mesmo com a economia já em recuperação, ainda haverá setores atingidos "com atraso" pelos problemas, e empresas idem.

Alguns dados divulgados nos últimos dias, e aos quais não se deu muita atenção, ilustram bem esse comportamento. Por exemplo: às vésperas do Sete de Setembro, a Federação do Comércio de São Paulo divulgou os resultados das vendas no varejo no mês de julho, na Grande São Paulo. Conclusão: um aumento real (isto é, já descontada a inflação), de 5,6%. Isso, note-se bem, na região metropolitana, exatamente a mais atingida, em todo o País, pelos problemas da economia, já que nela se localiza o ABC, duramente afetado pela retração da indústria automobilística, com milhares de desempregados. Isso, note-se ainda, apesar da pesquisa da Federação incluir o faturamento do setor de concessionárias revendedoras de veículos, em retração, e cujo peso "ponderado" no índice é apreciável, dado o alto preço dos veículos.

A revelação confirma plenamente as

observações da "Economist" sobre a "psicose da crise": os dados surgidos "hoje", em setembro, se referem a vendas realizadas "ontem", em julho. No entanto, no mesmo momento em que viam suas vendas aumentar, em julho, os empresários continuavam a falar em crise, em "tudo vai mal", ampliando o pessimismo da população (o que acaba por reforçar o ambiente negativo às vendas e aos negócios).

Podê-se alegar que a melhora observada nos negócios já em julho — e da qual os dados da Federação do Comércio são apenas um exemplo — pouco significa, pois se trata de uma comparação entre os resultados de julho e junho deste ano. Quando a comparação é feita com o mesmo mês do ano passado, a conclusão é outra, isto é, as vendas continuam mais baixas. Na verdade, este parece ser o principal equívoco nas análises da crise econômica de 81: o que importa saber, como se disse acima, é a tendência dominante; é saber se o pior já passou, se o fundo do poço já ficou para trás. Isto porque, em economia, os acontecimentos se espalham como uma mancha de óleo sobre uma folha de papel: o perigo da desaceleração é que ela não tenha limites, atingindo setores em cadeia — até a recessão. Inversamente, iniciada a recuperação, a nova tendência também se propaga por todo o organismo econômico.

O novo alento da economia não cancela, evidentemente, a existência de milhares de desempregados e os decorrentes problemas sociais. Mas — ateste-se — ele abre perspectivas para encaminhamento de soluções também para eles — o que não ocorreria, se a queda nas atividades persistisse.

Numa visão mais ampla, quebra-se o ritmo ascendente das tensões sociais — apontado como uma ameaça ao projeto de abertura política.

Resta saber apenas se, ao procurar reativar a demanda através da redução na cobrança no Imposto de Renda na fonte, a partir de outubro, os planejadores oficiais não tenham escancarado as portas à alta de preços — já que a decisão surgiu num momento em que a economia parecia reencontrar fôlego. Terão criado, então, novos problemas inflacionários para "amanhã".

Anexo 7

Artigo publicado na Folha de S.Paulo em 8/05/83.

UTILIDADE PÚBLICA			
I	I		
II	II	III	III
I	I		
II	II	III	III

COMUNICAÇÃO			
I	I		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III

IMPRENSA E EDITORIAS			
I	I		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
P	P		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III

ALIMENTÍCIOS			
I	I		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III
P	P		
II	II	III	III

COUROS			
I	I		
II	II	III	III

o ABC anos

icais mais

e das cam-
nquistas e
movimen-
estionou o
r em torno
rismáticas
organiza-
mento dos
cas. Sofreu
ritária, co-
ditado dos
rdo e Dia-
nas da le-
: suas lide-
riciais, so-
res.
es, tentou
amadure-
r novo gol-
econômica
as atitudes
m a explo-
greves em
de forma
dos traba-
s ruas este
na organi-
com nin-
máquinas,
o ABC, co-
acordo me-
stão mais
o estão en-
azes para
ies?

10

Desemprego debilita o movimento

O acordo salarial deste ano encontra os trabalhadores desmotivados para a greve, pois beneficia os operários das grandes indústrias, que constituem 70% da categoria dos metalúrgicos no ABC e que são a grande força de mobilização capaz de paralisar a produção. Por outro lado, a organização também avança alguns passos na esfera política, quando empresas, como a Bog Warner, paralisam pela readmissão de trabalhadores demitidos. Na Motores Perkins, os operários cruzam os braços durante um dia, conseguindo evitar a redução da jornada de trabalho com diminuição dos salários, e obtendo estabilidade por 90 dias e reconhecimento da comissão de fábrica.

Inevitavelmente, porém, a análise da capacidade de luta dos trabalhadores hoje não pode ser otimista, como admite o próprio se-

As verdades e sofismas do ministro Delfim Neto

ALOYSIO BIONDI

Ao anunciar um superávit de US\$ 60 milhões na balança comercial brasileira, em abril, o ministro Delfim Neto foi extremamente sarcástico em relação a determinada corrente de economistas de oposição, criticando suas afirmações de que "as exportações brasileiras não podem crescer" e a sua proposta de substituição do "modelo exportador" por um "modelo voltado para o mercado interno".

Em relação ao comportamento das exportações brasileiras, não se pode deixar de dar razão ao ministro. Predomina ainda, naquelas correntes de economistas, uma visão rancosa da economia mundial, desenvolvida na década de 50, no pós-guerra — e que era correta na época. No entanto, trinta anos depois, com todas as alterações ocorridas na economia mundial, esse tipo de análise virou mera fantasia, cultivada como se fosse um dogma por uma seita de crentes. A perda de contato com a realidade, por parte desses economistas, ficou claríssima nos últimos anos: enclausurados em sua "religião", repetiam insistentemente que o Brasil não conseguiria exportar "porque os países ricos não comprariam". Alimentados por sua própria ladainha, recusaram-se sempre a se debruçar sobre as estatísticas e analisar a realidade, isto é, verificar como é que o comércio exportador brasileiro estava evoluindo. Se fizessem isso, teriam descoberto que suas "teses" estavam e estão furadas: desde 1974, o Brasil desistiu de tentar colocar suas mercadorias nos países ricos, e passou a procurar, agressivamente, os chamados "mercados novos", isto é, os países enriquecidos pelo petróleo, os países socialistas ou mesmo os países em desenvolvimento para os quais os produtos brasileiros eram mais adequados do que os vendidos pelos países ricos.

Uma estratégia racional: seria difícil vender televisores, ou liquidificadores, ou automóveis, ou máquinas aos EUA, Alemanha, França, Japão. Mas os mercados novos poderiam absorvê-los, e foram eles realmente que possibilitaram que as exportações brasileiras de manufaturas crescessem mais de 30%, ao ano, a partir de 74 (até que se manifestasse a recessão mundial de 1981). Enquanto aquelas correntes de economistas repetiam sua lengalenga, as vendas brasileiras aos "mercados novos" cresciam aos saltos — tanto que, no primeiro semestre de 1981, esses "mercados novos" alcançaram uma situação em que não se acreditava, poucos anos antes: eles desbancaram os países ricos, e foram os responsáveis por pouco mais da metade das exportações brasileiras no período. (Num parêntesis: os ministros e empresários que hoje defendem o "alinhamento" do Brasil com os EUA, rejeitando os parceiros do Terceiro Mundo, deveriam, antes, responder a uma única pergunta: os EUA e outros países ricos compram produtos industrializados do Brasil na mesma escala que os países em desenvolvimento, gerando empregos, renda e desenvolvimento tecnológico aquidentro?)

O PREÇO INVISÍVEL

A segunda parte da crítica do ministro Delfim Neto, relativa a mudanças no "modelo", é, no entanto, descabida, representando, mesmo, um de seus habituais sofis-

mas, com os quais tenta impedir que o País enxergue a gravidade de seus problemas — e a possibilidade de superá-los. De jeito que o ministro colocou a questão, ficou parecendo que há uma proposta radical sendo defendida no País, pretendendo-se "suspender as exportações" e procurar o crescimento econômico exclusivamente através da "expansão do mercado interno".

O ministro sofisma, porque ninguém melhor do que ele sabe que, com a dívida externa que o Brasil acumulou, vai ter que exportar para obter divisas e colocá-la nos eixos. A proposta de ênfase ao mercado interno, assim, tem um caráter muito mais amplo, que o ministro não quer que o País perceba. Essa proposta, em poucas palavras, pede uma nova política econômica. Um planejamento, com programas que permitam a criação de empregos, a melhoria do nível de vida da população, o afastamento da crise social que está aí — o que é plenamente possível através da destinação dos recursos nacionais a setores realmente prioritários, e do desestímulo a projetos que contribuam para ampliar a dívida, com necessidade renovada de ampliar as exportações, num círculo vicioso infernal, como o que envolveu o País nos últimos anos.

Neste exato momento, está surgindo a oportunidade para o governo examinar essas alternativas, partindo para mudanças de fôlego que evitem a repetição dos problemas atuais: empobrecimento do País, pelo pagamento de bilhões de dólares por ano, em juros; recessão, desemprego, falências, inquietação social; perda de soberania nacional, com os credores fazendo exigências tipo "só emprestamos se o Brasil desnacionalizar esta ou aquela indústria, abrir este ou aquele mercado para nossas importações e multinacionais", como está ocorrendo no momento.

Nos últimos meses, desde que a dívida externa "estourou", o governo mergulhou na incerteza, na falta de perspectivas, na dificuldade de prever se o País não ficaria totalmente insolvente, de uma hora para outra, levando a decisões drásticas (outros países, em situação semelhante à do Brasil, tiveram a capacidade de fazer as mudanças, mesmo dentro da "escuridão" da crise. De nada adianta, porém, voltar a falar na incompetência dos ministros brasileiros, a esta altura).

Agora, a situação é mais tranquila. Com a melhora da situação econômica mundial, o Brasil deve obter novos superávits na balança comercial, nos próximos meses frustrando as previsões dos defensores da "moratória" e confirmando análises publicadas pela "Folha" (e criticadas como "demasiado otimistas") já em março ("Melhoram as perspectivas para as exportações brasileiras", 20/03/83). Ao mesmo tempo, as taxas de juros internacionais (libor) continuam em queda, situando-se abaixo dos 9% ao ano, na última semana, contra 16,5% em junho do ano passado: sobre uma dívida externa de US\$ 90 bilhões, esse declínio de 7,5% representa uma economia de quase US\$ 7 bilhões, por ano, em juros que não terão de ser pagos.

O alívio parcial trazido por essa nova situação deve ser aproveitado para repensar o País, seus problemas e prioridades, evitando-se a repetição de crises.

Anexo 8

Matéria de capa da Folha de S.Paulo de 18/03/84.

ENCADERNAÇÃO FOLHA DE S. PAULO São Paulo, domingo, 18 de março de 1984. Um jornal a serviço do Brasil. Ano 68. N.º 20.073. Al. Paulo de Azeiteira, 423. C\$ 300,00

Mutuários poderão ser prejudicados

Luís Nassif
As novas medidas apresentadas pelo IGH para o reajuste das prestações da casa própria contém alterações potencialmente prejudiciais aos mutuários.

Opinião da "Folha"

Esta é a página 2 de um editorial "A chance de FIC" assinado a pedido que tenha a assinatura de Aloysio Biondi e o nome de Luís Nassif.

Martins contesta Bosi em "Tendências/Debates"

Em artigo que publicamos hoje no suplemento "Tendências/Debates", o jornalista político Carlos Martins contesta a análise de Aloysio Biondi sobre a situação da população de São Paulo.

Seminário vai debater reabilitação do deficitário

A partir de amanhã e até a próxima sexta-feira, a "Folha" vai realizar um seminário em São Paulo sobre o problema do deficitário.

Desemprego diminui neste início de ano

Os dados preliminares de uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas apontam para um início de ano com o desemprego em queda.

As muitas novidades das papelerias, em "Mulher"

As papelerias estão cheias de novidades que o consumidor "Mulher" procura conhecer.

Céline discute sobre o estilo, no "Folhetim"

"Céline quer que sua página de estilo seja lida na hora do almoço e não depois de jantar."

Índice
Ação de São Paulo 22
Câmbio 22
Exportação 22
Folha 22
Folha 22
Folha 22
Folha 22

Previsão do tempo

Para esta tarde, com ventos de sudoeste, parcialmente nublado, chuva e temporais.

Adiado o comício do Rio



Os espectadores perderam a chance de ver o comício de Aloysio Biondi em São Paulo.

Descida da Serra, um pesadelo

Assombrado por uma morte de 12 horas de duração, o Comendante de Polícia de São Paulo, Aloysio Biondi, decidiu cancelar o comício de São Paulo.



Aloysio Biondi, 68 anos, tenta desenvolver atividades pró-ambientais e falar de ecologia e problemas sociais; mas ele tem dificuldades na escola, que não está preparada para educar os superdotados — Pág. 16

Brizola é operado e ato fica para o dia 10

O comício pelas eleições marcadas para o próximo dia 21 na Cascaquinha, no Rio, foi adiado para 20 de abril, por decisão unilateral dos seus organizadores.

População prefere Aureliano, mostra pesquisa

Se a medida de sacção do presidente Figueiredo ocorrer imediatamente, o seu presidente Aurélio Chaves seria o preferido dos brasileiros de sua opinião, aponta a pesquisa "Folha" realizada em São Paulo.

Indústrias voltam a produzir mais

Alcides Biondi
Durante o mês de janeiro, registrou-se um aumento de 1,2% na produção industrial brasileira.

Exportadores querem mais incentivos

Confiante em boas resultados para a indústria exportadora brasileira, os empresários da Associação dos Exportadores Brasileiros, ABEX, em entrevista à repórter Kazuakira Valsenecher, apresentam sugestões para reforçar o setor por ele representado.

Iraque fabrica o "gás dos nervos"

O Iraque possui um laboratório secreto que produz o gás dos nervos para servir suas Forças Armadas com gás sarin — mais conhecido como "gás dos nervos". Segundo o jornal britânico "Observer", o laboratório pode produzir anualmente toneladas deste produto, o Anilox, que, com uma concentração de nível gasta por metro cúbico de ar, mata 300 pessoas em minutos.

Anexo 9

Carta de demissão de Washington Novaes aos leitores do *Diário da Manhã*, publicada em dezembro de 1983.

O direito de não mentir *Washington Novaes*

Neste sábado de Natal, deixo de ser editor geral do *Diário de Manhã*. Uma espécie de presente às avessas, neste Brasil abastardo e humilhado.

Sempre disse à redação que, quando chegasse esse dia, gostaria de sair metade do meu rosto triste, por esgotar-se uma história fascinante, na qual me atirei de corpo e alma, 24 horas ao dia (nesses 19 meses de Goiás, só vivi, respirei, sonhei *Diário da Manhã*, sem tempo para mais nada, nem para fazer amigos fora do jornal).

Mas com a outra metade tranqüila, pela certeza de haver feito tudo que era possível para ajudar a crescer esse extraordinário projeto de construir um jornal só comprometido com os fatos, com o leitor e com a comunidade.

Nenhum caminho leva a lugar algum, dizia uma personagem de livros que andou em voga em passado recente. A diferença única é que alguns caminhos têm coração, outros não têm. O caminho do *Diário da Manhã*, para mim, foi todo coração, como diria o poeta Maiakovski.

Agora, por circunstâncias, as duas trajetórias se separam, a minha e a do jornal (embora, a convite de Batista Custódio, continue aqui com meus artigos). O *Diário da Manhã*, cercado por forças terríveis, terá de reajustar sua estratégia, repensar seus meios, reorientar seus caminhos. Vamos nos separar, por isso. Sem rusgas. Sem brigas. Sem mágoas.

Nada disso cabe. Não me arrependo um segundo de ter vindo, de ter feito tudo que fiz. Faria de novo.

O *Diário da Manhã* foi um reencontro comigo mesmo, com os valores mais fundos e mais antigos, herdados de meu pai, minha mãe, meus avós, e temperados ao longo de uma vida pessoal acidentada.

Foi, ao mesmo tempo, como que uma retomada da cidadania plena, com a possibilidade de discutir os problemas do país, do Estado, da cidade, sem nenhuma restrição, sem nenhum compromisso com interesses de grupos ou ideologias.

Foi um exercício de democracia e de convívio ver o crescimento e a consolidação de um conselho editorial onde todos – editores, repórteres, redatores e diretores – têm igual voz e voto e onde as decisões são tomadas por maioria e respeitadas por todos, inclusive os vencidos.

Foi um jogo de esperança ver o jornal comprometer-se com tantas causas, principalmente as causas dos desvalidos. Ver o jornal liderar a luta em defesa dos invasores da fazenda Caverinha, transformados em moradores da Vila Fim Social. Foi emocionante

assistir a mudança daquelas 4.500 famílias que pela primeira vez conseguiam um chão para erguer seu teto.

Foi reconfortante ver um jornal resistir a todas as pressões que queriam engajá-lo na campanha eleitoral, vê-lo abrir espaço para todas as tendências representadas na sociedade. Foi empolgante vê-lo expor suas vísceras para contar ao público como algumas pessoas ligadas ao PDS, conluídas com inescrupulosos, tentaram fraudar o resultado de uma pesquisa eleitoral para favorecer o candidato do partido governista na eleição de 1982 em Goiás. Foi glorioso ver o jornal correr o risco de desmoralizar-se negando crédito à pesquisa que ele mesmo encomendara – mas recusando-se a pactuar com a falcatura de pessoas que hoje até arrotam grandezas e virtudes.

Alegrou a alma presenciar a luta do jornal para tentar evitar demissões no funcionalismo goiano, sendo coerente com a pregação que vinha fazendo sobre a necessidade da prevalência ao social no Brasil, neste momento. Uma coerência que o levou a lutar desesperadamente durante dez meses contra a necessidade de cortes, em seus próprios quadros, apesar do agravamento da crise.

Retemperou a fé na possibilidade de um jornalismo independente ver o *Diário da Manhã* colocar em discussão – para que a comunidade possa se posicionar a respeito – temas como o projeto GICA e o projeto dos chineses de Formosa para Goiás, os negócios especiais da CFT, o escândalo da manipulação das cotações de alimentos nos últimos meses.

Foi extraordinário assistir a essa iniciativa inédita, única no País, que é a criação de um Conselho de Leitores, para que a comunidade possa dizer o que quer e espera de um jornal. Como foi extraordinário ver esse mesmo Conselho debater as relações da imprensa com o poder público e até as demissões no próprio *Diário da Manhã*.

Valeu uma vida profissional ver a corporação jornalística de Goiás mergulhar na discussão sobre o papel dos jornais e dos jornalistas, dos sindicatos de jornalistas. Ver, afinal, a ética da imprensa ser discutida de público, ainda com as feridas sangrando, mas sabendo que desse debate depende o procedimento de abertura política do País.

Chegou o momento, porém, que o *Diário da Manhã* não teria mais como fugir ao cerco que lhe foi imposto exatamente por ser independente, livre, isento, comprometido com o fato e o leitor. O jornal terá de reciclar-se, redefinir-se, reprojeter-se. Terá de levar uma vida mais que espartana para sobreviver sem concessões que o maculem. Chegou, então, o momento da separação.

Mas é preciso dizer ainda, uma vez, nesta hora, que a crise do *Diário da Manhã*, o seu calvário, é a sua glória. Ele sofre porque não dobra a espinha.

Sofre porque os poderes todos ainda não se convenceram de que o Brasil só sairá da crise se houver uma grande discussão nacional sobre tudo, colocando tudo em questão – e com o povo participando. Mas o povo só participará se houver meios de comunicação que o ouçam, e abram espaço, e dêem voz. E os poderosos estaduais, ou federais, ainda

não querem ouvir o povo, abrir-se à crítica e ao debate. Preferem compor-se com os inimigos de ontem e fazer um arremedo de participação.

Sofre porque os empresários ainda não descobriram que, se não existirem jornais independentes, eles continuarão a ser vítimas inermes do autoritarismo burocrático, que distribui favores e concentra renda. E cada um desses empresários esperará calado que chegue a vez de naufragar.

Sofre porque cada um de nós ainda não entendeu completamente o quanto carrega em si mesmo de autoritarismo – e só o vê no próximo e nos que detêm o poder.

Mas o *Diário da Manhã* vai continuar. Porque ele já não é mais um projeto apenas do Batista Custódio e da Consuelo Nasser. É de cada um dos jornalistas que aqui estão. É dos leitores. É da comunidade.

Talvez nos encontremos de novo noutra volta de caminho. Ou não.

Seja como for, se a vida continuar generosa como é, um dia terei netos e poderei contar-lhes que, uma vez, trabalhei num extraordinário jornal, que não tinha medo de nada. Um jornal em que era possível exercitar a conquista maior de uma vida: o direito de não mentir. E talvez meus netos comecem a brincar de jornal.

Goiânia, dezembro de 1983.

Anexo 10

Artigo publicado no *Diário da Manhã* em 1/10/95.

Os dólares (falsos) e a recessão

Aloysio Biondi

Todos os dias você vê, nos jornais, notícias sobre a montanha de dólares que o Brasil acumulou nos últimos meses: as reservas em moeda estrangeira do Brasil já chegaram a 50 bilhões de dólares, proclamam manchetes otimistas. Na verdade, essas reservas são a causa, no momento, de 95% das desgraças do País – atuais e futuras. Pior ainda: essas reservas são falsas, isto é, podem desaparecer da noite para o dia. Elas são o retrato fiel da armadilha em que a equipe FHC prendeu o Brasil. Suas conseqüências principais: representam o verdadeiro motivo para o governo manter os juros escorchantes, agravando a recessão; estão devorando bilhões e bilhões de reais em juros pagos pelos governos federal e estaduais; aumentam terrivelmente as dívidas do Tesouro e Estados; provocam (via juros altos) mais concentração da renda, mais miséria e violência no País.

Uma prova concreta desse diagnóstico? É fácil fornecer. Nas últimas semanas, cresceram os protestos dos empresários (que até se uniram aos sindicalistas) contra os juros altos. Como a inflação caiu – já que a recessão, a falta de vendas, derruba os preços –, o próprio mercado financeiro passou a prever uma redução nos juros, nestes meses. O governo alimentou essas expectativas. De repente, na semana atrasada, o Banco Central fez exatamente o contrário: provocou o aumento das taxas de juros. Foi o que aconteceu na segunda-feira, dia 18. Como entender esse comportamento? Afinal, a equipe FHC sempre disse que os juros elevados eram a principal arma para combater a inflação, por forçarem o "esfriamento" da economia. Então – é o raciocínio que você faz – se a inflação em alguns casos está até abaixo de zero, para que manter os juros altos?

Você pode encontrar uma resposta, e entender tudo o que está acontecendo na economia brasileira, se olhar o noticiário dos jornais dos dias anteriores à nova elevação dos juros. Vamos lá? Em três dias da segunda semana de setembro – mostram as notícias –, "estatísticas oficiais do Banco Central confirmam a saída de 291,5 milhões de dólares do País... Essa é a diferença entre as remessas de dólares para o Exterior, e o ingresso entre terça e quarta-feira".

Já é possível você entender o que está acontecendo, e os motivos da afirmação de que o Brasil virou prisioneiro dos juros altos. A enxurrada de dólares e a montanha de reservas (falsas) são apenas dinheiro que entra e sai no País para ganhar somas fantásticas, com os juros inacreditáveis que o governo brasileiro vem pagando nos últimos dois anos: até dez vezes acima dos níveis no resto do mundo (o que significa que os bancos e "investidores" estrangeiros ganham, no Brasil, o que levariam dez anos para lucrar lá fora...). Assim, todas as vezes nas quais os dólares começam a fugir, o governo

FHC puxa os juros ("reais", isto é, descontada a inflação), para tentar impedir as remessas. Uma armadilha.

Como o Brasil chegou a esse impasse, e como sair dele? Antes do governo FHC, o país tinha reservas "verdadeiras", isto é, dólares guardados que realmente nos pertenciam. Eram de 12 a 15 bilhões de dólares – por ano – que sobravam na balança comercial; vale dizer, as exportações pagavam as importações e ainda as ultrapassavam naquele valor. Com a "abertura" irresponsável da economia, esse saldo desapareceu. Os dólares que entram no País, atrás dos juros elevados, são na verdade especulativos, podem ir embora de uma hora para outra. Por isso, a manutenção dos juros escorchantes, que nada mais são que uma tentativa de evitar a evaporação das reservas.

Qual o caminho para romper o impasse? O primeiro passo seria o governo parar de mentir à Nação e confessar que a política de juros altos não tem como objetivo o combate à inflação, e sim evitar a fuga de dólares. Em seguida, redefinir sua política econômica de alto a baixo, para sair gradativamente da armadilha. Para isso, porém, precisaria dialogar com a sociedade, expor dificuldades a empresários e sindicalistas em busca de seu apoio. Uma atitude democrática, reconheça-se, que a auto-suficiente equipe FHC dificilmente será capaz de assumir.

Dizem e não explicam

Os economistas da equipe FHC continuam a dar sua visão, toda diferente, da realidade brasileira:

Gustavo Franco, diretor do Banco Central: os juros não vão cair, antes que as contas do governo federal estejam equilibradas – e isso só acontecerá com o dinheiro da privatização e da reforma fiscal.

Não explicado: o Tesouro pagou 36 bilhões de reais em juros, no ano passado. Não há "reforma fiscal" nem dinheiro de privatização que cubra um "rombo" desses.

Fernando Henrique Cardoso, presidente da República: a agricultura brasileira vai mal, porque nunca se preocupou com custo de produção. Por isso, com a abertura do mercado, não agüenta a concorrência estrangeira.

Não explicado: o agricultor estrangeiro é ajudado por subsídios dos seus governos. São 60 bilhões de dólares por ano, nos EUA. E mais de 100 bilhões de dólares por ano, na Europa. Isso barateia artificialmente a produção de lá. Mais ainda: naqueles países, os produtores podem aperfeiçoar seus métodos de produção, porque não estão sujeitos à montanha russa de anos de bons preços, e anos de prejuízos. Não é como no Brasil...

José Roberto Mendonça de Barros, secretário especial de Política Econômica: o PIB vai crescer 5% este ano.

Não explicado: já no segundo trimestre, o PIB caiu. O crescimento de 10% em dois meses, registrado no final do primeiro trimestre, declinou para 6%. Neste terceiro

trimestre, a queda ainda é maior. A equipe econômica está sonhando, enquanto o País enfrenta pesadelos na vida real.

Progressistas?

Desde o regime militar, à época do ministro Delfim Netto, o governo insistia em que a reforma agrária seria feita por caminhos indiretos. A divisão de terra, e sua redistribuição – dizia-se –, seriam forçadas através por meio da cobrança do Imposto Territorial Rural. Como assim? Ele é progressivo, isto é, com alíquotas (percentual cobrado) tanto mais altas quanto menos a terra é aproveitada. Isso levaria os donos de latifúndios improdutivos a venderem suas propriedades e, além disso, os recursos do ITR formariam um fundo, para financiar o assentamento de famílias nos projetos de colonização, etcétera etcétera.

O Imposto Territorial Rural nunca (nunca, mesmo) foi cobrado, representando até hoje quantias ridículas. O presidente FHC e sua equipe, durante a campanha, prometeram realizar essa cobrança – e acelerar a reforma agrária. Agora, fazem exatamente o contrário. É incrível. Em projeto enviado ao Congresso, o governo propõe que o imposto deixe de ser progressivo, isto é, beneficia os latifúndios improdutivos. De pasmar? Mas não é tudo: pela Constituição, o Imposto Territorial Rural não é cobrado de pequenas propriedades, micropropriedades, "tocadas" pelo minifundiário e sua família. A proposta do Governo? Extinguir essa isenção. Fazer o pequeno produtor pagar o ITR. Ah, sim: o presidente da República está pedindo "paz no campo", pediu "trégua" aos sem-terra.

Prova provada

A indústria paulista acusou queda de 5% em agosto, na comparação com 1994. A Federação das Indústrias destaca que é a primeira vez que há um recuo, no confronto com o ano passado. E destaca: "A queda é motivada pelo fato de a base de comparação (agosto de 1994) ser elevada, porque refletiu os primeiros sinais de recuperação da atividade econômica, proporcionada pelo Plano Real". Está certo, mas é preciso ampliar esse raciocínio. Esta coluna sempre insistiu em afirmar que a "grande expansão da economia" no primeiro semestre deste ano era uma ilusão, um erro de análise das estatísticas por parte da equipe FHC. Por quê? O primeiro semestre de 1994 foi péssimo, e o salto (estatístico) em 1995 era, portanto, enganoso. A equipe FHC, no entanto, tomou uma série de medidas alegando ser necessário evitar a "explosão" do consumo, e até hoje continua a defender essa tese. O País está pagando um alto preço por esse erro: uma recessão inútil. Os resultados de agosto mostram o que a coluna previu: que a ilusão estatística do "superaquecimento" sumia. O presidente Fernando Henrique pode tomar nota: o PIB não está crescendo 4% ou 5% nem cresceu 10% no primeiro trimestre. Foi tudo distorção estatística. Sua equipe errou, bisonhamente.

Averso & Direito

Estatísticas, opiniões, análises nem sempre retratam a realidade. Por detrás delas podem estar fatos exatamente opostos às versões que são passadas à opinião pública. Não custa ver o avesso do avesso:

1. Caso Econômico

Manchete de jornal econômico de quinta-feira, dia 28: "US\$ 1 bilhão do Econômico em paraísos fiscais".

Idéia vendida: O Econômico "quebrou" por causa de fraudes e ilegalidades dos diretores.

Idéia escondida: Como esta coluna já apontou – para surpresa e incredulidade de muitos leitores –, o caso Econômico não é exceção. No Brasil, a legislação feita pelas equipes econômicas deixa **sempre** brechas para grandes negócios e negociatas (legais) dos grandes grupos.

Prova da manipulação: Não é preciso muito esforço para comprovar essas afirmações. O mesmo jornal econômico de apenas três dias antes (dia 25 de setembro) trazia a seguinte manchete: "Não é preciso sonegar para driblar o Fisco". E logo abaixo, em submanchete, a explicação: "Empresas não pagam 50 bilhões por ano. A lei permite". O que isso tem a ver com o caso Econômico, e a conivência do governo com o não-pagamento de impostos? O texto (*Gazeta Mercantil*, 25 de agosto) explica: Teoricamente, o imposto sobre os lucros dos bancos, no Brasil, chegaria a 54%. Mas os bancos fogem do Imposto de Renda com operações ficticiamente feitas nos paraísos fiscais. Dois bancos – diz o jornal – tiveram lucros exorbitantes (um deles, nada menos de 70% sobre o patrimônio líquido, em um ano), e pagaram respectivamente 16% e 5% de Imposto de Renda. Como? Os bancos "trouxeram, sem pagar tributos, ganhos obtidos em paraísos fiscais. Legalmente" (sic). A maracutaia no Brasil é legalizada. Apoiada por leis criadas pelas equipes econômicas.

Lembrete: e o governo FHC diz que é preciso reforma tributária no País. É preciso mudar as leis que protegem a sonegação, isso sim.

2. Massacre do agricultor

Frase do presidente da República, em entrevista coletiva: um dos motivos da crise na economia é a queda da renda agrícola, porque "na hora da colheita, os preços estavam baixos". A mesma frase foi repetida, na semana passada, pelo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. No caso do presidente da República, a imprensa ainda noticiou que ele próprio teria enfrentado problemas, com a venda da produção de sua fazenda.

Idéia vendida: Os preços agrícolas caíram por "desgraça", tragédia impossível de evitar.

Idéia escondida: Os preços agrícolas caíram por culpa do governo. Na época da comercialização, a partir de maio, o governo FHC não cumpriu a lei, que determina a compra das colheitas, pagando o preço mínimo, para evitar a falência dos produtores.

Em tempo: De que adianta falar em "reforma agrária" no Brasil, se os pequenos produtores que têm terra acabam indo à falência porque o governo não sustenta os preços como a lei determina? São novos sem-terra, todos os anos. Milhares. Centenas de milhares.

3. Desemprego e Bacha

O governo insiste em que o desemprego que está assolando a indústria é fruto de transformações, como a "terceirização". E diz que outros setores estão contratando, compensando assim o recuo na indústria.

1. Idéia vendida: A política recessiva não é culpada pelo desemprego.

2. Idéia escondida: Em agosto, segundo o IBGE, o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu para 150.000. No setor de serviços, teriam sido abertas 90.000 vagas. Ora, isso nada mais é do que o subemprego, isto é, gente que perdeu o emprego, e se vira com "biscates", pequenos serviços, quando consegue arrumá-los.

Lembrança: Até o economista Edmar Bacha, hoje na equipe FHC, repete essas análises manipuladas. E dizer que, em 1972, Bacha foi autor de um livreto editado pelo Ipea, falando do subemprego, sob o título *Mão-de-obra e encargos sociais no Brasil*.

Anexo 11

Artigo publicado na revista *Bundas* em 11/08/99.

Morte ou moratória

Aloysio Biondi

Surpresas: *o dólar despencou lá fora, a Bolsa de Nova York desaba, o Real volta a corcovar, a Rússia dispensa os empréstimos do FMI, apesar de ter declarado moratória.*

Surpresas, mesmo? Não. É mentira que haja viradas imprevisíveis, da noite para o dia, em qualquer país do mundo. Quem fala em "surpresas" são as mocinhas comentaristas da TV e os jornalistas chapa-rosa que embarcam em todos os modismos e repetem durante meses os chavões que interessam aos donos do poder.

A "estabilidade do Real", pra começo de conversa, é uma das mais nauseantes invenções repetidas para a sociedade brasileira desde que o dr. Armínio Fraga foi levado para a presidência do Banco Central.

Por que nauseante? Porque tem impedido o povo brasileiro de entender que o Brasil continua encurralado contra o muro, e somente fugirá do desastre total se houver uma guinada nos rumos da política econômica. A realidade pura e simples é a seguinte: em maio último, a União, junto com estados e municípios, gastou 10 bilhões (com "b") de reais com juros sobre sua dívida. Em um mês, 10 bilhões de reais, só com juros. O que isso significa?

A arrecadação de impostos do governo federal, por mês, está na casa dos 13 bilhões de reais. Logo, os gastos com juros estão devorando praticamente toda a arrecadação da União.

Como é que pode?

É claro que o governo não tem dinheiro para pagar os juros.

O que faz? Emite promissórias títulos, para "pagar" no futuro. Isto é: a dívida do governo está crescendo explosivamente, aqui dentro. Até uma criança sabe que essa situação é insustentável. O governo já está "quebrado". Sem saída. É só reler esses números. E ponto. Maquiavelismo do FMI.

Se o governo está irremediavelmente quebrado, como explicar o apoio do Fundo Monetário Internacional e do governo dos EUA?

É simples: ambos estão esticando a agonia do Brasil, até chegar o momento em que puxarão o tapete e deixarão a economia brasileira desabar.

Seu objetivo é claro: não permitir que a crise total venha a explodir por enquanto, pois ela destruiria de vez o governo FHC, levando a opinião pública a debater a política

econômica dos últimos anos, e abrindo-se espaço para as propostas defendidas pela oposição.

Em resumo, FMI e EUA sabem que o desfecho trágico é inevitável, mas procuram adiá-lo para que haja tempo de o governo FHC completar a desnacionalização da economia brasileira, com novas "privatizações" absurdas – inclusive em setores como petróleo. E aqui há outra armadilha, trágica, para a qual a sociedade brasileira ainda não acordou: com a desnacionalização da indústria, bancos, comércio (supermercados), energia elétrica, telefonia, o Brasil está entrando em outro beco sem saída, a dívida externa.

Com a economia nas mãos das multinacionais, cria-se uma sangria permanente de despesas com dólares por dois caminhos principais. Primeiro, a torra de dólares com importações avança, porque as filiais compram tudo lá fora, de peças e componentes a produtos apenas montados aqui, de acordo com as ordens das suas matrizes. Segundo, há brutal aumento, para sempre, das remessas de lucros e dividendos: elas já cresceram dez vezes, ou 1.000% nos últimos anos, de 600 milhões de dólares anuais para 6,0 bilhões anuais. É só fazer as contas. Não há como o país arrumar dólares, todos os anos, para pagar esses compromissos, mais uns 30 bilhões de dólares apenas em juros (por ano) sobre uma dívida externa de 230 bilhões de dólares.

Ou o Brasil declara moratória já, rompe com o FMI e dá uma guinada total na política de desnacionalização e destruição da produção nacional. Ou está condenado à morte como país. Não é nenhum arroubo catastrofista. É só olhar os números. E ponto.

Anexo 12

Artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 04/02/99.

O Congresso aprova essas barbaridades?

Aloysio Biondi

A crise do real representa uma grande oportunidade para a população brasileira, com o Congresso Nacional e entidades de classe à frente, refletir sobre as inacreditáveis aberrações que continuam a ser praticadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e passar a combatê-las: eis alguns fatos recentes e as respectivas reflexões iniciais:

Cortes – Em 1998, o Orçamento federal destinou R\$ 250 milhões para empréstimos a ser usados, por milhões de famílias de agricultores, na compra de sementes (de arroz, feijão, algodão, milho, trigo, soja etc.) destinadas ao plantio. Para 1999, a equipe cortou totalmente, não deixou nenhum tostão para esses financiamentos. Vale dizer: milhões de pequenos produtores não terão dinheiro nem mesmo para comprar sementes. Assim, as colheitas do próximo ano, 2000, estão comprometidas.

Reflexão: o Brasil está importando arroz, feijão, trigo, milho, algodão porque a equipe FHC massacrou a agricultura nos últimos anos. Agora, com a explosão do real, o país precisa de grandes safras, para reduzir as importações, poupando dólares, e aumentar as exportações, obtendo dólares (sem falar no combate à inflação). O governo deveria ter lançado um programa de emergência para a agricultura, para ampliar o plantio – e, assim, criar empregos, acumular dólares, combater a recessão, aumentar a arrecadação. Mas o governo FHC não muda, nunca...

Cacau – Em meados de janeiro, uma data histórica: desembarcou, na Bahia, o primeiro carregamento de cacau, importado da África, matéria-prima para as fábricas nacionais de chocolate. Motivo: a produção brasileira despencou, por falta de apoio, o que levou os lavradores, sem dinheiro, a não combater pragas, como a "vassoura de bruxa", que destruíram plantações. Em meados do ano passado, o governo FHC lançou solenemente um programa, destinando R\$ 300 milhões à recuperação do setor. Quanto foi liberado, até janeiro? Algo como R\$ 125. Milhões? Não. Mil.

Reflexão: o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, acredita que o governo FHC merece apoio incondicional?

Privilégio – No final de dezembro, o banco estatal BNDES concedeu empréstimo de R\$ 220 milhões a um grupo empresarial que "comprou" uma das ferrovias estatais. Dias antes, esse grupo havia participado de um consórcio que "comprou" a Fepasa, a estatal paulista, para pagar em 30 anos, com prestações trimestrais de R\$ 116 mil (mil, mesmo). A "entrada", paga à vista, foi de 20% do preço, ou míseros R\$ 60 milhões. Esse grupo empresarial, portanto, desembolsou a parte que lhe cabia, ou 10%, isto é, R\$ 6 milhões. Quer dizer: privatização do governo FHC é sempre assim: o grupo "comprador"

finge que paga ninharias como essa de R\$ 6 milhões e, dias depois, recebe fortunas como esses R\$ 220 milhões do BNDES.

Reflexão: o governo FHC, no falso "ajuste fiscal", corta R\$ 250 milhões para a compra de sementes -que, além disso, seriam devolvidos em poucos meses, após a nova colheita. E dá R\$ 220 milhões a um único grupo empresarial. A juros baixíssimos, especiais. E a longuíssimo prazo.

Exportações – O BNDES faz financiamentos a grandes grupos exportadores, com taxas de juro iguais às do mercado mundial. Quem paga a diferença em relação aos juros cobrados no mercado brasileiro? O Tesouro. O governo. Subsídios para grandes grupos. Agora, o governo anuncia "apoio" especial para estimular pequenas e médias empresas a exportar. Quais as taxas de juro? TR mais 12% ao ano. Juros escorchantes. Impossível concorrer lá fora.

Telefones – Essa distorção é de arrepiar qualquer um. O governo decidiu que em todas as regiões do país devem existir duas empresas de telefonia: a estatal antiga privatizada (como a Telesp, no caso de São Paulo) mais uma outra, que deverá manter a concorrência e por isso mesmo chamada de "espelho".

O leilão para escolher as "empresas-espelho" foi realizado há semanas. O governo não fixou um "preço mínimo" para a "compra" do direito de explorar o serviço, isto é, a concessão. Mas havia um "preço de referência", de R\$ 1,2 bilhão, no total, para todas as regiões do país. O leilão rendeu apenas R\$ 120 milhões, ou 10% do previsto, para o Tesouro. O governo jogou no lixo, no mínimo, no mínimo, a porcaria de R\$ 1 bilhão.

O diretor de um grupo multinacional exultava, com um dos "melhores negócios do mundo", segundo ele, em entrevista à "Gazeta Mercantil". Pudera: sua empresa ficou com a região Leste do país, incluindo o Rio de Janeiro, com 85 milhões de habitantes. Vai "pagar" algo como R\$ 40 milhões. Ou, mais exatamente, o equivalente a 58 centavos (centavos, mesmo) por habitante/futuro cliente.

O próprio jornal lembrava que, no leilão para a "empresa-espelho" da telefonia celular na Grande São Paulo, o custo para a vencedora ficou em algo como R\$ 170 por habitante, cliente. Ou 30 vezes o "preço" que o Tesouro receberá agora...

Reflexão: o governo FHC está aproveitando a crise para "torrar" ainda mais escandalosamente patrimônio e fontes de renda da sociedade.

Com o Congresso

O "ajuste fiscal" do governo FHC é a manutenção das distorções dos últimos anos. Cortes, aumentos de impostos atingem apenas milhões de agricultores, milhões de pequenos e médios empresários, milhões de brasileiros da classe média e povo. Os privilégios aos grandes grupos se repetem, à custa de toda a sociedade. Há algo de esdrúxulo na política de empréstimos do BNDES, que merece um estudo aprofundado do Congresso, verificando-se até mesmo o cronograma de desembolso dos empréstimos -

para observar se bilhões de reais não estão sendo entregues a grandes grupos para que eles apliquem na especulação com o dólar. Mais ainda: para a reconstrução da economia nacional, o Congresso deve exigir que o governo FHC coloque o BNDES, Banco do Brasil, bancos estatais à disposição de centenas de milhares ou milhões de empresários, e não de poucos grupos. O ministro Malan insiste em denegrir o Congresso, responsabilizando-o pela "disparada" do dólar, provocada, segundo ele, pelo atraso na aprovação do ajuste fiscal. O Congresso precisa abandonar a atitude passiva, suicida, e defender-se. É fácil provar, para a opinião pública, que a queda do real era "pressentida" havia meses pelos grandes grupos e bancos.

Basta o Congresso fazer dois levantamentos:

- a) Um, no próprio Banco Central, identificando as empresas que, desde setembro, pagaram antecipadamente empréstimos no exterior, para fugir da futura desvalorização;
- b) Outro, na Bolsa de Mercadorias & Futuros, para identificar empresas e bancos que compraram (contratos de) dólar à larga, para lucrar bilhões e bilhões com o ataque ao real.

Anexo 13

Artigo publicado no *Anuário de Jornalismo* da Faculdade Cásper Líbero em 1999.

Mentira e cara-durismo (Ou: a imprensa no reinado FHC)

Aloysio Biondi

"Uai, então o governo e seus aliados também sabem que o Brasil está mal?"

Coçando a cabeça, era essa a reflexão do pobre cidadão brasileiro, em novembro último, ao ler, ver ou ouvir figurões de Brasília e celebridades da mídia explicarem que a inflação, subitamente renascida, não preocupava nem um pouco. "Ah, diziam candidamente os Polianas, essa alta é passageira. Não tem jeito de a inflação avançar..." Por que? "É simples." Pontificavam "o brasileiro está sem poder aquisitivo, a massa salarial (total de salários pagos pelas empresas) caiu 5%, por isso o consumo despencou. Então, a indústria e o comércio não têm condições de majorar seus preços, mesmo que sofram aumentos forçados de custos de matérias-primas, como o petróleo, ou peças e componentes que importam de suas matrizes, encarecidos este ano com a alta do dólar. Se aumentarem preços, aí que as empresas não vendem mesmo."

A surpresa do perplexo cidadão brasileiro não era, certamente, com o otimismo de Brasília, delirantemente exibido nos últimos anos. Tampouco, com o adesismo dos deformadores de opinião, cada vez mais desnudados aos olhos do público, a ponto de alguns deles provocarem engulhos até em antigos admiradores. A surpresa, mesmo, era com o total cara-durismo do governo FHC e adeptos: "Uai, ué, refletia o cidadão: até há poucos dias, a gente só via, lia e ouvia esse pessoal dizer que o Brasil "surpreendeu", a economia está muito bem; a indústria, em recuperação; o consumidor, voltando às compras... Cumé que, da noite para o dia, o governo e imprensa passam a dizer exatamente o contrário, a admitir que o Brasil está em recessão, forçados a mudar de conversa para dizer que a inflação não assusta? "

Na verdade, a volta da inflação criou uma das poucas oportunidades em que o povo brasileiro pôde descobrir, por si mesmo, a gigantesca e, mais do que vergonhosa, deprimente e lesa-sociedade, manipulação do noticiário econômico (e político) no governo FHC. Sem medo de exagerar, pode-se comprovar que as técnicas jornalísticas e a experiência de profissionais regiamente pagos foram utilizadas permanentemente para encobrir a realidade. Valeu lançar mão de tudo: de manchetes falsas, inclusive "invertendo a informação", a colocar o lide no final das matérias, isto é, esconder a informação realmente importante nas últimas quatro linhas.

Segue-se um pequeno roteiro, dos truques mais usados para pelos meios de comunicação, para ajudar o leitor a ler, ver e ouvir os meios de comunicação brasileiros

neste reinado de FHC. Ou para ajudar os estudantes de comunicação e jornalistas principiantes a decidirem se estão dispostos a aderir ao jogo da manipulação.

Advertência essencial: é absolutamente injusta, e até politicamente equivocada, a mania de criticar o adesismo desta ou daquela rede de TV, deste ou daquele jornal e, principalmente, deste ou aquela colunista/comentarista de Economia e política. Esse é um grave erro político, porque transmite à opinião pública a falsa impressão de que a manipulação permanente, permanente tem sido feita por este ou aquele veículo, ou por este e aquele profissional. Com isso, acaba-se levando a sociedade a acreditar que se trata de exceções, quando a verdade é que a manipulação é generalizada e constante, contando-se nos dedos os profissionais e veículos que têm procurado manter a equidistância em relação ao governo FHC e interesses a ele ligados. Por isso mesmo, como seria injusto citar especificamente determinados veículos e jornalistas, todos os exemplos abaixo são reais, retirados do noticiário e devidamente guardados em nossos arquivos, mas deixamos de identificar seus autores.

Truque 1

MANCHETE ÀS AVESSAS

A falta de ética da imprensa chegou a tal ponto, que se chega a inverter completamente a informação, para enganar o público. Excelente exemplo dessa prática ocorreu com uma pesquisa sobre o endividamento das famílias brasileiras, realizada por uma empresa de consultoria. As conclusões foram aterradoras: nada menos de 40% do orçamento familiar já estava "amarrado" com o pagamento de compromissos financeiros: cartões de crédito, cheques pré-atados, prestações diversas. E, mais exatamente: esse comprometimento havia exatamente duplicado, de 20 para 40%, após o Real. Qual a importância desse dado? Ele já mostrava as perspectivas de problemas sérios para a economia, com menos dinheiro disponível para o consumo, isto é, mais recessão e aumento inevitável da inadimplência, ou "calote" forçado, por parte dos consumidores. Os resultados da pesquisa ganharam uma manchete na edição dominical. Mas, pasme-se o leitor: o editor fez uma mágica desonesta. A manchete dizia: "Dobra o acesso do consumidor ao crédito", e o texto mentia que, "graças à estabilidade da moeda, as famílias brasileiras já estão conseguindo planejar seus orçamentos, e programar o endividamento desejado, lá-rá-li-lá-rá-lá, e as instituições financeiras, reconhecendo a nova situação criada pelo Real, blém-blém-blém, até duplicaram a concessão de financiamentos ao consumidor..." Pois é. Cinismo total. Com um toque de mágica e muita falta de ética, os problemas foram transformados em "novas vantagens" do Real, martelando-se na tecla da "estabilidade da moeda", que tantos dividendos políticos trazia ao governo FHC...

Truque 2

MANCHETES ENCOMENDADAS

O governo fornece textos e dados estatísticos para os meios de comunicação noticiarem com destaque, geralmente em manchete, mentiras ou verdades aparentes. A estratégia é usada em muitas ocasiões: para obter apoio da opinião pública; para impedir a formação de CPIs, para esconder desmandos do governo; para forçar a aprovação de "reformas", para justificar "privatizações", para desmoralizar opositores e assim por diante. Exemplos? O governo FHC massacrou a agricultura com a cobrança da TR, até 40% acima da inflação, e cortes violentos no crédito para plantio. Os agricultores, arruinados, pediram a renegociação das dívidas, para poder pagá-las a longo prazo. O governo pautou os jornais e revistas para provar que os produtores eram "caloteiros". Matérias sórdidas foram publicadas contra eles. No entanto, nos últimos dias de 1999, em entrevista à Folha de São Paulo, o presidente FHC reconheceu como "um dos maiores erros do seu governo" que os agricultores tinham razão, e que ele havia pensado que era tudo "choradeira" (esse reconhecimento por parte do presidente não teve nenhum destaque na edição da entrevista. A opinião pública continua a acreditar, portanto, que os agricultores são "caloteiros").

Como desmoralizar opositores? Em novembro, manchete anunciava que "Aposentadorias fraudulentas foram descobertas no Banco Central". A notícia revelava um caso insignificante, com a descoberta de uma quadrilha que havia falsificado documentos para 50 funcionários públicos, dos quais 16 do BC. Por que ganhou a manchete, de forma duplamente desonesta, já que dava todo o destaque ao pessoal do BC, que sequer era a maioria dos beneficiários (50) envolvidos? Claramente, material e destaque pedidos pelo governo, porque o pessoal do Banco Central estava denunciando, ao Congresso, aberrações cometidas pelo presidente do BC, que iriam reduzir a fiscalização sobre os bancos e remessa de dólares, narcotráfico, lavagem de dinheiro etc.

Truque 3

CIFRAS ENGANOSAS

Mais mágicas? A falta de apoio ao Nordeste, no auge da seca, contribuiu para derrubar a popularidade presidencial. Para ganhar o perdão da opinião pública, nada melhor portanto do que reforçar aquela velha ladainha de que o dinheiro destinado à região é mal aplicado, desviado pelas elites e coronéis.

Maquiavelicamente, manchete (sempre encomendada) de domingo dizia: "Empresas do Nordeste desviam 550 milhões de reais". O que o texto mostrava? Que os incentivos (desconto do Imposto de Renda) para projetos no Nordeste tinham sido mal utilizados, com empresas beneficiadas indo à falência, ou mesmo aplicando em "projetos

fantasmas". Para os leitores, uma "prova da bondade do governo", e uma "prova de que o Nordeste é um saco sem fundo".

Os brasileiros sempre se impressionam com cifras que falam em "milhões", não conseguindo ver a diferença entre eles, "milhões", e "bilhões". A manchete se aproveitava disso, dando a impressão de um "rombo gigantesco" que, na verdade, não passa de meio bilhão de reais contra os 42 bilhões (com "b") de reais doados para socorrer os banqueiros no programa Proer, por exemplo. Mas a desonestidade dessa manchete e do governo foi muitíssimo mais longe: o texto dizia que aquele "rombo" foi acumulado desde a fundação da Sudene, em 1959.

Isto é, o "rombo" maquiavelmente anunciado era a soma de todas as perdas e desvios ao longo de nada mais nada menos de 40 anos. Conta que, evidentemente, nenhum leitor faz e por isso mesmo é função dos jornalistas fazerem quando querem informar, e não manipular pró-governo. E tem mais: se os 550 milhões de reais forem divididos pelos 40 anos, darão apenas uns 13 milhões (com "m") por ano, cifra absolutamente ridícula, verdadeiros tostões.

Mas a manchete maquiavélica cumpriu a missão de "salvar a cara" do governo FHC, às custas do reforço dos preconceitos contra o Nordeste e os nordestinos. Missão duplamente cumprida.

Truque 4

LIDE ÀS AVESSAS

Conhecer este truque ajuda muito a quem não quer gastar muito tempo lendo os jornais e revistas, e quer a informação verdadeira. No jornalismo do reinado FHC, é bobagem confiar nos títulos e na abertura, ou primeiras linhas (lide) da matéria, que são sempre otimistas. Os editores escondem a verdade, isto é, os problemas, nas "últimas quatro linhas" - o que lhes permite fingir que não estão deixando de noticiar nada, uma atitude hipócrita, pois eles sabem muitíssimo bem que a informação que impressiona o leitor é aquela estampada no título e do lide. Técnica de edição, certo? Diariamente, os jornais estão cheios desse truque de escondeção da verdade. Um exemplo freqüente se refere às vendas do comércio, que vão mal há muito tempo. São publicadas extensas entrevistas com fontes pró-governo dizendo que está tudo ótimo; lá nas últimas quatro linhas, vem a informação verdadeira, que é a violenta queda nas consultas ao Telecheque (como aconteceu no último Natal) ou ao SPC, utilizados como "termômetros das vendas".

Truque 5

PROMETENDO O FUTURO

Poucos brasileiros sabem que a venda de automóveis caiu a menos da metade no país: eram 180 mil veículos por mês, em 1997, e menos de 80 mil, nos últimos meses de 1999. Da mesma forma que a venda de televisores despencou de 8,0 milhões para 4,0 milhões por ano (como se vê, o presidente da República e os de-formadores de opinião

têm toda a razão quando dizem que a "crise" não é tão grande quanto os "catastrofistas" previam... Imagine-se se fosse). Por que essas informações são desconhecidas? Primeiro, porque nunca chegam às manchetes. Há mais, porém. Aqui, o truque é esconder o resultado do mês (nas últimas quatro linhas, de preferência), e entrevistar o presidente da associação, federação ou confederação do setor, geralmente capachildos pró-governo. Como bom capachildo, ele fará uma previsão de que "no próximo mês, o setor deve crescer 10% a 20%", e os jornalistas poderão alegremente colocar esse futuro otimista no título mantendo a ética, o respeito à informação, é claro. Todos hipócritas.

Truque 6

O SUJEITO ERRADO

"Sujeito", dizem os gramáticos, "é quem pratica a ação". Não para os jornalistas do reinado FHC, claro. Em abril, títulos de páginas internas gritavam que "Seca aumenta a mortalidade infantil no Nordeste". No texto, as verdades, e as mentiras. Terríveis: no interior nordestino, a mortalidade infantil chegou a 400 crianças mortas para cada 1.000 crianças de até um ano. Um dado espantoso, pois representa o recorde do índice mundial de 200 crianças mortas pertencente até então... à África subsaariana, devastada pela seca e pelas guerras tribais. No texto, a causa da mortandade: distribuição de cestas básicas suspensa há três meses. Corte de 60% nas "frentes de trabalho", e atraso de três meses no pagamento aos flagelados que continuaram trabalhando. Moral da história: quem está matando as crianças (e adultos também) do Nordeste não é a "seca". O autor da ação, o "sujeito", é outro portanto: o governo FHC, que cortou e reteve as verbas para a região como, de resto, para todas as áreas sociais, dentro do programa de "ajuste fiscal", ou saldo positivo para o Tesouro (sem contar o pagamento dos juros), combinado com o FMI. Nestes tempos de hipocrisia e cinismo, os de-formadores de opinião encobrem até genocídios e depois, angelicalmente, escrevem ou fazem comentários indignados quando, em certa época do ano, aparecem os relatórios de organismos como a Unicef falando das mazelas sociais no Brasil. Indignação, por que? São cúmplices do genocídio e de tudo o mais...

Truque 7

O BOI PELO BIFE

Outra técnica para esconder a realidade é deixar de lado o quadro geral, negativo, e "pinçar" um dado positivo, para dar destaque a ele, no título e no lide. Exemplo incrível, mas verdadeiro: em um trimestre, houve queda no PIB (valor dos bens e serviços produzidos no País), isto é, a economia recuou. Agricultura, indústria, comércio, tudo recuou. Houve somente uma exceção: a economia do Rio cresceu, por causa do valor da produção de petróleo na fantástica bacia de Campos. Os jornalistas não tiveram dúvida:

começaram a matéria por aí, e tascaram no título: "Economia do Rio cresce". O bife no lugar do boi.

Truque 8

O BIFE PELO BOI

No truque anterior, escolhe-se um determinado aspecto da notícia, ou o bife, para não falar do todo, isto é, do boi. E há também o truque inverso, isto é, falar do boi para esconder o bife. Como assim? Lá vai mais um exemplo real. Ao contrário do que dizem o governo e de-formadores de opinião, os banqueiros não voltaram a emprestar ao Brasil, em 1999. Sempre escondidos, os dados sobre financiamentos externos ou vendas de títulos no exterior, quando surgiam eram sempre acompanhados de afirmações tipo "os banqueiros internacionais estão emprestando menos para os países emergentes, porque estão com medo do bug do milênio". Isto é, os cofres não estavam fechados apenas para o Brasil (o bife), mas para todos os países emergentes (o boi). Essa versão foi plenamente confirmada na manchete "Banqueiros emprestam menos à América Latina", de uma reportagem de página inteira publicada no final de 1999. O texto também confirmava a ladainha. Mas a publicação trazia também uma tabela de estatísticas e, quem se dispusesse a analisá-la, teria uma "surpresa": realmente, os empréstimos à América Latina (o boi) como um todo haviam caído 12 bilhões de dólares. Mas, analisando-se a tabela, via-se que a Argentina recebeu 8 bilhões de dólares a mais; o México, 1,0 bilhão a mais; o Chile, 1,0 bilhão de dólares a mais. Em resumo, esses três países juntos receberam 10 bilhões de dólares a mais, na comparação com o ano anterior. Por que então a América Latina ficou com 12 bilhões a menos? Porque o Brasil, sim, recebeu 22 bilhões de dólares a menos. Essa era a notícia, e o título verdadeiros: bancos não emprestam ao Brasil. Como isso desmascararia o governo e seus deformatores, a tática foi deixar os números só na tabela e publicar manchete e texto enganosos.

Truque 9

OMISSÃO ESCANDALOSA

Este breve roteiro da manipulação no reinado de FH poderia ser alongado infinitamente. Por enquanto, fica-se por aqui. Não se pode deixar de falar, no entanto, na omissão total de determinadas informações, levantando-se desde já uma ressalva. Sempre pareceu odioso meios de comunicação ignorarem determinados fatos. Mas será mesmo que é menos odioso a toda a manipulação vista acima, que acaba transmitindo conceitos errados à opinião pública, levando-a a apoiar propostas incorretas e rejeitar caminhos que melhor atenderiam os interesses do País? Como exemplo máximo da omissão total e indecente de informação, não se pode deixar de citar o acordo entre o governo e os meios e profissionais de comunicação, para esconder a disparada dos preços do petróleo no mercado mundial, que mais do que duplicaram desde janeiro/fevereiro de 1999. Durante dois anos, os preços do petróleo se mantiveram em queda no mercado mundial, saindo

de 20 dólares para menos de 10 dólares o barril, em janeiro deste ano. A partir daí, os países produtores iniciaram negociações para cortar a produção e forçar a recuperação dos preços, que entraram em alta já em fevereiro. O acordo foi feito em 23 de março, os preços subiram 30%, 40%, 60% 100%, sem que aparecesse nenhuma informação na imprensa brasileira – que, ironicamente, sempre foi extremamente preocupada com o menor reajuste que houvesse para os combustíveis. Essa conspiração do silêncio foi tão intensa, que a opinião pública levou um susto quando os preços da gasolina subiram: ninguém sabia da alta mundial. Por que essa conspiração? Porque o governo havia marcado leilões para doar, a multinacionais, as áreas de petróleo descobertas pela Petrobrás, exigindo apenas "preços simbólicos" em troca. O grande argumento do governo para essa "doação" era, exatamente, que o mercado mundial de petróleo havia desabado, e "ninguém queria mais explorá-lo". Quando os preços dispararam, era preciso esconder a realidade para evitar reações no Congresso - ou da opinião pública. A conspiração pactuou com um dos maiores assaltos praticados contra a sociedade brasileira: há áreas na região do litoral de Campos com reservas de até 2,0 bilhões de barris, isto é, que podem faturar 40 bilhões (com a letra "b") de dólares, ou 80 bilhões de reais, com o barril a 20 dólares (preço "normal" dos últimos anos). O maior preço recebido pelo governo brasileiro foi de míseros 150 milhões (com a letra "m") de dólares, já incluído aí o ágio oferecido pela multinacional. Crime de lesa-sociedade, só possível com a conivência e cumplicidade da imprensa, mestra da manipulação no reinado FHC.

Cronologia – Aloysio Biondi: resistência e grandeza no jornalismo

- 1936 – Nasce em Caconde (SP) Aloysio Lobo Biondi
- 1942 – Mudança para São José do Rio Pardo (SP)
- 1956 – Ingresso no Jornal *Folha de S.Paulo* (SP): copidesque, subeditor do Departamento de Sucursais, Correspondentes e Representantes
- 1959 – Saída do Jornal *Folha de S.Paulo* (SP) para cuidar da pensão dos pais
- 1961 – Volta ao jornalismo nas *Listas Telefônicas Brasileiras (LTB-SP)*: redator
- 1961 – Revista *Direção* (SP): redator-chefe e diretor de Redação
- 1965 – Jornal *Folha de S.Paulo* (SP): editor-assistente de Cláudio Abramo
- 1967 – Revista *Visão* (RJ): editor de Economia
- 1968 – Revista *Visão* (RJ): Prêmio Esso de Informação Econômica
- 1968 – Revista *Fator* (RJ): diretor de Redação
- 1968 – Revista *Exame* (SP): *freelancer*
- 1969 – Revista *Veja* (SP): editor de mercado de capitais; editor de Economia & negócios
- 1970 – Revista *Veja* (SP): Prêmio Esso de Informação Econômica
- 1971 – Jornal *Correio da Manhã* (RJ): editor do caderno "Diretor Econômico"
- 1972 – *Jornal do Commercio* (RJ): diretor de Redação
- 1972 – Jornal *Opinião* (RJ): colaborador
- 1973 – Casamento com Ângela Leite
- 1974 – Jornal *Gazeta Mercantil* (SP): chefe da sucursal carioca, secretário de Redação em SP
- 1976 – Jornal *DCI* (SP): editor-chefe
- 1976 – Nascimento do primeiro filho, Pedro
- 1977 – Nascimento do segundo filho, Antonio
- 1978 – Revista *IstoÉ* (SP): colunista
- 1979 – *Jornal da República* (SP): editor de Economia
- 1979 – Nascimento da filha caçula, Beatriz
- 1981 – Jornal *Folha de S.Paulo* (SP): repórter especial de Economia
- 1983 – Jornal *Diário da Manhã* (GO): editor-adjunto
- 1984 – Jornal *Folha de S.Paulo* (SP): editor de Economia
- 1985 – Jornal *DCI/Jornal Shopping News/Revista Visão* (SP): diretor de Redação
- 1986 – Separação de Ângela Leite
- 1992 – Jornal *Folha de S.Paulo* (SP): colunista
- 1994 – Jornal *Diário da Manhã*: diretor de Redação
- 1994 – Jornal *DCI/Jornal Shopping News* (SP): diretor de Redação
- 1998 – *Revista Educação*: colaborador
- 1999 – Jornal *Diário Popular*, *Revista Bundas*: colunista

- 1999 – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero: professor "Honoris Causa"
- 1999 – Publicação do livro *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*
- 2000 – Revista *Caros Amigos*; *Revista dos Bancários*; *Revista Feneae Agora*; Site *My Web*: colaborador
- 2000 – Jornal *Esquinas de S. P.*, da Faculdade Cásper Líbero: Prêmio Líbero Badaró, categoria Jornalismo Universitário, patrocinado pela revista *Imprensa*.
- 2000 – Aloysio Biondi falece em São Paulo, em 21 de julho.

Bibliografia

Livros

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CARDOSO, Marília Rothier. "Retorno à biografia". IN: OLINTO, Heidrun Krieger e SCHOLLHAMMER, Karl Erik (org.). *Literatura e Mídia*. São Paulo: Loyola, 2002.
- CARTA, Mino. *O Castelo de Âmbar*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CASTRO, Ruy. *Carmen: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CASTRO, Ruy. *Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. "O boom da biografia e do biográfico na cultura contemporânea". IN: OLINTO, Heidrun Krieger e SCHOLLHAMMER, Karl Erik (org.). *Literatura e Mídia*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HISGAIL, Fani (org.). *Biografia: sintoma da cultura*. São Paulo: Hacker Editores: Cespuc, 1997.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2003.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2007.
- RESENDE, José Venâncio. *Construtores do Jornalismo Econômico: Da cotação do boi ao congelamento de preços*. São Paulo: Ícone, 2005.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 3ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 2001.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins. *Mil dias: seis mil dias depois*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2005.
- VILAS BOAS, Sergio. *Biografias & Biógrafos: Jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Summus, 2002.

_____. *Perfis e como escrevê-los*. São Paulo: Summus, 2003.

Anuário de Jornalismo. São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 1999, Ano 1, nº 1.

Anuário de Jornalismo. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2000, ISSN 1519 – 2407.

BURKE, Peter. *A anatomia da biografia*. Caderno "Mais!", *Folha de S.Paulo*, 2 de fevereiro de 2003.

Teses e dissertações

Marcus Vinícius de Faria Felipe. *Política Econômica e Imprensa em Goiás: Análises Econômicas na Primeira Fase do Plano Real*. Monografia de conclusão de bacharelado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Faculdade de Ciências Econômicas, 2000.

Rodrigo de Carvalho. *A Imprensa Escrita na Era FHC: Análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995–2002*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2006.

Simone Azevedo. *Jornalismo Econômico – Depoimentos*. Monografia de conclusão de bacharelado. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 1997.

Entrevistas concedidas por Biondi

BIONDI, Aloysio. *Jornalismo do faz de conta*. Coojornal, Porto Alegre, out. 1978. Entrevista concedida a Geraldo Hasse.

_____. *Metralhadora Giratória*. Revista Imprensa, São Paulo, ago. 1988. Entrevista concedida a Dante Mattiusi.

_____. *A bola da vez são os Estados Unidos*. Revista Caros Amigos, São Paulo, out. 1998. Entrevista concedida à equipe da revista.

_____. *O desmonte da constituição*. Revista Adunicamp (Associação de Docentes de Unicamp). Campinas, nov. 1999. Entrevista concedida à equipe da revista.

_____. *Entrevista: Aloysio Biondi*. Jornal da Adufu – SS. Uberlândia, dez. 1999. Entrevista concedida à equipe do jornal.

_____. *Pagamos para levarem o patrimônio público*. Jornal dos Engenheiros On Line, 1999. Entrevista publicada em www.seesp.org.br.

_____. *Atual e vivo, Aloysio Biondi*. Revista Novae, São Paulo, 2002. Entrevista reunidas por Renato Rovai.

Artigos publicados em revistas

Arquivos da revista *Bundas* (SP).

Arquivos da revista *Caros Amigos* (SP).

Arquivos da *Revista Educação* (SP).

Arquivos da *Revista dos Bancários* (SP).

Arquivos da revista *Fenae Agora* (SP).

Arquivos da revista *Visão* (RJ).

Arquivos da revista *Veja* (SP).

Alcides Goularti Filho. *As Restrições ao Crescimento da Economia Brasileira nos Anos 80. Cadernos da Faceca, Campinas, v. 11, n. 1, p. 85–91, jan./jun. 2002*

Antonio Jorge Fernandes, Cassiano Pais. *A Economia Brasileira na Década de 80: conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado*. Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro/ Departamento de Economia

Arquivos

Arquivos do jornal *DCI – Diário do Comércio e Indústria* (SP).

Arquivos do jornal *Diário Popular* (SP).

Arquivos do jornal *Diário da Manhã* (GO).

Arquivos do jornal *Folha de S. Paulo* (SP).

Arquivos do jornal *Gazeta Mercantil* (SP).

Arquivos do *Jornal do Commercio* (RJ).

Arquivos do jornal *Opinião* (SP).

Arquivos do jornal *Shopping News* (SP).

Acervo da família Biondi.

Sites

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

www.bndes.gov.br

Comunique-se: www.comunique-se.com.br

Diários da ditadura: www.diariosdaditadura.com.br

Faculdade Cásper Líbero: www.facasper.com.br

Folha Online: www.folha.uol.com.br

Fundação Perseu Abramo: www.fpa.org.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br

Instituto de Economia: www.eco.unicamp.br

Observatório da Imprensa: www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br

Prefeitura de São José do Rio Pardo: www.saojosedoriopardo.sp.gov.br

Scientific Electronic Library Online (SciELO): www.scielo.br

Unicamp: www.unicamp.br

Veja Online: www.veja.abril.com.br

Depoimentos

Aldo Pereira, Aluísio Milani, Ângela Leite, Antonio Biondi, Beatriz Biondi, Clélia Sauaya, Lauro Veiga Filho, Luiz Nassif, Marcelo Coelho, Marco Antonio Araújo, Matías Molina, Pedro Biondi, Ricardo Kotscho, Sérgio Amadeu, Washington Novaes.

